



**Universidade de Brasília**  
**Centro de Excelência em Turismo**  
**Mestrado Profissional em Turismo**

**TURISMO EM TERRAS INDÍGENAS:  
Atravessando o portal com respeito**

**Almir de Amorim Von Held**

**Brasília – DF**  
**2013**

**ALMIR DE AMORIM VON HELD**

**TURISMO EM TERRAS INDÍGENAS:  
Atravessando o portal com respeito**

Dissertação apresentada ao Centro de Excelência em Turismo – CET, da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Othon Henry Leonardos.

**Brasília – DF  
2013**

Universidade de Brasília  
Centro de Excelência em Turismo  
Mestrado Profissional em Turismo

ALMIR DE AMORIM VON HELD

**TURISMO EM TERRAS INDÍGENAS:  
Atravessando o portal com respeito**

Dissertação apresentada ao Centro de Excelência em Turismo – CET, da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Othon Henry Leonardos

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Othon Henry Leonardos – Orientador  
Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/UnB

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Iara Lúcia Gomes Brasileiro – Membro Interno  
Centro de Excelência em Turismo – CET/UnB

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cristiane de Assis Portela – Membro Externo  
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Aprovado em 18 de julho de 2013.

## AGRADECIMENTOS

Sou grato a Deus por ser agraciado com este momento!

Agradeço aqueles que me auxiliaram, doando ou emprestando livros sobre a temática indígena: Cláudio Romero, Conceição Militão, Vivian de Sousa Maranhão (que me 'apresentou' os livros e as ideias de Paulo Freire), Sandoval dos Santos Amparo, Lucas Vincini, Sonia Maria de Paula, Hamed Farias Seabra, Edmilson Medeiros de Souza, Álvaro Tucano, Márcio Gonçalves, Flávia Poliana Ferreira Santos, Cleonice Meireles de Macedo, Maurício Teixeira, Gilberto da Silva e Hernani Antunes Buciolotti.

Aos que me ajudaram na pesquisa documental: Tayana Lopes Vollmer, Cecília Reigada Piva, Diego Silva Magalhães, Maurício Fiorito de Almeida e Ivan Abreu Stibich.

Aqueles que apoiaram profissionalmente quando da minha chegada em Brasília, cito: João Gilberto Nogueira, Roberto Lima da Costa e José Augusto Lopes Pereira.

A FUNAI, pelo *empréstimo* do horário para que eu pudesse assistir as aulas.

Agradeço ao meu orientador, professor emérito Othon Henry Leonardos, a professora Cristiane Portela por suas importantes dicas, bem como os dirigentes e professores do curso, Neio Campos, Karina e Silva Dias, Marutschka Moesch (Maru) que nos ensinou a *beber direto da fonte*, ou seja, se possível não usar *apud*, Cléria Botelho da Costa, Klass e Ellen Woortmann, Gilson Zehetmeyer Borda, *Lurdinha* Rollemberg Mollo, Iara Lúcia Gomes Brasileiro, Maria Elenita Menezes Nascimento, à secretária Tatielle Pereira, e aos colegas do curso de mestrado.

À incansável lutadora Marijara Dazzi e demais entrevistados: Santo Canoê, Amaury Vieira, Frederico Magalhães, Fernando Schiavini, Maria Soeli Cosman, Selso e Adelir Jacinto, Olga Ventura, Augusto Silva e José Vitorino.

Ao pessoal do Posto de Saúde da TI Kaingang de Iraí, todos sempre presentes, médico Marcelo Lopes Iganzi, odontólogo João Tomasi Neto, a técnica de enfermagem Susete (Susi) Konig.

A todos os *do outro lado*, habitantes do meu outro mundo, o Posto Indígena Rio Guaporé, em Rondônia, que por muitos anos me recebeu como se *um deles eu fosse...* saudades!

Ao meu pai Alceu Held (*In Memoriam*), sempre dizendo para eu estudar, para não ficar igual a ele.

Às minhas três mães, a indígena, a boliviana e a brasileira, respectivamente, Izaura Macurap, Izabel Ortiz e Edith Held.

A minha filha Aline e esposa Elizete, preocupada, sempre perguntando quantas folhas já tinham sido escritas.

*Persistir: a diferença entre o sucesso e o fracasso.*

**Eduardo Shinyashiki.**

## RESUMO

Atualmente cresce o interesse pelo turismo em comunidades indígenas, de forma bilateral, ou seja, além da sociedade em geral, algumas destas comunidades manifestam o referido interesse em tal ação. Não é aconselhável fechar os olhos para o anseio de certas comunidades em querer implantar atividades turísticas em seus territórios, porém, é necessário um aprofundamento nos estudos desta temática, atentando-se sempre ao lado indígena, para que não ocorra a assimetria nas relações. Embora os interesses sejam majoritariamente econômicos, o turismo em Terras Indígenas pode favorecer a inclusão social e o fortalecimento cultural, além de tornar-se uma parcela no conjunto das várias ações de sustentabilidade a serem implantadas nas comunidades, ou seja, um agente mitigador de certas desigualdades imputadas pelas frentes econômicas que estão às fronteiras de algumas regiões indígenas. Neste sentido, o presente estudo realizou, além de pesquisa de campo, também entrevistas semiestruturadas, com pesquisa bibliográfica e documental. Foram utilizados textos de autores que abordam o tema turístico, sob as diversas linhas de pensamento, incluindo o turismo como agente de sustentabilidade. Assim, foi possível identificar que as atividades turísticas podem se tornar danosas àquelas comunidades, por meio de inúmeros fatores, tais como: o lixo introduzido, o espaço invadido, a especulação imobiliária, fomentando até mesmo o surgimento de favelas, entre outros aspectos. Porém, o inverso também se mostra como algo verdadeiro, pois existem comunidades indígenas que a partir do turismo, adquiriram melhor visibilidade, e, conseqüentemente, mostraram sua realidade aos demais brasileiros, pois as sociedades indígenas vivem uma realidade diferenciada. Deve-se sempre levar em conta que em todas as discussões sobre turismo em Terras Indígenas, é preciso ampliar a participação indígena, evitando que se produzam soluções fictícias, vindas de cima para baixo, uma vez que ao longo dos anos, o fiel da balança sempre apontou para uma participação quase nula dos indígenas nas decisões sobre projetos em seus territórios, sendo que estes foram e serão os indivíduos mais atingidos nas atividades advindas de projetos em suas terras. O turismo responsável, não massivo, pode ser agente fomentador do ressurgimentos de algumas atividades culturais, atualmente em desuso ou quase esquecidas que, em razão do capitalismo extremado que invade as comunidades, transforma muitos de seus membros em boias-frias, fazendo-os meros serviçais em prol do enriquecimento de alguns. Por fim, o estudo em questão aponta para um leque de proposições para que o referido tema sirva como pauta de discussões futuras. A instalação de colegiados compostos por membros das áreas públicas e privada proporcionará a criação de diretrizes e ações quanto ao turismo em Terras Indígenas.

**Palavras-chave:** Turismo. Comunidade indígena. Fundação Nacional do Índio. Inclusão social. Sustentabilidade.

## ABSTRACT

Currently growing interest in tourism in indigenous communities, bilaterally, beyond the society in general, some of these communities that interest manifested in such action. It is not advisable to close your eyes to the desire of certain communities want to deploy tourist activities in their territories, however, it is necessary to further studies of this issue, observing always beside indigenous, so that there is asymmetry in the relationship. Although the interests are largely economic, tourism in indigenous lands can promote social inclusion and strengthening cultural, and become a part of the set several sustainability initiatives to be implemented in the communities, ie, an agent of certain mitigating inequalities charged by economic fronts that are the borders of some indigenous regions. In this sense, this study conducted, and field research also semi-structured interviews with literature and documents. Were used texts of authors who address the topic of tourism, under the various lines of thought, including tourism as an agent of sustainability. Thus, it was identified that tourist activities may become harmful to those communities through numerous factors, such as the garbage introduced space invaded, real estate speculation, encouraging even the emergence of slums, among others. However, the reverse is also shown as something real, as there are indigenous communities from tourism, gained better visibility, and hence their reality show to other Brazilians, as indigenous peoples live a different reality. You should always take into account that in all discussions about tourism in Indigenous Lands, is necessary to expand indigenous participation, preventing produce fictional solutions, from above downwards, since over the years, the scales always pointed to almost zero participation of indigenous peoples in decisions about projects in their territories, and these have been and will be the most affected individuals in logs of projects on their lands. Responsible tourism, not massive, it can be the enabler revivals of some cultural activities, currently disused and almost forgotten that, because of extreme capitalism that invades communities, transforming many of its members in cold-buoys, making them mere servants towards the enrichment of a few. Finally, the present study points to a range of propositions to which that theme will serve as the agenda for future discussions. The installation of boards composed of members of the public and private areas provide the creation of guidelines and actions regarding tourism in indigenous territories.

**Keywords:** Tourism. Indigenous community. Fundação Nacional do Índio. Social inclusion. Sustainability.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	O rio Guaporé nos meses das águas.....	17
Figura 2 –	Luminárias de conchas do mar.....	36
Figura 3 –	<i>Índios soldados escoltando selvagens”</i> .....	41
Figura 4 –	Marina Silva com trajes Ashaninka.....	71
Figura 5 –	Marina Silva com trajes Ashaninka.....	71
Figura 6 –	Augusto Kaingang, com cocar, ministrando palestra a um grupo de alunos em viagem de campo, do 2º Curso de Planejamento Sustentável, Iraí (RS).....	74
Figura 7 –	Livro <i>Manual Indígena de Ecoturismo</i> .....	81
Figura 8 –	Fotografia do Banner da Associação Pataxó de Ecoturismo (ASPECTUR) que está fixado no Gabinete da Presidência da FUNAI.....	83
Figura 9 –	Propaganda de ecoturismo Surui, fixada em árvores na TI.....	87
Figura 10 –	Centro de Atividades Múltiplas Acajutibiró, Baía da Traição, Paraíba (PB).....	88
Figura 11 –	Vista parcial da Baía da Traição, Paraíba (PB).....	89
Figura 12 –	Turismo de Base Comunitária.....	91
Figura 13 –	Índios das comunidades da região do Madeira não terão contato com os turistas.....	92
Figura 14 –	Indigenista Fernando Schiavini.....	96
Figura 15 –	A pista do aeroporto de Iraí (RS), desativada.....	101
Figura 16 –	Olga Ventura Sal, confeccionando artesanato de bambu e sementes para vender aos turistas.....	104
Figura 17 –	Fotografia de cartaz fixado em várias lojas de Iraí (RS), referente ao 2º Curso Internacional de Planejamento Sustentável.....	107
Figura 18 –	Entardecer no Posto Indígena Rio Guaporé.....	119
Figura 19 –	Senhor Augusto Kaingang, líder indígena contador de história de seu povo.....	127
Figura 20 –	Pirâmide da hierarquia das necessidades humanas de Maslow..	144

Figura 21 – Colegiado de turismo da comunidade.....	152
Figura 22 – Atividades etnoturísticas na Terra Indígena.....	153
Mapa 1 – Terras Indígenas brasileiras.....	38
Mapa 2 – Terra Indígena Iraí, situada no Estado do Rio Grande do Sul (RS)..	100
Mapa 3 – Terra Indígena Rio Guaporé, está situada no Estado de Rondônia (RO), na fronteira com a Bolívia.....	121

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação das pesquisas.....	24
---	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População indígena presentes nas cinco Regiões do Brasil.....	46
Tabela 2 – As etnias indígenas brasileiras com maior contingente populacional.....	46
Tabela 3 – População indígena brasileira presente nos Estados e no Distrito Federal – Censo 2000 e 2010.....	47

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	- Acre
AM	- Amazonas
AP	- Amapá
APITEM	- Associação do Povo Indígena Tenharim Morogita
Art.	- Art.
ASPECTUR	- Associação Pataxó de Ecoturismo
BA	- Bahia
BsB	- Brasília
CD	- <i>Compact Disc</i>
CDS	- Centro de Desenvolvimento Sustentável
CE	- Ceará
CET	- Centro de Excelência em Turismo
CF	- Constituição Federal
CGEtno	- Coordenação Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento
CNPI	- Comissão Nacional de Política Indigenista
CNPI	- Conselho Nacional de Política Indigenista
CO <sub>2</sub>	- Dióxido de Carbono
CONAMA	- Conselho Nacional do Meio Ambiente
DF	- Distrito Federal
EIA	- Estudo dos Impactos Ambientais
EMBRATUR	- Instituto Brasileiro de Turismo
EUA	- Estados Unidos da América
FEB	- Força Expedicionária Brasileira
FUNAI	- Fundação Nacional do Índio
FUNASA	- Fundação Nacional de Saúde
GO	- Goiás
GT	- Grupo de Trabalho
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IES	- Instituição de Ensino Superior
MCIT	- Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
MMA	- Ministério do Meio Ambiente
MMA	- Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
MPF	- Ministério Público Federal
MS	- Mato Grosso do Sul
MT	- Mato Grosso
MTur	- Ministério do Turismo
Nº.	- Número
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
ONG	- Organização Não Governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas
OPIAM	- Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira
OSCIP	- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PA	- Pará
PB	- Paraíba
PIN	- Posto Indígena
PNGATI	- Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PNUMA	- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPA	- Plano Plurianual
PR	- Paraná
PRAM	- Procuradoria da República no Amazonas
RIMA	- Relatório de Impacto do Meio Ambiente
RJ	- Rio de Janeiro
RO	- Rondônia
RS	- Rio Grande do Sul
SC	- Santa Catarina
SEIND	- Secretaria de Estado para os Povos Indígenas
SEMTA	- Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia

SP	- São Paulo
SPI	- Serviço de Proteção ao Índio
SPILTN	- Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
TBC	- Turismo de Base Comunitária
TBL	- Turismo de Base Local
TI	- Terra Indígena
UEA	- Universidade Estadual do Amazonas
UFP	- Universidade Passo Fundo
UFs	- Unidades da Federação
UFSM	- Universidade Federal de Santa Maria
UFMS	- Universidade Federal de Santa Maria
UnB	- Universidade de Brasília
UNIJUÍ	- Universidade de Ijuí
USP	- Universidade de São Paulo
WWF	- Worldwide Fund for Nature

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>17</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>19</b>
<b>PARTE I – UMA VISÃO MACRO E HOLÍSTICA</b> .....	<b>23</b>
<b>1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	<b>24</b>
1.1 ARGUMENTAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA (REVISÃO DA LITERATURA) .....	24
1.2 METODOLOGIA DA PESQUISA .....	28
<b>2 BREVES INFORMAÇÕES SOBRE A QUESTÃO INDÍGENA</b> .....	<b>32</b>
2.1 AS COMUNIDADES INDÍGENAS COMO CELEIRO DE RESILIÊNCIA .....	33
2.2 DO DESCOBRIMENTO AO INÍCIO DO SÉCULO XX .....	39
2.3 O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO (1910-1967).....	42
2.4 A FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO.....	43
2.5 DADOS POPULACIONAIS INDÍGENAS.....	45
<b>3 O DESPERTAR DA CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL</b> .....	<b>49</b>
3.1 AS GRANDES CONFERÊNCIAS AMBIENTAIS .....	51
3.2 A QUESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL.....	56
<b>4 CONCLUSÃO</b> .....	<b>58</b>
<b>PARTE II – AS LABAREDAS DA PORONGA: ILUMINANDO O CAMINHO DO TURISMO</b> .....	<b>59</b>
<b>5 PERCEPÇÕES INDIGENISTAS</b> .....	<b>62</b>
5.1 OS DE FORA NA VISÃO DOS DE DENTRO.....	62
5.2 OS DE DENTRO NA VISÃO DOS DE FORA.....	65
5.3 ATRAVESSANDO O PORTAL COM RESPEITO .....	66
5.4 A BUSCA DO EU NO OUTRO.....	68
5.5 A IMPORTÂNCIA DA ORALIDADE NO UNIVERSO INDÍGENA .....	71
<b>6 TURISMO EM TERRAS INDÍGENAS</b> .....	<b>75</b>
6.1 A LEGALIDADE PARA SE INGRESSAR EM TERRA INDÍGENA .....	76
6.2 O GRUPO DE TRABALHO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO SOBRE TURISMO EM TERRA INDÍGENA .....	79
6.3 ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE TURISMOS EM TERRAS INDÍGENAS .....	82
6.4 A MÍDIA E O TURISMO EM TERRA INDÍGENA.....	90



6.5 O ETNOTURISMO E SUA ABRANGÊNCIA.....	92
<b>7 TURISMO NAS TERRAS INDÍGENAS KAINGANG DE IRAÍ (RS) E RIO GUAPORÉ (RO) .....</b>	<b>98</b>
7.1 O POVO QUE HABITA A TERRA INDÍGENA KAINGANG DE IRAÍ.....	98
7.1.1 <i>A Terra Indígena Kaingang de Iraí (RS)</i> .....	100
7.1.2 <i>O turismo existente</i> .....	103
7.2 O POVO QUE HABITA A TERRA INDÍGENA RIO GUAPORÉ.....	108
7.2.1 <i>A Terra Indígena Rio Guaporé</i> .....	118
7.2.2 <i>O turismo incipiente</i> .....	122
<b>8 O BINÔMIO TURISMO E SUSTENTABILIDADE .....</b>	<b>125</b>
8.1 O TURISMO SUSTENTÁVEL JUNTO AOS POVOS INDÍGENAS .....	127
8.2 TURISMO DE BASE LOCAL E COMUNITÁRIA COMO AGENTE SOCIAL....	131
8.3 O ÔNUS E O BÔNUS DO TURISMO EM TERRA INDÍGENA .....	136
8.3.1 <i>O ônus</i> .....	137
8.3.2 <i>O bônus</i> .....	140
8.4 EXPECTATIVAS E ANSEIOS .....	142
<b>9 CONCLUSÃO .....</b>	<b>146</b>
<b>PARTE III – CONSIDERAÇÕES E PROPOSIÇÕES.....</b>	<b>147</b>
<b>10 CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>148</b>
<b>11 PROPOSIÇÕES.....</b>	<b>150</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>154</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>160</b>
<b>APÊNDICE A – AS ENTREVISTAS .....</b>	<b>161</b>

## APRESENTAÇÃO

Ao longo de muitos anos, iniciando em 1979, por razões profissionais, fixei residência em algumas Terras Indígenas (TIs) do Brasil, o que fez com que fosse possível observar e anotar as inúmeras informações fornecidas pelos indígenas. Estas até então não tinham um objetivo acadêmico ou algum outro específico, porém, sempre pairava em minha mente que um dia poderia utilizá-las ou que servisse de inspiração para a construção de algum tipo de texto. Tardamente terminei minha Graduação, em razão de minha vida profissional, pois sou indigenista e, após concluir a especialização em Bioética, comecei a pensar em turismo responsável ou algo similar. Lembrei-me de barcos com professores e acadêmicos chegando à aldeia. Neste sentido, hoje tenho conhecimento de que tal ação possui um título: turismo pedagógico.



Figura 1 – O rio Guaporé nos meses das águas. Foto a partir da janela de minha casa no Posto Indígena Rio Guaporé. Nos meses de seca, desta mesma vista se vê praias de areias brancas e finas. O outro lado do rio é território boliviano.

Fonte: Do autor (1980).

Em minha casa, no Posto Indígena (PIN) Rio Guaporé, Denise Maldini Meireles relatou o fato de que os “acadêmicos vão até a aldeia e indigenistas moram na aldeia”.<sup>1</sup> Na época, esta escrevia sua obra *Os Guardiões da Fronteira*, que depois de pronto, tem em sua orelha uma frase singular de autoria de Edilson Martins, que retrata quase que a totalidade daqueles que vivem entre os índios: “Nós indigenistas ágrafos, não possuidores do poderoso saber acadêmico [...]”, e a devida dificuldade de colocar no papel a realidade vivenciada pelo indigenista faz com que muitas informações se percam.

Por discordar de atitudes anti-indigenistas, fui ‘exilado profissionalmente’ por alguns anos no sul do Brasil, sendo que em nenhuma TI daquela região fixei residência, pois a realidade era outra. O vínculo com o povo Kaingang da cidade de Iraí, Rio Grande do Sul (RS), foi fortalecido quando, na década de 190, participei na equipe que organizava o curso Vãfy,<sup>2</sup> parceria realizada entre a Universidade Passo Fundo (UFP), a Universidade de Ijuí (UNIJUÍ) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), oferecido aos professores indígenas de várias aldeias do norte gaúcho e oeste catarinense.

O pedido da banca foi que eu escrevesse a presente Dissertação na primeira pessoa, pois, em alguns lugares desta, faço parte da ação. Na versão apresentada em terceira pessoa do singular, a banca ponderou dizendo que não soava bem eu escrever sobre mim como se eu fosse outra pessoa. Evitando uma possível aparência de arrogância, elimino o máximo possível o pronome *eu* ou seu equivalente.

---

<sup>1</sup> Mestra em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB). Informação oral.

<sup>2</sup> Maryjara Dazzi informa que o Curso Vãfy teve como principal objetivo a formação dos professores indígenas Kaingang que atuavam em salas de aulas e que, na época, não possuíam regularização junto ao Estado. Assim, se atendia à legislação em relação à questão de que as crianças indígenas deviam ser alfabetizadas na língua materna. Atualmente, nas séries iniciais, somente professores indígenas capacitados podem trabalhar. Já foram feitos três concursos públicos estaduais específicos para professores indígenas no Rio Grande do Sul.

## INTRODUÇÃO

Referente a segunda parte do título da presente dissertação, destaco o crédito à Liliana Vignoli de Salvo Souza, que em sua Monografia de Especialização em Desenvolvimento Sustentável menciona a preocupação do turismo em Terras Indígenas (TIs). Sabiamente, esta aponta a palavra “inquietações”, demonstrando preocupação quanto à realização desta atividade. Souza (2009, p. 22) apresenta dez perguntas contundentes que se tornam importantes ferramentas no que tange o turismo em comunidades tradicionais, conduzindo às reflexões indigenistas:

Tenho muitas inquietações: o que significa uma viagem à terra indígena? O que busca o visitante? Como adentrar com respeito no espaço físico, na vida, na sociabilidade do Outro? Como estas questões dialogam com o etnodesenvolvimento e com as políticas públicas voltadas para os indígenas no Brasil, hoje? Que impactos as propostas de turismo em TI pode trazer para as populações anfitriãs? Que tipos de trocas culturais estão previstas? Quais são os seus reflexos? O que está em jogo? O turismo pode ser encarado como uma alternativa de desenvolvimento sustentável ou etnodesenvolvimento para as comunidades indígenas no Brasil? Há outra viagem possível?

Portanto, os dez questionamentos e, em especial, o terceiro, farão com que atravessando o portal com respeito, o viajante poderá interagir com a comunidade de forma simétrica.

Diante do exposto, o presente estudo apresenta-se em três partes principais. Na primeira, tem-se uma visão macro e holística, onde se encontram informações gerais, a fim de que o leitor possa familiarizar-se com o tema, para compreender o que mais a frente estará exposto, ou seja, as informações apresentadas contribuirão como ferramentas para a percepção do conteúdo da segunda parte. Em relação à questão do desenvolvimento sustentável, Boff (2012, p. 107-110) destaca que tudo está interligado, ou seja, as dimensões sociais, ambientais, culturais e econômicas, afetam o todo e que não existe uma dimensão separada, pois todas são interdependentes. Portanto, esta visão ampla e abrangente faz com que o leitor perceba onde se insere o tema da Dissertação aqui apresentada.

Aqui se tem o capítulo 1, intitulado *Fundamentação Teórica e Metodologia da Pesquisa*, que oferta o referencial teórico e a metodologia utilizada na presente Dissertação, a saber: pesquisa bibliográfica, documental e de campo, e ainda, entrevistas semiestruturadas.

No capítulo 2, intitulado *Breves Informações sobre a Questão Indígena*, tem-se alguns dados atuais dos povos indígenas, tabela de populações e mapas. Traz um breve histórico da questão indígena, desde o descobrimento até os nossos dias, passando pelas gestões do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Expõe ainda a importância das comunidades indígenas como depositário cultural e sua luta contra os preconceitos que sofrem. Aqui se tem uma maior ênfase na questão da resiliência indígena, porém sem desmerecer a questão da resistência.

Com *O Despertar da Conscientização Ambiental*, título do capítulo 3 desta parte do estudo, tem-se uma retrospectiva das reuniões mundiais sobre a temática ambiental, iniciando pelo Clube de Roma, passando pelas Conferências de Estocolmo, Tibilisi, Rio de Janeiro, Kyoto e Johannesburgo, tratando-se ainda da questão ambiental brasileira. Tais conferências mundiais fomentaram a conscientização ambiental, até chegar ao ponto, ainda que incipiente, de que no mundo não existimos, mas sim, coexistimos.

Por último, destacam-se as considerações finais (capítulo 4) sobre a primeira parte do estudo aqui apresentado.

A segunda parte do estudo tem por título *As Labaredas da Poronga: iluminando o caminho do turismo*, adentrando-se ao tema escolhido, inclusive com pesquisa de campo. Lakatos e Marconi falam da importância da pesquisa de campo ao afirmar que esta se encontra direcionada ao estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições em vários campos da ciência, visando a compreensão de vários aspectos da sociedade. Aquelas autoras mencionam ainda que a pesquisa de campo favorece outros pesquisadores, uma vez que estes podem analisar os dados coletados para serem utilizados com outros objetivos (MARCONI; LAKATOS, 2003).

O quinto capítulo do estudo, intitulado *Percepções Indigenistas*, situado nesta parte, adentra na questão proposta. Nesta segunda parte, tem início os trechos das entrevistas realizadas. Aborda o relacionamento entre indígenas com os não indígenas, tanto na ótica dos primeiros, como na dos segundos. Este capítulo, em especial, é uma ferramenta para se entender a causa de muitos conflitos e evitar

sua repetição. O comportamento etnocentrista poderá ser quebrado, mediante o colocar em prática o que consta nos itens *Atravessando o portal com respeito*, bem como na leitura do texto *A busca do eu no outro*. No item *A importância da oralidade no universo indígena*, faz-se uma menção ao deputado indígena Mario Juruna, da etnia Xavante, sobre seu costume de utilizar gravador em reuniões com autoridades, dada a importância da oralidade indígena na pessoa do referido líder xavante e deputado federal. A oralidade, muito importante no universo indígena, ainda encontra-se presente na atualidade, mostrando um grande diferencial entre as sociedades tradicionais e aquelas da 'pós-modernidade', na qual vivemos.

O sexto capítulo aborda o *Turismo em Terra Indígena*. Tem início ao expor a legalidade sobre a entrada de pessoas em TI e, sequencialmente, passa a informar sobre o Grupo de Trabalho (GT) criado pela FUNAI, para estudar o referido assunto, pois, o mesmo já possui alguns resultados preliminares. Tem-se, assim, a apresentação de alguns exemplos de turismos em TI, apresentando-se, em seguida, tudo aquilo que a mídia abordou sobre a temática em questão. O capítulo encerra com alguns conceitos de turismo pedagógico e etnocultural, onde se dão as inserções das entrevistas realizadas.

As TIs Iraí e Rio Guaporé são abordadas no sétimo capítulo, pois orientam a análise e foram visitadas por este autor. Neste capítulo, inseriu-se uma quantidade considerável de trechos de entrevistas. A escolha das referidas TIs se deu pelo fato de que em uma já existe a experiência com atividade turística – a TI Iraí, Rio Grande do Sul (RS), enquanto a TI Rio Guaporé tem um turismo incipiente; portanto, é um quadro interessante estudado, com diferentes situações vividas. Ademais, uma TI está a quatro quilômetros da sede do município, enquanto que a outra está a um dia de barco, tipo voadeira, ou dois dias de embarcação grande, tipo motor de centro, da sede do município – realidades bem distintas.

O oitavo capítulo remete o leitor para um questionamento: Pode o turismo ser um agente sociocultural e de sustentabilidade? Neste sentido, faz-se um diálogo com autores e também com entrevistados, observando-se os pontos positivos e negativos advindos do turismo. Ademais, expuseram-se os tipos de turismo a serem analisados, observando o ônus e o bônus advindos da referida atividade. Pode a expectativa se tornar um resultado frustrante? Pode ser algo danoso?

Ao final da segunda parte, apresentam-se as considerações finais (capítulo 9) concernentes da referida parte do estudo aqui apresentado.

Na terceira parte, têm-se as considerações e as proposições finais da presente Dissertação.

No capítulo *Considerações* (décimo capítulo da Dissertação) foram contemplados os resultados obtidos, em razão das informações que surgiram com o estudo realizado. Chega-se, então, em uma situação de impasse: ou se escuta a voz dos índios e se parte para rodadas de conversações ou o assunto continua estacionado, como há anos já ocorre, ou seja, os indígenas não sendo ouvidos, sendo relegados a um segundo plano.

No último capítulo do presente estudo, referente às *Proposições*, são apresentadas várias recomendações destinadas à setores do Poder Público e sociedade civil, para que ocorram rodadas de conversações, pautadas por orientações que favoreçam o diálogo, evitando, assim, a assimetria entre as partes envolvidas.

Na parte pós-textual da Dissertação, situam-se as referências utilizadas para a composição do estudo, bem como o apêndice, que apresenta as entrevistas realizadas de forma integral, tendo em vista que ao longo dos capítulos estas foram utilizadas de forma descontinuada. Assim, o sentido das falas foi garantido e preservado.

## **PARTE I – UMA VISÃO MACRO E HOLÍSTICA**



## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLOGIA DA PESQUISA

A fundamentação teórica, bem como a metodologia utilizada neste texto vem ao encontro do material pesquisado em campo, bem como aqueles coletados na literatura e extraídos de documentos oficiais, portanto a forma empírica está embasada de teoria, havendo fundamentação no texto apresentado. Segundo Gonçalves (2003, p.64), o Quadro 1, a seguir expõe a classificação das pesquisas.

Quadro 1 – Classificação das pesquisas.

<b>Tipos de pesquisas segundo os objetivos</b>	<b>Tipos de pesquisas segundo os procedimentos de coleta</b>	<b>Tipos de pesquisas segundo as fontes de informação</b>	<b>Tipos de pesquisas segundo a natureza dos dados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Exploratória</li> <li>– Descritiva</li> <li>– Experimental</li> <li>– Explicativa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Experimental</li> <li>– Levantamento</li> <li>– Estudo de caso</li> <li>– Bibliográfica</li> <li>– Documental</li> <li>– Participativa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Campo</li> <li>– Laboratório</li> <li>– Bibliográfica</li> <li>– Documental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Quantitativa</li> <li>– Qualitativa</li> </ul>

Fonte: Gonçalves (2003, p. 64).

Nos próximos itens está informado em qual dos tipos acima está inserida a fundamentação teórica e metodologia utilizada nesta dissertação.

### 1.1 ARGUMENTAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA (REVISÃO DA LITERATURA)

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) publicou em 1997, o Manual Indígena de Ecoturismo, para auxiliar o componente indígena no trato com o ecoturista. Desta forma se pode observar que esse assunto, a cada dia que passa não pode ser mais tratado de forma amadora, como se não existisse tal demanda. Outros documentos foram emitidos tratando desta temática. O Ministério do Turismo (MTur), através da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, apresenta orientações para que ocorra

um envolvimento das comunidades próximas às atividades ecoturísticas. O livro menciona que:

O envolvimento comunitário, principalmente em áreas protegidas, é fundamental para a proteção dos recursos naturais e o sucesso do desenvolvimento do Ecoturismo. Dificilmente será possível proteger as unidades de conservação sem que seja formado um grupo de usuários ou visitantes que as conhecem, entendem seu valor e estão dispostos a defender suas áreas (BRASIL, 2008, p. 48).

Sobre o importante papel de legislar certas questões ambientais, que compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal, é mencionado na Constituição Federal (CF) de 1988, no Título II, Capítulo I, art. 24, § 7º, que se deve proteger o patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Tais ações devem ser coordenadas através de um colegiado formado em primeiro lugar pela comunidade indígena, órgãos públicos, sociedade civil, através das redes de serviços regionalizados, buscando atingir a maior parte da população e com maior qualidade, sempre ouvindo e com a participação maior da comunidade, para que não ocorra assimetria no relacionamento entre as partes.

O trabalho aqui proposto se justifica ao pretender analisar a questão do turismo em áreas indígenas e trazer informações que possibilite a construção, dentro do indigenismo, de uma prática que melhor venha a se adequar às necessidades das populações indígenas a serem beneficiadas com as atividades turísticas, a partir de uma legislação que venha a normatizar essa atividade, desta forma contribuindo para diminuir os espaços entre a cultura do branco e do índio, dando-lhes espaços para que ambos busquem enriquecimento cultural. Também se propõe a informar e analisar sobre atuações do Grupo de Trabalho (GT), instituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que trata deste tema e sua documentação produzida. Os estudos neste campo ainda estão “engatinhando” a passos lentos, para uma população que possui uma organização social e cultural de grande valor na história da construção do povo brasileiro, com imenso potencial paisagístico e cultural.

Ao se estudar a temática indígena se faz necessário conhecer as especificidades de suas dinâmicas sociais, culturais e cosmológicas, não se partindo para uma generalização, tipo Pan Indigenismo.<sup>3</sup> É imprescindível saber que cada etnia tem um enfoque e uma experiência diferenciada no significado de sua

---

<sup>3</sup> Ideia errônea que todos os indígenas são iguais e que soluções para uma etnia serviria para as demais.

existência, não havendo uma lógica cultural que englobe todas as comunidades indígenas. O significado da vida e tudo ao seu redor ocorrem em uma rede de relações sociais que extrapola com diversos valores, diversas necessidades de consumo, bem como diferenciados interesses locais e regionais, dessa forma, muitas vezes, indo de encontro às necessidades que a atividade turística pode suprir e essa mesma rede pode ser a que limita ou expande, no caso possibilita a capacidade de inserção das especificidades das populações indígenas num sistema turístico.

Portanto a questão de se fazer ou não turismo em Terras Indígenas transcende a um pequeno grupo de pessoas, sejam elas interessadas ou não nesta atividade. Observa-se o crescente interesse por outras culturas e/ou novos lugares, e que esse interesse não é somente unilateral, ou seja, de nossa sociedade, pois todos os povos tem interesse em conhecer novos lugares e, conseqüentemente, novas culturas, e nisso os indígenas também se encaixam. Basta observar quando um avião pousa em alguma aldeia, de imediato ocorrem “empréstimos ou transferências” culturais, pois as crianças reproduzem em madeira leve, conhecida como balsa, miniaturas de avião, enquanto os visitantes, mesmo estando em serviço, adquirem peças artesanais e solicitam que pintem em seus corpos figuras características do grafismo indígena, sendo que muitas vezes os turistas pagam por essas pinturas.

É interessante notar que por comunidades que detêm conhecimentos tradicionais e nisso estão incluídos os povos indígenas, se englobam grupos diferenciados da população em geral, que possuem um modo de vida com características próprias, que foram excluídos, muitas vezes de forma preconceituosa, da sociedade envolvente e mantém hábitos culturais específicos, com interligação junto a natureza, pois são *experts* em utilizar e ao mesmo tempo conservar a natureza onde vivem. Acabam também por desenvolver simbologias, mitos, linguagem, hábitos alimentares e religião particulares, dentre outras, resultando numa organização social específica. Esses grupos distintos da sociedade inúmeras vezes ficam esquecidos, para não dizer alijados do convívio nacional. O turismo pode ser a ponte para que os mesmos não sejam tratados de forma preconceituosa, e nesse sentido Moesch (2004, p. 465) aponta uma concepção de turismo, ao dizer que:

A concepção de Turismo que defendemos, como construto de seu objeto, parte do paradigma da complexidade, onde o turismo é uma prática social, ou melhor um campo de práticas histórico-sociais, que pressupõem o deslocamento dos sujeitos, em tempos e espaços, produzidos de forma objetiva, possibilitador de afastamentos simbólicos do cotidiano, coberto de subjetividades, portanto explicitadores de uma nova estética diante da busca do prazer.

Convêm ressaltar que várias comunidades, ao se manterem distanciadas, não somente geograficamente, porém um pouco afastada do sistema dominante, conseguiram manter, ou mesmo criar uma identidade própria, geralmente caracterizada por uma relação harmoniosa com a natureza. Essas comunidades tradicionais são geralmente indígenas, quilombolas, seringueiros, quebradoras de coco babaçu, dentre outras e possuem intensa relação com a natureza e de acordo com o Decreto nº. 6.040/2007, são considerados:

Art. 3º [...]:

I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;  
[...] (BRASIL, 2007).

Portanto, como exarado no Decreto anteriormente mencionado, embora de forma velada nas entrelinhas, a questão indígena transcende, ou melhor, perpassa várias áreas do saber, como a ecologia, que é o estudo da “casa” onde vivemos. Seguindo esse raciocínio, que é a questão da interdisciplinaridade, Gonçalves (1990), fala sobre o entrelaçamento da ecologia com as demais disciplinas. A questão ecológica é tão ampla que ele menciona:

De fato, parece não haver campo do agir humano com o qual os ecologistas não se envolvam: preocupam-no questões que vão desde a extinção de espécies como a baleia e os micos micos-leões, a explosão demográfica (GONÇALVES, 1990, p. 7).

O conceito de ecoturismo deixa transparecer que essa atividade é pontuada por preocupações quanto ao ambiente e populações tradicionais, pois, corroborando com essa posição de cuidado com o ambiente e pessoas, o GT Interministerial, composto pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MCIT); Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), instituído

pela Portaria Interministerial nº. 01, de 20 de abril de 1994, emitiu um importante documento que conceitua ecoturismo como:

Um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas (BRASIL, 1994, p.19).

Este olhar sustentável e cultural visto no parágrafo e citação anterior é ampliado no texto de Moesch (2004, p. 17), quando expande a interligação do turismo com cartografia, herança histórica e com o social, dentre outras, como se pode observar a seguir:

O Turismo é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços. Em razão de não ser uma atividade produtiva agrícola ou industrial, normalmente é classificada no setor terciário ou de serviços. É muito mais que uma indústria de serviços, pois o fenômeno turístico é a composição de uma prática social com base cultural, com herança histórica, meio-ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais (MOESCH, 2004, p. 17).

A menção de Moesch, vista na citação, dizendo que o turismo é uma prática social com base cultural faz considerável sentido quando inserida nas comunidades tradicionais, que geralmente são vulneráveis e muitas vezes fragilizadas. O fenômeno turístico mencionado pela autora da citação, que é muito mais que uma indústria de serviços, de certa forma ampara e baliza o relacionamento entre as comunidades indígenas com a sociedade envolvente. Isso também expõe a necessidade de um planejamento estratégico, em razão de grupos étnicos mais vulneráveis que outros.

## 1.2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Foi realizada pesquisa bibliográfica e documental sobre as Terras Indígenas (TIs) Kaingang de Iraí, Rio Grande do Sul (RS), e Rio Guaporé, Rondônia (RO), bem como pesquisa de campo. Marconi e Lakatos (2008, p. 218), mencionam que é muito importante saber escolher o tema, e a partir daí desenvolvê-lo através de pesquisa.

Na coleta de informações em campo foi utilizada a técnica de entrevistas abertas e semiestruturadas, ao modo de uma “conversação informal”, aproximando a relação de igualdade, pois se trata de motivações comportamentais, presumindo a informação livre de coação. As entrevistas ocorreram com indígenas das TIs Iraí (RS) e Rio Guaporé (RO), servidores da FUNAI e de outros órgãos trabalhando na causa indígena.

Este tipo de entrevista se caracteriza por um diálogo em que o informante tem mais liberdade nas respostas, ou seja, não é algo engessado, repassando informações ao entrevistador, que poderá ou não dar continuidade na linha de pensamento do informante. Caso se perceba que a entrevista se descamba para temas não interessantes à pesquisa, compete ao entrevistador, através de tato, com perguntas próprias ao tema, reconduzir a entrevista para o tema original. É aconselhável que o entrevistador tenha em seu rol de entrevistados uma gama de diferentes grupos de pessoas, para que a entrevista possa produzir mais respostas fidedignas ao tema, ou seja, com uma variação aceitável ante ao resultado final (TRIVIÑOS, 2011, p. 146).

O roteiro caracterizou-se por colocar questionamentos sobre o presente tema, cujas respostas não são padronizadas ou limitadas, podendo variar a ordem e o tema que são apresentados. Algumas entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, salvaguardando o entrevistado de algum problema futuro. Os entrevistados, aqueles que autorizaram, foram citados nominalmente como fonte no próprio trabalho. Este método permite ainda uma maior profundidade de investigação da realidade presenciada, pois são informações advindas dos próprios atores. Segundo Pádua (2000), as entrevistas constituem uma técnica alternativa para se coletar dados não documentados sobre um determinado tema. Menciona ainda que às vezes até existe o incentivo para que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal (PÁDUA, 2000, p. 66-67).

Porém é aconselhável ter precauções nas entrevistas, não achando que elas sejam as palavras finais de um estudo, pois podem ser tendenciosas, tanto pelo entrevistador, que pode conduzi-la para seu intento, como para o entrevistado, caso tenha interesses próprio nos resultados finais. A preocupação faz sentido, pois pode haver ali interesses de ambos os lados por um resultado que agrada, fazendo com

que os resultados não sejam fidedignos. Nesse sentido Minayo (1994, p. 57) menciona essa preocupação quanto às entrevistas, ao dizer que:

Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreocupada e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeito objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva.

Ainda sobre o envolvimento do pesquisador junto ao grupo pesquisado, que é a pesquisa participante, é um fator preocupante, pois o primeiro pode se envolver de forma desmedida com o público alvo prejudicando substancialmente sua pesquisa, conseqüentemente trazendo resultados não verdadeiros, que não condiz com a realidade. Entrevistas com pessoas que não representam a comunidade, também pode ser prejudicial, pois as escolhas dos entrevistados poderão dar o rumo para a pesquisa, fortalecendo-a ou prejudicando-a (TRIVIÑOS, 2011, p. 143). Isso vem ao encontro das orientações que está exarado no *item 5.3 Atravessando o Portal com Respeito* onde diz que pode haver lutas de facções por poder na comunidade e não se deve envolver com umas delas para que não ocorram impasses e que a melhor posição do pesquisador seria aquela em que se oferecessem soluções para os impasses, salvaguardando as limitações do mesmo.

Portanto a pesquisa qualitativa, na forma de entrevistas abertas tem o poder de adentrar com mais profundidade em questões que envolvem sentimentos, anseios populacionais, pois os mesmos não podem ser mensurados por números e são bem individuais. Desta forma o entrevistador pode abranger com mais intensidade uma questão, pois os questionamentos são respondidos sem uma limitação numérica, favorecendo o entendimento do tema explorado. Triviños (2011, p. 131) menciona de forma contundente esta questão, e diz que ao se coletar algum dado, pode-se partir para novas buscas, pois as mesmas não são divisões estanques:

As informações que se recolhem, geralmente, são interpretadas e isso pode originar a exigência de novas buscas de dados. Esta circunstância apresenta-se porque o pesquisador não inicia seu trabalho orientado por hipóteses levantadas a priori cuidando de todas as alternativas possíveis, que precisam ser verificadas empiricamente, depois de seguir outras, no achado de novas informações, que solicitam encontrar outros caminhos. Desta maneira o pesquisador tem a obrigação, se não quer sofrer

frustrações, de estar preparado para mudar suas expectativas frente a seu estudo. O denominado “relatório final” da pesquisa quantitativa naturalmente que existe na pesquisa qualitativa, mas ele se vai constituindo através do desenvolvimento de todo o estudo e não é exclusivamente resultado de uma análise última de dados.

Sobre o uso e pesquisa em documentos, Cellard (2008, p. 295) menciona que o documento escrito:

[...] constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas.

Concomitantemente a pesquisa bibliográfica foi feita a pesquisa documental a partir da leitura de material disponível na FUNAI, levando-se em conta contextos históricos e políticos. Portanto a utilização de documentos, ou sua pesquisa, dá base sólida para se entender a dimensão do tema estudado.



## 2 BREVES INFORMAÇÕES SOBRE A QUESTÃO INDÍGENA

Quando Pedro Álvares Cabral chegou ao Brasil, estima-se que a população indígena estivesse na casa dos cinco milhões. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, a população indígena brasileira totalizava naquele momento 817,963 mil pessoas, sendo que 517,4 mil residiam em Terras Indígenas (TIs). A cultura indígena está presente no comportamento do brasileiro, mesmo sendo ele de origem europeia. Existe o costume indígena de usar a rede de dormir, que até foi exportado para a Europa. A quase totalidade das cidades brasileiras possuem nomes indígenas e isto ocorre também com os relevos, rios e lagoas do Brasil, ou seja, a toponímia<sup>4</sup> brasileira está repleta de referências idiomáticas indígenas.

Dentre vários hábitos herdados dos índios, está a rica culinária, que muitos desconhecem ser de origem indígena, pois se come tapioca, mandioca, pamonha e inúmeros produtos derivados do milho. Em cada região do Brasil pelo menos um prato da culinária indígena é conhecido. Até mesmo na Região Sul do Brasil, caracterizada pelo grande contingente de emigrantes europeus, se encontra a presença de hábitos indígenas, tais como o uso do chimarrão e a culinária do pinhão. Temos por herança o hábito do banho diário, muito antes das nações europeias assim o fazerem. Portanto, a questão indígena não pode ser deixada de lado, pois no Brasil existem mais de 230 etnias, falando 180 idiomas, produzindo uma variedade incrível de artesanatos, muito procurado, por nacionais e estrangeiros.

Já naqueles idos, Pero Vaz de Caminha, em sua carta ao Rei de Portugal, relata uma atração natural sobre os habitantes desta terra. Ele conta que os índios ficavam juntos deles, os marinheiros, e se misturavam. Cita o grafismo corporal e se surpreende com o urucum, pois diz que apertando tal semente sai um líquido vermelho que os índios pintam o corpo. É a primeira vez na literatura brasileira que é mencionado tal vegetal, hoje tão difundido na culinária brasileira, na forma de colorau. O escriba da esquadra de Cabral textualmente diz:

---

<sup>4</sup> Nome próprio de lugares, desde cidades aos lagos, passando por lagoas, montes e montanhas, rios, vales, povoados, vilas, etc.

E, segundo diziam esses que lá foram, folgavam com eles. Neste dia os vimos mais de perto e mais à nossa vontade, por andarmos quase todos misturados. Ali, alguns andavam daquelas tinturas quartejados; outros de metades; outros de tanta feição, como em panos de armar, e todos com os beijos furados, e muitos com os ossos neles, e outros sem ossos. Alguns traziam uns ouriços verdes, de árvores, que, na cor, queriam parecer de castanheiros, embora mais pequenos. E eram cheios duns grãos vermelhos pequenos, que, esmagando-os entre os dedos, faziam tintura muito vermelha, de que eles andavam tintos. E quanto mais se molhavam, tanto mais vermelhos ficavam. Todos andam rapados até cima das orelhas; e assim as sobrancelhas e pestanas. Trazem todos as testas, de fonte a fonte, tintas da tintura preta, que parece uma fita preta, da largura de dois dedos. Foram-se lá todos, e andaram entre eles. E, segundo eles diziam, foram bem uma légua e meia a uma povoação, em que haveria nove ou dez casas, as quais eram tão compridas, cada uma, como esta nau capitânia. Eram de madeira, e das ilhargas de tábuas, e cobertas de palha, de razoada altura; todas duma só peça, sem nenhum repartimento, tinham dentro muitos esteios; e, de esteio a esteio, uma rede atada pelos cabos, alta, em que dormiam. Debaixo, para se aquecerem, faziam seus fogos. E tinha cada casa duas portas pequenas, uma num cabo, e outra no outro (CAMINHA, 1500, n. p.).

Portanto, desde Pedro Álvares de Cabral até os nossos dias, a questão indígena ainda encontra-se presente, inclusive, nos grandes centros, causando curiosidades nas pessoas em geral.

## 2.1 AS COMUNIDADES INDÍGENAS COMO CELEIRO DE RESILIÊNCIA<sup>5</sup>

A palavra comunidade deriva de *comum*, ou seja, algo que pode ser concreto ou abstrato e que seja pertencente a mais de uma pessoa. O Dicionário Aurélio menciona que comunidade é o estado do que é comum, é paridade, comunhão, identidade, comunidade de sentimentos e se caracteriza por acentuada coesão baseada no consenso espontâneo dos indivíduos que o constituem (FERREIRA, 1986, p. 444).

---

<sup>5</sup> Termo originado na Física. Atualmente é adotado em muitas áreas do saber. Na Física, resiliência é a capacidade de um material voltar ao seu estado normal depois de ter sofrido uma pressão. Porém, atualmente, o conceito é multidisciplinar e também tem sido aplicado ao comportamento humano diante do caos do dia a dia, prazos, pressões, muita perseguição, tensão e estresse acumulado. A pessoa resiliente retorna ao seu estado anterior, demonstrando grande capacidade de superação, mesmo em meio aos obstáculos e percalços enfrentados. O referido termo pode ser aplicado à recuperação de um ambiente que sofreu um grande impacto, como, por exemplo, uma queimada. Na Ecologia, ganhou espaço a partir de uma conferência realizada em Estocolmo intitulada: *Resilience 2008: Resilience, adaptation and transformation in turbulent times. Internacional. Science and Policy Conference, Estocolmo, Suécia, 14-17 abril/2008.*

Inúmeros conceitos de comunidade poderão ser encontrados na literatura, dependendo em que área do saber ele está relacionado. Sem dúvidas que onde ele estiver sendo aplicado, ali será utilizado aquele que melhor se encaixar, ou seja, haverá uma definição própria mais adequada ao tema. Porém o termo comunidade basicamente se aplica aos componentes de grupos rurais ou urbanos, ligados por alguma afinidade, que pode ser territorial, profissional, científica, étnico, religiosa, nacional, inclusive virtual, dentre outros, sempre ligado por um sentimento de pertencimento.

Sobre o pertencimento de um membro a um grupo comum, Little (2004, p. 283-284) menciona o termo Povos Tradicionais:

O uso do conceito de povos tradicionais procura oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis [...]. Em resumo, o conceito de povos tradicionais procura encontrar semelhanças importantes dentro da diversidade fundiária do país, ao mesmo tempo em que se insere no campo das lutas territoriais atuais presentes em todo Brasil (LITTLE, 2004: p. 283-284).

Sobre pertencimento a grupos, Weber (*apud* FERNANDES, 1973, p. 140-143) menciona que nem todo grupo em luta por um mesmo objetivo significa que ele é uma comunidade e exemplifica ao dizer que repentinamente todos em uma rua, ao começar uma chuva, abrem seus guarda chuvas, com o objetivo único de não se molharem, no entanto não se conhecem, portanto não existe ali uma comunidade, não obstante terem um só objetivo, que é se proteger da chuva.

Portanto cada povo tem sua própria maneira de entender e se organizar diante do mundo, apresentando diferentes manifestações culturais, sociais, políticas e religiosas, econômicas, de relação com o meio ambiente e ocupação de seu território, com necessidades específicas que precisam ser atendidas e, principalmente respeitadas.

As comunidades indígenas são grandes celeiros culturais que a cada dia que passa atrai mais e mais a atenção das pessoas. Muitas dessas comunidades, com seus membros nucleados ou não, ao longo do tempo não se manifestavam abertamente como indígenas e isso, muitas vezes como forma de defesa. Ao se esconderem, estavam se defendendo para manterem sua forma de ser. Tal defesa certamente em razão de que presenciaram afirmações de que eles não tinham

cultura. Essa resiliência é bastante visível nas comunidades indígenas, sobre tudo naquelas em que a população neo nacional se encontra nas proximidades.

Nesse sentido, ao se falar de comunidades tradicionais, Laraia (2007, p. 87) deixa claro que:

Todo sistema cultural tem sua própria lógica e não passa de um ato primário de etnocentrismo tentar transferir a lógica de um sistema para outro. Infelizmente a tendência mais comum é considerar lógico apenas o próprio sistema e atribuir aos demais um alto grau de irracionalismo.

A cultura é dinâmica e não estática. Um exemplo, os indígenas da etnia Hixkaryana, aldeia Cassawá, na década de 1980, percorriam alguns dias na floresta até chegarem à aldeia do povo Wai Wai para adquirirem miçangas, realizando o escambo. Já os Wai Wai, do mesmo tronco étnico, trazem essas miçangas da República da Guiana e comercializavam com os demais indígenas vizinhos. A razão destes últimos de irem à Guiana, reside no fato de que esse povo indígena também habita aquele país, ou seja, há uma relação de parentesco que não é seccionada pela fronteira do Brasil com o citado país vizinho. A busca e utilização de miçangas, não produzido em seu sítio é uma dinâmica cultural. Não é errada a pintura de certas penas de aves, em razão da inexistência atual de aves que no passado viviam nesses mesmos lugares. Essa afirmativa vem ao encontro do que Roque de Laraia (2007, p. 101) menciona, ao dizer que não há cultura estanque, pelo contrário, há uma mutação dinâmica:

[...] cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender esta dinâmica é importante para atenuar o choque entre gerações e evitar comportamentos preconceituosos. Desta forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes, é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema. Este é o único procedimento que prepara o homem para enfrentar serenamente este constante e admirável mundo novo do provir.

A Figura 2, a seguir, onde para alguns pode parecer como algo artificial, não verdadeiro, comprova o que conhecemos como empréstimo cultural, ou seja, que se uma cultura está viva, ela não é estanque. Trata-se de luminárias elétricas confeccionadas pelo povo Potiguara da Baía da Traição, Paraíba (PB), a partir de conchinhas recolhidas na praia.



Figura 2 – Luminárias de conchas do mar. Feitas por artesãos do povo indígena Potiguara. Este artesanato estava exposto para venda dentro da Casa de Cultura Acajutibiró.

Fonte: Do autor (2008).

E, em se falando em sistema cultural, como mencionou Laraia, se sabe o Brasil é um celeiro, pois é um país multicultural e pluriétnico. Neste contexto, Darci Ribeiro menciona que o povo brasileiro tem um vínculo muito forte com a cultura indígena e que a mesma faz parte do dia a dia deste povo. Textualmente Ribeiro (1996, p. 12-13) destaca:

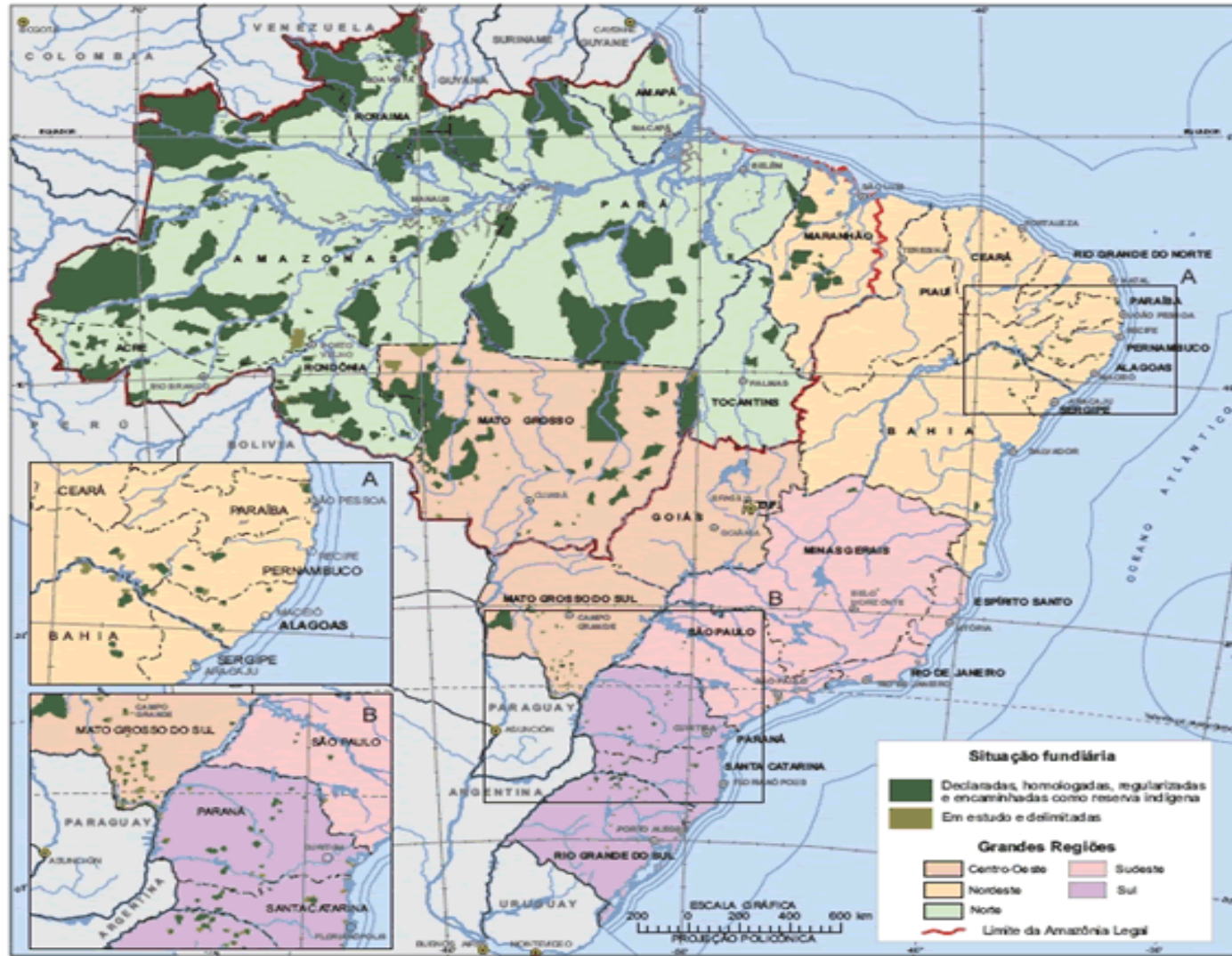
Naturalmente, ao longo destes quinhentos anos, os índios mudaram muito, como nós também mudamos, mas eles guardam duas coisas cujo conhecimento é essencial para nós. Primeiro, seu próprio ser biológico, seus genes, que nós levamos no corpo mantendo-nos vivos como seus descendentes. A segunda herança que temos dos índios é a sua adaptação milenar à floresta tropical. Sem esse saber, seríamos outros. O que nos singulariza como cultura é o patrimônio de nomes das coisas da natureza que nos circunda, as dezenas de plantas domesticadas pelos índios e que cultivamos em nossas roças e as milhares de árvores frutíferas e de outros usos que eles nos ensinaram a aproveitar. Assim é que continuamos sendo índios nos corpos que temos, e na cultura que nos ilumina e conduz.

Portanto o Brasil é um país multifacetado etnicamente e esse precioso elemento não poderia deixar de ser observado pelo turista, que deseja tomar conhecimento da cultura material e imaterial de um povo que lhe é desconhecido,

porém com vínculos dentro de seu ser. Deseja não somente desfrutar das belezas naturais contidas dentro de uma Terra Indígena, pois tais belezas seguramente ele encontraria em outras regiões não indígenas, mas anseia ter conhecimento de um todo.

Nessa linha de raciocínio, os índios também são guardiões ecológicos, muitos são sobreviventes de uma guerra injusta, pois foram despojados de suas terras, os seus recursos naturais foram espoliados, sua mitologia, crenças, música, etc., ou seja, toda sua cultura foi pisoteada e agora a biodiversidade preservada em seus territórios corre risco de ser surrupiada pela biopirataria. A questão indígena é bastante complexa, não existindo uma fórmula única para ser aplicada, em suma, seja qual for o tipo de projeto em TI, deve ser devidamente analisado, por todo o grupo, não de cima para baixo, para se conseguir, ou não, um mínimo possível de probabilidade de sucesso.

As palavras de Darci Ribeiro, na citação, podem ser transplantadas para o Mapa 1, a seguir, referente à situação fundiária, onde se vê a resistência demonstrada nos pontos do mapa onde mostra as TIs. Nota-se que excetuando a região Amazônica e a TI Kadweu, no Mato Grosso do Sul (MS), não se vê contornos de TI, se nota somente pequenos pontos, demonstrando o assalto fundiário realizado nas comunidades. Porém, mesmo assim, a resistência se mantém de forma aguerrida, embora numa luta desigual.



Mapa 1 – Terras Indígenas brasileiras.

Fonte: IBGE (2013).

## 2.2 DO DESCOBRIMENTO AO INÍCIO DO SÉCULO XX

As duas potências mundiais no final do século XI e XVI eram Espanha e Portugal, que buscavam eldorados em especiarias pelo mundo marítimo afora e daí descobriram outras terras além dos mares nunca dantes navegados e, conseqüentemente, o domínio destas novas Terras. Nesses rincões distantes habitavam povos com cultura própria, porém os exploradores, mais tarde colonizadores / exploradores, com doenças desconhecidas e etnocentrismo foram capazes de aniquilar quase que totalmente povos com sabedoria milenar.

Após o descobrimento, o Brasil passou por um período de esquecimento. Os portugueses vinham até aqui somente para usufruir do pau Brasil. Os índios eram tratados sem maiores rigores, pois os portugueses precisavam deles para o trabalho de corte, transporte e embarque do produto. Ocorre que essa dependência ficou mais marcante e o colonizador passou a temer pelo sucesso do empreendimento, receoso de se lançar ao mar, partindo de Portugal e não conseguir o produto.

A partir de então se iniciaram os assaltos ao sertão com o objetivo de aprisionar indígenas para o trabalho escravo. Jogou-se etnia contra etnia, sendo notória a posição dos índios tupinambá<sup>6</sup> a favor dos franceses. Desta forma, aprisionar índios que não eram a favor da situação reinante, mesmos se estes índios não fossem aliados aos outros invasores, tornou-se razão pelo aprisionamento e conseqüente escravidão deles. Caso os indígenas não tivessem propensão ao batismo católico, eram eles considerados pagãos, logo sem alma, conseqüentemente era justo escravizá-los. Soma-se a isso a questão de que muitos deles não queriam comercializar com os colonizadores, logo, os comerciantes brancos tinham autorização da Coroa de fazer a guerra justa e escravizá-los, pois eram considerados inimigos.

Moreira Neto (2005) escreve sobre guerras justas, alianças, maus tratos, escravidão, traições, opressões, perdas e conquistas. Naquele período colonial, sobre povos indígenas do Nordeste, aquele autor menciona:

---

<sup>6</sup> Em se tratando de grafia das etnias indígenas brasileiras, por convenção, se escreve no singular e não apresentam plural.



Estes grupos tribais haviam suportado uma larga soma de maus tratos e opressões e opressões da parte dos portugueses. Grupos Tupi da costa, como os Kaetés, foram exterminados em grande número pelas guerras justas conduzidas contra eles na segunda metade do século XVI, após a morte do bispo Pero Sardinha [...]. Outros grupos Tupi, como os Potiguara da Paraíba e Pernambuco também sofreram processos semelhantes, sendo forçados ao trabalho servil nos engenhos de açúcar da região (MOREIRA NETO, 2005, p. 199).

Os índios viam a diferença no tratamento recebido dos holandeses que ocuparam o Nordeste. Havia pagamento pelas tarefas executadas, era proibido terminantemente a escravidão e mesmo aos índios hostis não era permitida sua venda. Nassau já dizia que todo indígena deveria receber tratamento hospitalar e assistência médica e que deveriam viver em paz na sua aldeia.

Neste sentido, Moreira Neto (2005, p. 200) destaca:

Estas normas chocavam-se por vezes com o caráter da estrutura econômica e as relações de trabalho, baseadas no braço escravo, indígena ou africano, introduzidos pelos portugueses [...]. o governo holandês no Brasil representou uma melhoria substancial nas condições de vida a que eram submetidos os indígenas.

Prática muito comum era aquela em que se repassava a incumbência da busca a aprisionamento de indígenas por outros grupos étnicos, ou seja, fomentava-se o atrito interétnico para que ocorresse uma guerra justa e, conseqüentemente fazer prisioneiros de guerra que viravam escravos.



Figura 3 – “Índios soldados escoltando selvagens”. Índios, amarradas entre si e crianças sendo levadas prisioneiras para trabalho escravo. Embora a gravura seja de 1830, a ação de aprisionamento para escravatura de indígenas já existia em décadas anteriores.

Fonte: Gravura de Jean Baptista Debret, prancha 20. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. (Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil).

Entram em cena os Missionários Jesuítas que foram de certa forma um baluarte contra o aniquilamento total dos indígenas por parte dos proprietários de terras, ou seja, mesmo sob as ordens da Coroa Portuguesa, os Jesuítas foram um entreve aos latifundiários de então, pois ainda receavam o poder eclesiástico. Passa-se o tempo e ocorre uma nova ordem em Portugal, Marques de Pombal, retira o poderio dos Jesuítas e os expulsam do Brasil e promove leis indigenistas. Reconhece o direito dos índios de serem livres e cria o cargo público de Diretor de Índios, até então tal atividade, com outro nome, era de exclusividade dos Jesuítas.

Com o advento do Ciclo da Cana de Açúcar essa situação ficou mais intensa, pois não era somente o escravo africano que trabalhava em fazendas e engenhos de cana. Aquela época era caracterizada por senhores que impunham uma imagem de senhor feudal perante todos da sociedade, por conseguinte, eles exerciam seu poder totalitarista. O Índigena era tratado como um ser inferior como se fosse criança e incapaz.

A invasão de Portugal pelo exército de Napoleão ocasionou a vinda da Família Real para o Brasil. Ao contrário do que se imagina, não houve avanço na questão indígena, pelo contrário, pois se inicia um período em que o indígena pode até perder sua liberdade. Para que o índio seja escravo, basta um simples ato que ele faça e que não seja do agrado do colonizador.

Com o advento da República encerra-se o trato dos indígenas por parte dos missionários. A Igreja deixa de ser a única detentora dos assuntos indígenas, pelo menos oficialmente, pois o Brasil passa a ser um Estado laico. Leis são negligenciadas e os conflitos passaram a ser mais intensos.

### 2.3 O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO (1910-1967)

A criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) ocorreu em 1910, e tinha como objetivo arregimentar indígenas como mão de obra para o trabalho, geralmente agrícola, tanto que sua sigla inicial era SPILTN, que significava Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. A ação de Localização de Trabalhadores Nacionais foi desmembrada em 1918, e daí para frente ficou somente SPI. Nos anos que antecederam a criação do SPILTN as frentes pioneiras estavam realizando um verdadeiro massacre aos índios, criando um sentimento de revolta nas pessoas mais esclarecidas que pressionaram o governo a tomar decisão em prol das comunidades indígenas. Embora não fosse o órgão ideal, pois o SPI tinha por objetivo máximo a integração dos índios, mostrando o positivismo da época, porém com a criação do SPI as populações indígenas puderam ter um mínimo de segurança.

A figura positivista de Cândido Mariano da Silva Rondon, de origem indígena, embora hoje em dia marcada por contestações, foi importante na defesa dos povos indígenas, pois havia até mesmo dentro do governo linhas de pensamento de que os indígenas deveriam ser exterminados. Se Rondon fosse cidadão, possivelmente a criação do SPI não tivesse ocorrido, ou quem sabe ocorresse muitos anos mais tarde, sendo maiores ainda o prejuízo da população indígena. Em razão das atividades profissionais de Rondon ocorrerem em área rural fez com que a realidade lhe saltasse aos olhos e lutasse pela causa indígena,

embora de uma forma hoje questionada, em razão da perspectiva integracionista, impregnado nas suas ações indigenistas.

Essas ações basicamente visavam fazer dos índios trabalhadores nacionais para o bem do país. Sobre as atividades do SPI, Lima (1995, p. 126) mencionando sobre a trajetória de índios nômades à trabalhadores nacionais, diz que:

O “destino final” da população indígena seria, pois, o mercado de trabalho rural, sob a rubrica de *trabalhador nacional*. Esta expressão encobriria uma vasta gama de produtores diretos destituídos da propriedade da terra e vagamente identificados aos libertos da escravidão e seus descendentes ou dos surgidos de casamentos com nativos.

As ações do SPI eram postuladas como salvadoras, os índios seriam cidadãos, integrados à comunhão nacional, portanto deixariam suas vidas de selvagens, bravos, que necessita da civilização para se tornarem felizes. Ações salvadoras já ocorreram, no caso com a igreja, que ao batizar o índio, livrava-o do inferno, retirava-o da barbárie, pois segundo o mundo eclesiástico de então ele era pagão e não tinha alma.

Posteriormente, nas décadas de 1940 e 1950 pensamentos antropológicos começaram a aflorar no SPI, embora ainda de forma incipiente, fazendo com que germinasse ideias de criações de Parques Nacionais Indígenas e Terras Indígenas com maiores superfícies, o que realmente ocorreu mais tarde, diferentemente ações daquelas de então, pois as demarcações de terra eram até então extremamente minúsculas.

Com denúncias graves e em meio a um completo caos o SPI foi extinto em 1967, pois não cumpria mais sua missão mesmo dentro do positivismo.

## 2.4 A FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Criada em 1967, no período do regime militar, com o objetivo de acabar com os desmandos do SPI, na realidade foi planejada para realizar, junto a outros órgãos<sup>7</sup>, uma política de integração territorial, provendo o Estado Brasileiro àquelas

---

<sup>7</sup> O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), em 1970, receberam a nova denominação Instituto Nacional de Colonização e Reforma

regiões ditas sertões. Vivia-se a época do Milagre brasileiro com aberturas de estradas na Amazônia, criação de agrovilas, construções de hidrelétricas, etc. Nesta época certos servidores foram taxados de comunistas e perseguidos, pois muitas vezes iam até as cidades próximas com grupos de índios para fazerem algumas compras e logo diziam que eram líderes comunitários de base, desta forma ficaram marcados como perigosos.

Em seu *site*, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) informa suas atribuições junto às comunidades indígenas, porém, várias outras foram retiradas desta Fundação, por meio de vários Decretos do Ex-Presidente da República Fernando Collor de Mello. Neste sentido, no referido portal, consta que:

A FUNAI tem como objetivo principal promover políticas de desenvolvimento sustentável das populações indígenas, aliar a sustentabilidade econômica à sócio- ambiental, promover a conservação e a recuperação do meio ambiente, controlar e mitigar possíveis impactos ambientais decorrentes de interferências externas às terras indígenas, monitorar as terras indígenas regularizadas e aquelas ocupadas por populações indígenas, incluindo as isoladas e de recente contato, coordenar e implementar as políticas de proteção aos grupos isolados e recém contatados e implementar medidas de vigilância, fiscalização e de prevenção de conflitos em terras indígenas (FUNAI, 2013, n. p.).

A FUNAI também menciona que sua Missão é:

Coordenar o processo de formulação e implementação da política indigenista do Estado brasileiro, instituindo mecanismos efetivos de controle social e de gestão participativa, visando à proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas (FUNAI, 2013, n. p.).

Com o advento da Nova República, a situação ficou pior, pois o que se imaginava ser a redenção do órgão não se concretizou, e poucos anos depois, através vários Decretos<sup>8</sup> fizeram com que a FUNAI fosse perdendo o poder, ou seja, sendo esvaziada, colocando atribuições indigenistas em outros órgãos que não possuíam conhecimentos desta área.

---

Agrária (INCRA). Têm-se ainda os outros órgãos: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste e o Ministério do Interior (MINTER), entre outros.

<sup>8</sup> Os Decretos n<sup>os</sup>. 23, 24, 25 e 26, de 04 de fevereiro de 1991, assinados pelo Presidente Fernando Collor, retiraram da FUNAI as ações da educação, saúde, atividades produtivas de subsistência e fiscalização ambiental.

Com a Constituição Federal (CF) de 1988 os indígenas passaram a ter um pouco mais direitos, tendo mais visibilidade que então, é contemplando aos índios maiores poderes de organização e mobilização política. O Capítulo VIII é conhecido como *Capítulo Do Índio* e o Ministério Público Federal (MPF) se tornou um aliado na causa indígena. Ainda falta um novo Estatuto do Índio, já que o atual, datado em 1973, Lei nº. 6.001/1973, não atende os anseios das comunidades.

Com o advento da Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 2002, os povos indígenas passaram a ter mais autonomia, pois sempre que os mesmos correm o risco de serem afetados por alguma medida legislativa ou administrativa, os mesmos deverão ser consultados sobre os temas em questão.

Fato importante ocorreu em 2006 – a Conferência Nacional dos Povos Indígenas, em Brasília, Distrito Federal (DF), depois de várias outras regionais ocorridas em vários pontos do território nacional. Este marco histórico alavancou ainda mais o Movimento Indígena que culminou com a criação da Comissão Nacional de Política Indigenista<sup>9</sup> (CNPI) – um Foro de discussão, onde, em reuniões regulares junto ao Poder Público, são discutidas as diretrizes políticas para o atendimento aos indígenas.

## 2.5 DADOS POPULACIONAIS INDÍGENAS

No Brasil, existem 505 terras indígenas reconhecidas, sendo que estas compreendem 12,5% do território brasileiro (106.739.926 hectares), com significativa concentração na região amazônica.

Nos quadros a seguir podem ser encontradas informações sobre dados populacionais indígenas, fornecidas pelo IBGE, no âmbito do Censo 2010.

---

<sup>9</sup> CNPI: Conselho Nacional de Política Indigenista. Composto por vários indígenas do Brasil, com reuniões regulares eles participam nas políticas públicas, foro de discussões que por ventura lhes toquem.

A Tabela 1, a seguir demonstra a evolução autodeclarada indígena nos censos de 2000 e 2010, por Região do Brasil em ordem de população, da maior para a menor, tendo por base a coluna referente ao ano 2010.

Tabela 1 – População indígena presentes nas cinco Regiões do Brasil.

<b>REGIÃO</b>	<b>ANO 2000</b>	<b>ANO 2010</b>
Região Norte	213.445	305.873
Região Nordeste	170.389	208.691
Região Centro-Oeste	104.360	130.494
Região Sudeste	161.189	97.960
Região Sul	84.748	74.945
<b>TOTAL</b>	<b>734.131</b>	<b>817.963</b>

Fonte: IBGE (2010).

Na Tabela 2, a seguir, não existe a coluna referente aos Estados, o que se explica pelo fato de que muitas etnias estão presentes em várias Unidades da Federação (UFs).

Tabela 2 – As etnias indígenas brasileiras com maior contingente populacional.

<b>NÚMERO DE ORDEM</b>	<b>NOME DA ETNIA</b>	<b>POPULAÇÃO</b>
1	Tikuna	46.045
2	Guaraní	43.401
3	Kaingang	31.814
4	Makuxi	22.568
5	Terena	28.845
6	Tenetehara	24.428
7	Yanomami	21.982
8	Potiguara	20.554
9	Xavante	19.259
10	Pataxó	13.588
11	Sateré-Mawé	13.310
12	Mundurukú	13.103

Fonte: IBGE (2010).

A Tabela 3, a seguir, mostra a população indígena nos Estados. Por ser autodeclarada, observa-se, por exemplo, que o DF tem um grande contingente populacional, próximo ao do Amapá (AP). Outra situação a ser observada é o Rio de Janeiro (RJ), que em dez anos perdeu mais da metade de sua população.

Tabela 3 – População indígena brasileira presente nos Estados e no Distrito Federal – Censo 2000 e 2010.

<b>UNIDADE DA FEDERAÇÃO</b>	<b>ANO 2000</b>	<b>ANO 2010</b>
Acre	8.009	15.921
Alagoas	9.074	14.509
Amapá	4.972	7.408
Amazonas	113.391	168.680
Bahia	64.240	56.381
Ceará	12.198	19.336
Distrito Federal	7.154	6.128
Espírito Santo	12.746	9.160
Goiás	14.110	8.533
Maranhão	27.571	35.272
Mato Grosso	29.196	42.538
Mato Grosso do Sul	53.900	73.295
Minas Gerais	48.720	31.112
Pará	37.681	39.081
Paraíba	10.088	19.149
Paraná	31.488	25.915
Pernambuco	34.669	53.284
Piauí	2.664	2.944
Rio de Janeiro	35.934	15.894
Rio Grande do Norte	3.168	2.597
Rio Grande do Sul	38.718	32.989
Rondônia	10.683	12.015
Roraima	28.128	49.637
Santa Catarina	14.542	16.041
São Paulo	63.789	41.794
Sergipe	6.717	5.219
Tocantins	10.581	13.131
<b>T O T A L</b>	<b>734.131</b>	<b>817.963</b>

Fonte: IBGE (2010).



É na Amazônia Legal brasileira<sup>10</sup>, onde se encontram as TIs com superfícies mais extensas, não significando falta de conflitos por razões fundiárias. Porém, nessa região concentra 60% da população indígena. Além dos limites da Amazônia Legal, as TIs são minúsculos pontos, quase imperceptível, conforme observado no Mapa 1, apresentado anteriormente.

---

<sup>10</sup> Entende-se por Amazônia Legal, além dos Estados da região Norte: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, os Estados de Mato Grosso, embora esteja na região Centro Oeste, e parte do Maranhão, embora esteja na região Nordeste, conforme o Decreto-Lei nº. 5.173/1966.

### 3 O DESPERTAR DA CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL

O problema da alienação da sociedade vem daqueles indivíduos que focam mais naquilo que separa, ao invés do que une.

**Milton Santos**

O Dicionário Aurélio define ecologia como a parte da biologia que estuda as relações entre os seres vivos e o meio ambiente em que vivem, bem como as suas recíprocas influências e a palavra economia como a arte de bem administrar uma casa ou um estabelecimento particular ou público (FERREIRA, 1986, p. 617). Ou seja, é o estudo e a administração da casa onde moramos, num contexto mais amplo, é tudo que nos cerca. Termos com sentidos bem próximos, porém com atores humanos tão distantes entre seus ideais. Economistas e ecologista, que deveriam ser interdependentes, se distanciaram nas suas diretrizes e ações que na atualidade para se reverter esse quadro é uma tarefa desgastante. Os primeiros começaram a conquistar espaço a partir da Revolução Industrial no Reino Unido, no século XVIII, marcando o processo produtivo de então e dando origem e impulsionando o sistema capitalista. Já os segundos, ecologistas, somente começaram a ter mais visibilidade a partir do final dos anos sessenta, mesmo assim de forma tímida. Ecologia era algo pregado por poucas pessoas e a sustentabilidade ainda não se conhecia.

O marco do movimento ecológico praticamente teve início com um acidente de grandes proporções ambientais ocorrido na Europa em 1967. Foi o derramamento no mar de milhares de toneladas de petróleo, em consequência do encalhamento do navio petroleiro Torrey Canyon.<sup>11</sup> A partir daí, o tema ambiental começou a ganhar corpo e, conseqüentemente começaram a surgir as conferências ambientais, preocupadas com o ambiente onde vivemos.

---

<sup>11</sup> Em 18 de março de 1967, o petroleiro Torrey Canyon encalhou próximo ao litoral da Grã-Bretanha, com milhares de toneladas de petróleo, derramando-as no mar, causando um grande estrago ambiental, sendo que o vazamento chegou até às praias de cidades costeiras francesas. Naquela época atividades ambientais eram quase inexistentes e a população inexperiente usava produtos corrosivos no intuito de remover o petróleo que encharcavam as penas das aves marinhas, causando ainda mais desastre ambiental.

Especialistas e estrategistas consideram que, de um modo geral, a partir do momento que um problema é óbvio a todos, poderá ser tarde demais para solucioná-los ou seja é melhor prevenir do que remediar (MACEDO, 2003, p. 62).

Na maioria das vezes o ser humano utilizou os recursos que a natureza oferece de forma irresponsável, como se eles fossem inesgotáveis. A citação a seguir corrobora com esse pensamento:

Se a humanidade chegou ao ponto em que se encontra nos dias de hoje em relação à degradação ambiental, é por que por muito tempo encarou a natureza como fonte infindável de recursos naturais. Mais ainda, o homem sempre se colocou como um elemento à parte da natureza, que poderia usufruí-la como bem entendesse, sem ser afetado pelas agressões que causaria a seu próprio ambiente (ZOCCHÉ, 1995, p. 92).

Diferentemente dos demais ocupantes deste planeta, o homem não estabelece limites em suas ações, fazendo tudo em prol de um pseudo desenvolvimento, e por essas ações, ao agredir a casa onde ele vive o homem se auto destrói. É necessário avaliar o quanto vale o ambiente onde estamos inseridos, pois:

Costumeiramente respeitamos aquilo que conhecemos, por admiração, por necessidade, ou por medo. Aquilo que desconhecemos, por ignorância, no sentido restrito, não respeitamos. Muitas vezes nem demos conta dos erros que estamos cometendo em relação ao meio ambiente. Além disso, certas atitudes que tomamos, são extremamente perniciosas, e às vezes, as tomamos pensando estar agindo ecologicamente correto (ZOCCHÉ, 1995, p. 93).

Portanto, essa questão deve estar presente nos círculos de estudo, pois não se pode mais fechar os olhos para esta situação, pois se está vivendo na atualidade o resultado do desrespeito perpetrado contra a natureza, entre outros. Exemplo disso pode ser observado que o aquecimento global é fruto desta desastrosa atitude do homem para com o ambiente natural. A atitude do homem deveria ser o contrário, ou seja, ao preservar a natureza, respeitando-a, o homem estaria oferecendo uma melhor qualidade de vida para a própria humanidade.

A situação é bastante grave, o aquecimento global está prejudicando sensivelmente a vida neste planeta e a conscientização das pessoas sobre este tema atinge a sociedade como um todo, independente de posição social. Neste sentido, a revista *Veja* mencionou:

Já começou a catástrofe causada pelo aquecimento global, que se esperava para daqui trinta ou quarenta anos. A ciência não sabe como reverter seus efeitos. A saída para a geração que quase destruiu a espaçonave Terra é adaptar-se a furacões, secas, inundações e incêndios florestais (VEJA, 2006, p. 69).

Na página 83 da mesma revista a informação termina de forma preocupante, dizendo:

Isso não nos livrará, porém, da condenação das gerações futuras. Seremos sempre estigmatizados como os tripulante que por pouco não destruíram o único, pálido, frágil e azul oásis de vida na imensidão do universo (VEJA, 2006, p. 83).

Com essa leitura fica claro que a humanidade está correndo perigo, andando na beirada do abismo do colapso ambiental, por causa de sua própria imprudência e desrespeito às leis da natureza. A humanidade depara-se com a possibilidade de não poder reverter os estragos já advindos ou advir com o aquecimento global, dentre outros, causadas pelo Homo Sapiens.

### 3.1 AS GRANDES CONFERÊNCIAS AMBIENTAIS

**O Clube de Roma.** Em 1968 reuniu-se em Roma um grupo de pessoas de diversos países, com o objetivo de discutir a temática ambiental. Foi o pontapé inicial para as grandes reuniões ambientais e esse grupo ficou conhecido como o “Clube de Roma” e a partir de então vieram outras reuniões. A reunião de Estocolmo, Suécia, ocorrida em 05 de junho de 1972, deu origem ao “Dia Mundial do Meio Ambiente”. A reunião de Belgrado, Iugoslávia, em 1975, ficou caracterizada pela importância dada à questão da educação ambiental. Na cidade de Quebec, Canadá, em 2001, os chefes de Estados Americanos estiveram reunidos e emitiram documento se propondo a fortalecer a proteção ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais, tendo por objetivo garantir o equilíbrio entre o desenvolvimento social e a proteção do meio ambiente. A Cúpula da Terra, que aconteceu em Johannesburgo, África do Sul (2002), que não obteve resultados positivos e infelizmente não foi coroada com êxitos, tanto esperados pelos congressistas.

Portanto o Clube de Roma foi o embrião para alavancar o aumento da conscientização ambiental, e reuniões sobre essa temática começaram a acontecer com mais frequência envolvendo vários segmentos da sociedade. O mundo acadêmico, o setor público, as diversas associações e, mais tarde, as Organizações Não Governamentais (ONGs), começaram a se mobilizar com mais intensidade e de forma mais organizadas, então parte do mundo pode perceber a gravidade de alterar irresponsavelmente o curso da natureza. Essa inicial conscientização, embora embrionária, possibilitou a comunidade internacional a encarar o meio ambiente com mais respeito, e até com certo temor, razão pela qual os homens começaram a se reunir, realizando as conferências mundiais com o objetivo de traçar políticas de atuação mais eficazes no combate aos danos realizados na natureza.

**Conferência de Estocolmo (1972).** Embora já se falasse em ecologia, foi na Conferência de Estocolmo, Suécia, ocorrida em 1972, que se concretizou a temática Educação Ambiental, com discussão política, social e econômica do meio ambiente, resultando no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Do casamento de ecologia e desenvolvimento, originou o eco-desenvolvimento, conceito lançado nesta conferência para conter modelos de desenvolvimento que não tinham preocupação com o meio ambiente. O termo “desenvolvimento sustentável” também passou a ser comumente usado.

A vulnerabilidade do meio ambiente é um fator que deveria preocupar a todas pessoas. Nesse sentido, Macedo (2003, p. 46) menciona:

Na verdade, a reunião de Estocolmo foi a primeira tomada de consciência no plano internacional da fragilidade dos ecossistemas do planeta e da conseqüente necessidade de realização de esforços para garantir sua manutenção.

Aqui no Brasil, houve respingo da conferência de Estocolmo, pois no ano seguinte, em 1973, foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente, mais tarde se transformando em Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e depois, Ministério do Meio Ambiente (MMA). Embora existisse um órgão com assuntos um pouco afins ao IBAMA, denominado Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), este tinha somente uma visão desenvolvimentista, portanto, faltando um olhar ecológico e ambiental.

**Conferência de Tbilisi (1977).** Esta conferência teve como produto final as definições, os objetivos, os princípios e as estratégias para a Educação Ambiental, pois até então não se cogitava tão explicitamente sobre este tema. Nessa conferência foram anunciadas 41 recomendações sobre educação ambiental, baseadas na Carta de Belgrado, quando foi colocado que a educação ambiental deveria ter um caráter multidisciplinar, com atuação na conscientização das pessoas, conhecimento básico sobre o meio ambiente, atitudes na resolução de problemas ambientais, habilidade para proporcionar condições para que indivíduo e grupos tenham participação ativa na educação ambiental, bem como capacitação e participação em questões de meio ambiente.

**Conferência do Rio 92 (1992).** De acordo com uma definição que se fez universal, consagrada em textos acadêmicos e até mesmo constitucionais, desenvolvimento sustentável se entende por um modelo de crescimento “que satisfaça as necessidades da presente geração sem comprometer a capacidade das futuras gerações para satisfazer suas próprias necessidades”. Esta é a ideia básica que levou as Nações Unidas a convocar uma conferência sobre o meio ambiente e desenvolvimento sustentável, que aconteceu no Rio de Janeiro, em junho de 1992, com a participação de 173 países, estando presentes 118 chefes de Estado e de Governo. Também conhecida como ECO-92, a Conferência do Rio 92 foi um marco importante, pois houve grande participação da sociedade civil, sobre tudo com as participações de ONGs e a publicação de um documento oficial, dentre outros, com quarenta capítulos conhecida como “Agenda 21”, onde se observa um plano de ação na esfera mundial, pois a referida agenda tem atuação ampla, existindo desde o âmbito municipal, passando pelo estadual e chegando ao nível federal, em sintonia mundial.

Portanto a Agenda 21 é trabalhada a partir da base populacional, pois na sua implantação envolve todos os segmentos comunitários locais, que escolhem os temas a serem abordados, não ficando a mercê do poder público, embora esse poder deva apoiar as propostas da comunidade, desde os assuntos mais elementares a aqueles de importância marcante, pois até mesmo a escolha do símbolo municipal da Agenda 21, deve ter participação dos munícipes (LIMA, 2006, p. 4).

Em sua obra *Educação Ambiental – Princípios e práticas*, Genebaldo Freire Dias (1992, p. 61) menciona que a Conferência Rio 1992 teve como principais objetivos:

- Examinar a situação ambiental do mundo e as mudanças ocorridas depois da Conferência de Estocolmo;
- Identificar estratégias regionais e globais para ações apropriadas referentes às principais questões ambientais;
- Recomendar medidas a serem tomadas a nível nacional e internacional referentes à proteção ambiental através de política de desenvolvimento sustentado;
- Promover o aperfeiçoamento da legislação ambiental internacional; e
- Examinar estratégias de promoção de desenvolvimento sustentado e de eliminação da pobreza nos países em desenvolvimento, entre outros.

Esta conferência foi o início do envolvimento popular, um marco histórico na educação ambiental, sobre tudo através das ONGs, pois possibilitou que a sociedade civil, de forma ampla, se engajasse no processo de conscientização ecológica, que até então só tinha participação do setor acadêmico e do poder público, com pouca ou nenhuma participação popular. A partir de então, as demais reuniões ambientais ocorridas, de caráter mundial, tiveram nesta conferência um balizamento para condução dos assuntos discutidos.

**Conferência de Kyoto (1997).** Na cidade de Kyoto, Japão, foi realizado um dos mais importantes acordos que trata do meio ambiente. Esta conferência aconteceu em razão da confirmação por cientistas, dentre outras, que a mudança climática estava de fato acontecendo, ocasionada pelo efeito estufa e que, conseqüentemente o aquecimento do nosso planeta era eminente. Este acordo nasceu com o objetivo de controlar o aumento da temperatura do planeta, através da redução da emissão de gases que provocam o efeito estufa, e, por conseguinte o aquecimento da Terra. Essa redução de gases ficou conhecida como Sequestro de Carbono, pois basicamente é o Dióxido de Carbono (CO<sub>2</sub>) o gás responsável pelo efeito estufa. Em Kyoto, os Estados Unidos da América (EUA) e a Austrália não assinaram o Protocolo de redução nas emissões de gases poluentes, alegando que ainda não estava devidamente comprovado que essas emissões de gases provocavam o aquecimento global, alegando também que isso afetaria sensivelmente sua economia (SANEAMENTO, 2005, p. 3).

Enfim, em 16 de fevereiro de 2005 entrou em vigor o Protocolo de Kyoto, ratificado por 141 países comprometidos em reduzir 5,2% suas emissões de gases poluentes, até o ano de 2012. Infelizmente, os EUA – o maior poluidor do planeta – e a Austrália não foram países signatários deste documento.

Os efeitos do aquecimento global também poderão ser sentidos através da produção de alimentos de origem animal, interferência na agricultura, até no comportamento humano, bem como nas espécies animais. Essas interferências afetariam sensivelmente o comércio de alimentos (REZENDE *et al.* 2001, p. 24).

No *ranking* dos países que mais emitiam CO<sub>2</sub> no mundo em 2005, onde demonstrava a porcentagem poluidora de alguns países, o Brasil ocupava a posição de 16º lugar.

Em 2010, a relação de países poluidores apresenta modificações substanciais, segundo levantamento da Maplecroft<sup>12</sup>, divulgado na Revista *Exame*, de 05 de dezembro de 2011:

- 1) China. Produziu 9.441 megatoneladas de CO<sub>2</sub>.
- 2) EUA. Emitiu 6.538 megatoneladas de CO<sub>2</sub>.
- 3) Índia. Produziu 2.272 megatoneladas de CO<sub>2</sub>.
- 4) Rússia. Em quarto lugar com 1.963 megatoneladas de CO<sub>2</sub>.
- 5) Japão. Emitiu 1.203 megatoneladas de CO<sub>2</sub>.
- 6) Brasil. Em sexto lugar, com 1.144 megatoneladas de CO<sub>2</sub>.
- 7) Alemanha.
- 8) Canadá.
- 9) México.
- 10) Irã.

Em poucos anos, de 2005 a 2010, o Brasil deu um salto considerável na lista não invejável de países produtores de CO<sub>2</sub>. Observa-se que mesmo o Brasil sendo signatário do Protocolo de Kyoto, intensificou suas emissões de CO<sub>2</sub> em detrimento do bem estar ambiental, indo do 16º lugar para o 6º lugar de poluição por CO<sub>2</sub>.

---

<sup>12</sup> A Maplecroft é uma firma de risco britânica de fonte confiável de análise de risco político, econômico, social, natural e ambiental para empresas, ONGs e governos. Abrange análise quantitativa e qualitativa em mais de 500 riscos e problemas para todos os países e entrega seus resultados através de ferramentas inovadoras e interativas e uma detalhada gama de índices, mapas, *scorecards*, *briefings* e relatórios. Cf. Maplecroft (2013).



**Conferência de Johannesburgo (2002).** Esta conferência é também conhecida como Rio + 10, pois transcorreu dez anos após a conferência do Rio em 1992. Nela deveriam ser normatizadas propostas de desenvolvimento sustentável, porém não houve progressos nas negociações. Como resultado, os blocos de países ricos e pobres formaram um fosso intransponível, favorecendo ainda mais a luta por interesse de grupos sem real compromisso com o meio ambiente.

Nessa Conferência não houve progressos. Neste sentido, a revista *SENAC*, em seu artigo intitulado *A chance desperdiçada em Joannesburgo*, menciona o seguinte:

Convocado para ser uma avaliação da primeira década do que se poderia chamar de Era Ambiental, o encontro frustrou as expectativas de grandes avanços. Igualmente fracassou quanto aos acordos para o futuro, ao emitir um documento final de propostas consideradas muito genéricas e pouco mobilizadoras. Os mais apreensivos acreditam que a humanidade perdeu em Joannesburgo, onde houve um único vencedor: o mundo dos negócios - as grandes corporações (SENAC, 2002, p. 36).

Durante a conferência, ocorreram muitos protestos de rua, com faixas, palavras de ordem e vaias, pois não aconteciam os resultados esperados pelas organizações ambientalistas, sendo que blocos econômicos, sobretudo as petrolíferas impuseram suas normas, desta forma desacelerando o movimento ambientalista.

### 3.2 A QUESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Gonçalves (1990) menciona a magnitude dos movimentos ecológicos e diz que a ecologia é um tema interdisciplinar, pois os ecologistas transitam em assuntos diversos, tais como a extinção de grandes animais às políticas demográficas, bem como a questão de armamento mundial, contaminação alimentar e opressões do poder político. Por serem holísticos, os movimentos ecológicos são participativos e militantes em vários segmentos, sempre em busca da preservação e equilíbrio ambiental (GONÇALVES, 1990, p. 7).

Essa abrangente interdisciplinaridade da ecologia, conforme visto na citação anterior, começou a ganhar corpo nos anos 1970, começando, então, a surgir discretamente a consciência ecológica no Brasil, ocupando espaço na sociedade civil esclarecida, imbuída em disseminar este assunto. O poder público também participa embora empurrado, e um importante passo é dado: a criação da Secretaria Nacional do Meio Ambiente. Depois vieram o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), ONGs, MMA, setores públicos nas esferas estaduais e municipais etc. Mecanismos de proteção ao meio ambiente começaram a ser usados, pois os projetos econômicos deveriam ter o Estudo dos Impactos Ambientais (EIA) em conjunto com o Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA). Com a ECO 92, no Rio de Janeiro, a conscientização ecológica no Brasil deu um enorme salto, embora segmentos da sociedade civil e do poder público se mantivessem alheios aos avanços dessa conscientização, demorando a perceber a grandiosidade do assunto ecologia. O advento da Agenda 21 foi um divisor de águas, dado sua importância para a questão ambiental, pois agora a sociedade civil pode “administrar” assuntos de meio ambiente, junto com o poder público, seja ele federal, estadual ou mesmo municipal.

Desta forma fica claro que a questão do meio ambiente é um assunto multidisciplinar e multi-institucional, sendo discutido, a cada dia que passa, por vários segmentos da sociedade brasileira, interessados neste complexo tema, tão importante para a sustentabilidade das comunidades tradicionais, bem como para o meio ambiente.

## 4 CONCLUSÃO

A partir da análise do exposto na primeira parte da presente Dissertação, chega-se a compreensão inicial de que a questão indígena está inserida na vida do povo brasileiro, não somente a partir de imagens românticas, folclorizadas através da literatura, retratadas na culinária e hábitos herdados dos índios. As imagens do passado devem permanecer no imaginário das pessoas, porém, deve-se ter em mente que a questão indígena é um assunto atual, não somente abarcando problemas fundiários, tão explorados pela mídia.

Sendo a comunidade indígena um celeiro cultural, esta oferece ao visitante aquilo que não consta em sua cultura; busca abranger desde grupos organizados por escolas dos anos iniciais até as Instituições de Ensino Superior (IES), abrangendo também anônimos e pesquisadores interessados em conhecer outra cultura, ofertada através das músicas, danças, culinária, contos e mitos, grafismo corporal, arquitetura e artesanato.

Nesta primeira parte, mostrou-se, ainda que brevemente, informações sobre a questão indígena, do passado ao presente, com inserção de dados populacionais do Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A brevidade das referidas informações sobre a questão indígena no tempo colonial, imperial, em relação ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), se explica em razão do objetivo desta Dissertação: o Turismo. As IES possuem em seus programas de Pós Graduação, muitas dissertações e teses que contemplam histórica e antropologicamente o assunto indígena desde os tempos coloniais até nossos dias.

O somatório da superfície das Terras Indígenas estão em sua quase totalidade na Amazônia Legal, porém, ressalta-se que nas demais Regiões do Brasil – Sul, Sudeste e Nordeste –, as Terras Indígenas (TIs) são pequenos pontinhos no mapa, em decorrência de espólio sofrido desde os tempos coloniais e chegando em nossos dias. Porém, em tais regiões, com reduzida superfície, também habitam comunidades que são verdadeiras depositárias de rico conhecimento tradicional – importantes celeiros culturais.

**PARTE II – AS LABAREDAS DA PORONGA: ILUMINANDO O CAMINHO DO  
TURISMO**

Seringueiras que estais na selva  
Multiplicados sejam os vossos dias  
Venha a nós o vosso leite  
Seja feita a nossa borracha.

**Parte do Pai Nosso, na versão do seringueiro.**

O que é poronga? Por que a escolha desse nome para intitular a segunda parte desta dissertação? A primeira parte desse texto foi escrita a partir de uma visão mais abrangente, macro, como se fosse vista do alto de uma torre, semelhante a um sobrevoo. Esta percepção macro e holística é ferramenta para se adentrar na segunda parte do texto.

Poronga é um objeto que produz luz que serve ao seringueiro para iluminar a escura trilha da mata, por onde ele percorre de madrugada para sangrar as seringueiras para extração do látex. É uma lamparina de querosene, com refletor de alumínio, colocada em uma base que se encaixa na cabeça do seringueiro. O refletor tem dois objetivos, proteger a chama dos ventos, para que ela não se apague, e também para refletir a luz, como um espelho, portanto um pouco mais de luminosidade para o seringueiro ver o caminho e também o tronco da seringueira a ser trabalhada. Este aparato se assemelha as lanternas que os mineiros utilizam na frente, pois precisam das mãos livres para o trabalho, para segurar balde próprio o leite da seringueira, carregar a faca apropriada desta profissão e também a espingarda, conseqüentemente a poronga fixada na cabeça deixa os membros superiores livres para essas atividades mencionadas.

E por que o seringueiro corta a seringa durante as altas horas da madrugada? Por que ele não trabalha durante o dia? Porque nesse período não se tem calor, então o leite escoar da seringueira com grande facilidade, parando no fundo da tigela. Se fosse sangrada a árvore durante o dia, certamente haveria coagulação, não escorrendo até o recipiente, de onde posteriormente é retirado o leite e colocado no balde próprio, que tem a boca estreita e cônica para não derramar. Nos meses de chuva não se corta a seringueira e nesses meses se dão mais tempo para a coleta da castanha e outras atividades.

Assim como o seringueiro se adentra na escura selva usando as labaredas de sua poronga para iluminar seu caminho, nesta segunda parte da dissertação serão utilizadas ferramentas mais específicas para se estudar o que foi proposto na

introdução e de forma pontual serão feitas as ponderações sobre os temas elencados.

## 5 PERCEPÇÕES INDIGENISTAS

Atualmente aflora o interesse pela questão indígena e se depara com um problema: as pessoas que trabalham ou que tem interesse em trabalhar na questão indígena é detentora de mínimas noções de indigenismo? Podem elas mais prejudicar do que ajudar? Será que somente a boa intenção ajuda? Por outro lado, será que as comunidades percebem isso? Sem margem de erro pode-se afirmar que na atualidade muitas comunidades indígenas logo percebem quando uma pessoa que intenciona trabalhar com os indígenas está desprovida de indigenismo. A percepção indígena é forte, com o crescimento do movimento indígena, alavancado na Constituição Federal (CF) de 1988, o indigenismo tomou corpo, deixou de ser algo romântico e os indígenas se apropriaram dele, numa apropriação saudável, pois hoje eles gerem seus movimentos, colocando um sigma próprio no mosaico da plurinacionalidade indígena, representada na Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI).

Os próximos cinco itens demonstram várias facetas na percepção indigenista que podem ajudar no relacionamento com os indígenas.

### 5.1 OS DE FORA NA VISÃO DOS DE DENTRO

Os mais de quinhentos anos de luta dos indígenas contra a opressão de todas as formas fizeram com que eles tenham reservas quanto ao relacionamento com a sociedade que os cerca. Sem dúvida, não se pode dizer que a visão é desta ou daquela forma, pois no Brasil existe mais de duzentas etnias, conseqüentemente com variadas formas de relacionamento, ou seja, não se pode generalizar. Algumas etnias com contato inicial menos tenso e outras com embates mais violentos entre flechas e metralhadoras, passando por outros tipos e formatos de agressões, como por exemplo, o episódio em que pequeno avião jogava roupas contaminadas de gripe e outras doenças para a extinção da comunidade. Portanto, não se é de admirar que haja certo receio quanto ao branco, por parte dos indígenas. Além dos citados, inúmeros são os fatos que fazem com que ocorram tipos de rejeição.

Essa resistência ao branco não é gratuita, pois aos longos dos anos fatos ocorreram para que essa impressão permanecesse. As relações assimétricas favorecem essa desconfiança. Neste sentido, Ailton Krenak (2001, p. 73) menciona:

As relações foram sempre muito desiguais e apoiadas em visões de mundo muito exclusivas sobre o que é ser humano. Muito antes de os Maias desconfiarem se os ladinos tinham alma, o papa e todos os padres e missionários que vinham para cá afirmaram, por séculos, que nossa gente que vivia por aqui não tinha alma mesmo. Então, eu penso se não foi a visão dos padres, a visão dos missionários, de toda a pregação religiosa dos espanhóis, dos portugueses, dos ocidentais que vieram para cá, um elemento muito forte para corroborar também a visão reflexiva das sociedades indígenas, de que esses brancos também não tem alma.

Porém, existem exceções e sempre a comunidade teve parceiros ao longo da história, embora de forma reduzida. Na atualidade os indígenas buscam alianças para amenizar as assimetrias existentes. Políticos progressistas, Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs)<sup>13</sup> indigenistas, certos segmentos do Poder Público, dentre outras fazem parte do rol de simpatizantes da causa indígena, que lutam em prol dos direitos dos povos indígenas. Um exemplo da inserção do Capítulo VIII da CF de 1988, que a certa altura poderia não acontecer, em razão da oposição realizada por grupos políticos contrários aos índios. Este texto passou a ser conhecido como Capítulo do Índio da Carta Magna. Posteriormente, houve o advento das OSCIPs, várias delas com inserção na causa indígena.

Mesmo com exemplos de aliança, a imagem do não índio junto à comunidade indígena não é boa, embora isso não se possa generalizar. Eles possuem muitos exemplos para ter essa postura reservada. Certa vez houve uma desavença entre duas famílias indígenas quase ocorrendo atrito físico. Eu era o Chefe do Posto Indígena e tentava contornar a situação, aconselhando-os a não brigarem. Mencionei que isso não levaria a lugar nenhum, que não era esse o caminho certo, pois o diálogo é que deveria reinar etc, etc. Um deles respondeu que “o branco não pode ensinar ao índio aquilo o branco não faz, pois escutei no rádio

---

<sup>13</sup> A OSCIP é uma ONG, porém, com um certificado emitido pelo Ministério da Justiça (MJ) permitindo com que esta realize parceria com o Poder Público, podendo receber recursos públicos para suas finalidades, desde que sendo do interesse governamental.



que a Argentina e a Inglaterra estão brigando por causa de uma ilha”.<sup>14</sup> Tive que me silenciar. Isso mostra a visão crítica com que eles observam a sociedade envolvente.

Conflitos que geram esse sentimento de desconfiança não é coisa do século passado, ocorre na atualidade, conforme texto abaixo, extraído do periódico da FUNAI. O relato a seguir é assustador, mesmo com a presença em Terra Indígena (TI), junto aos índios do sertanista da FUNAI, servidor Odenir Oliveira e o Dr. Charles Pessoa, procurador do Ministério Público Federal (MPF). Trata-se da ordem de despejo dos índios de uma terra indígena que já havia sido homologada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 28 de março de 2005, reconhecida pela FUNAI, órgão responsável pelas identificações e delimitações de territórios indígenas. Assim está relatado:

Deu uma tristeza enorme na gente”, lembra Maria Regina Kaiwá, umas das líderes que acompanhou a ação de reintegração de posse, comandada por cerca de 200 agentes da Polícia Federal. Oito horas da manhã, quinta-feira. No céu de Nhanderu Marangatu, surge um helicóptero. Ele sobrevoa a região, assusta mulheres, homens, velhos e crianças que aguardam receosos a chegada da polícia. Uma índia grávida de seis meses corre com medo dos vãos rasantes, cai e sofre aborto. O helicóptero vai e volta duas vezes. Na terceira, aparecem no horizonte acompanhado, por terra, de ônibus, carros e uma ambulância, que chegam à área. Não há resistência por parte dos índios, eles já esperam pela expulsão às margens da rodovia MS 308. “Um coro de 700 pessoas começou a chorar. Nós não somos de ferro. Nós somos de paz”, diz Maria Regina. Um delegado da Polícia Federal conversa com as lideranças indígenas e representantes da Funai, do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do Ministério Público Federal (MPF). Explica que cumpre ordem judicial e que não pretende agir com violência. Enquanto os índios estão com a polícia, já fora da terra indígena, os fazendeiros que ocupam a área promovem a queimada das casas com todos os pertences dos indígenas – documentos, roupas, objetos. “Nossos direitos são muito violados, mas o povo Guarani-Kaiwá é resistente. Se morre um, levantam dois. Se morrem dois, levantam quatro. se morrerem cem, levantarão duzentos.” De cabeça erguida, Maria Regina fala da condição dos Guarani-Kaiwá, que, mesmo com todos os conflitos, conseguem gerar vida (Revista Brasil Indígena, 2006, p. 34-35).

Situação como a descrita acima infelizmente só vem a intensificar a forma do olhar indígena sobre a sociedade envolvente. Atitudes não etnocentrista favoreceriam a compreensão entre os dois lados.

---

<sup>14</sup> Guerra entre Inglaterra e Argentina por causa das ilhas Malvinas ou Falkland.

## 5.2 OS DE DENTRO NA VISÃO DOS DE FORA

Jorge Santos<sup>15</sup>, habitante do Posto Indígena Rio Guaporé, em entrevista, 2012, mencionou que a visão dos não indígenas não é aquela que deveria ser. Ele diz que:

As vezes eu fico pensando se o turismo pode ajudar em alguma coisa. Quem sabe o turismo pode fazer eles pensarem diferente sobre nós. Os brancos acham que agente tem que andar o tempo todo pintado, que agente não pode ter rádio, máquina fotográfica. Dizem que não somos mais índios. Eles querem ver agente como no tempo da maloca. Então por que eles não se vestem como no tempo de Cabral? Então, não se pode mudar (SANTOS, 2012).

Essa, infelizmente é a visão bastante comum. Grande parte da sociedade envolvente ainda pensa assim, não percebe que toda comunidade é dinâmica, até mesmo aquela sem contato com a sociedade envolvente. Dentro das comunidades existem pessoas que compõe musicas com temas do dia a dia. Alonso Jaboti<sup>16</sup> sempre dizia ao autor que estava fazendo uma música indígena sobre algum pássaro. Isso vem corroborar a ideia de que a comunidade não é estagnada e se assim fosse, seria o declínio da comunidade.

Embora não exista definição clara, porém praticamente existem três visões quanto ao índio brasileiro. A primeira é aquela visão distante onde se verifica que não há uma percepção, pelo menos na maioria da população não indígena, quanto ao caráter evolutivo do indígena brasileiro. Abundam ideias estereotipadas no imaginário popular, de que os índios são incapazes e devem ser conduzidos pela mão. Conceitos pré concebidos, no intuito de ajudar a causa indígena, mais tem atrapalhado que ajudado. Ficam até espantado ao saber que existe índio com graduação em curso superior e exclamam: *não é possível!* Com ar de não estar acreditando em tal notícia.

---

<sup>15</sup> Indígena da etnia Canoê, habitante do Posto Indígena Rio Guaporé, Rondônia (RO).

<sup>16</sup> Habitante do Posto Indígena Rio Guaporé, Rondônia(RO). O indígena, já falecido, era da etnia Jaboti e um dos responsáveis pela cantoria nos dias de festas.

A segunda visão, que é inversa da anterior, ou seja, existe outra parte da população em geral que enxergam os indígenas como coitados e inferiores, como algo a ser 'modificado para melhor'. Portam-se como salvadores da pátria ao agirem em prol da integração do indígena com a sociedade envolvente. Desejam tirá-los do marasmo que vivem e lançá-los numa esfera melhor, pois acreditam que não possuem cultura. O indígena da citação anterior, ao saber da construção de uma Casa de Cultura no Posto Indígena (PIN) Rio Guaporé mencionou que o ideal seria que a mesma fosse construída na cidade próxima, Guajará Mirim, Rondônia, disse que "lá na cidade seria melhor para que o branco visse que o índio também tem cultura". Esta visão é muito corriqueira.

Um terceiro grupo, talvez o pior, olham os indígenas como um entrave ao progresso da nação. Simplesmente os ignoram, ou quando não o fazem, lutam para que os mesmos desapareçam. Não tem escrúpulos e geralmente por razões financeiras ou vaidade política, ou até mesmo as duas associadas, descaradamente agem de forma até criminosa.

### 5.3 ATRAVESSANDO O PORTAL COM RESPEITO

O respeito para com os indígenas, tanto individual como coletivamente deve ser a tônica do relacionamento entre as partes. A seguir Fernando Schiavini<sup>17</sup>, técnico indigenista, em entrevista, orienta como se comportar em aldeias indígenas. Ele inicia com uma informação valiosa, que em hipótese alguma pode ser descartada, sob o risco da visita não frutificar ou mesmo não dar certo. Trata-se da pesquisa sobre a comunidade a ser visitada. Na continuação, ele menciona o respeito que deve existir junto a outro povo de costumes diferente do que é vivido pelo visitante. Na fala de Schiavini, é observado três eixos em suas orientações. Primeiro é o respeito para com o outro. Segundo é a atenção e educação no comportamento diário e o terceiro eixo é o relacionamento profissional com as comunidades indígenas. Ele orienta dizendo que o visitante:

---

<sup>17</sup> Indigenista, servidor do quadro da FUNAI, organiza a vinda de grupos indígenas para a Chapada dos Veadeiros, para o evento Aldeia Multiétnica, onde ocorre, dentre outras atividades, as Rodas de Prosa. Profundo conhecedor da causa indigenista, com publicações de livros sobre este tema.

Pesquise tudo o que for possível sobre o povo e a região que você vai visitar. A FUNAI mantém uma boa biblioteca sobre a questão indígena em Brasília, assim como outras instituições. Regionalmente, procure as bibliotecas, museus e universidades. É também possível obter muitas informações pela internet, lá se poderá obter não somente informações históricas, mas também notícias e artigos sobre a questão indígena. Respeite as autoridades da aldeia. Procure inicialmente o cacique ou alguém que o esteja substituindo. O cacique é a pessoa escolhida pela comunidade para representa-la externamente. Nessa condição ele deve intermediar toda a relação que você deverá ter com a aldeia. E quanto aos momentos festivos, todas as comunidades indígenas possuem seus rituais, festas e brincadeiras. Eles devem ser respeitados. De modo geral, em qualquer cultura, procura-se não se misturar assunto sério com festividades, a não ser em casos muito graves. Aguarde, portanto, o momento certo. Quanto aos acordos realizados, respeite-os, pois os povos indígenas possuem tradição oral. Muitas comunidades, entretanto, exigem atualmente documentos escritos das decisões tomadas com representantes externos, o que é de pleno direito. De qualquer forma, os acordos orais ou escritos devem ser respeitados. Se você os cumprir integralmente, poderá cobrar particular ou coletivamente de quem eventualmente os tenham rompido (SCHIAVINI, 2013).

Além do respeito relatado acima, Schiavini menciona outras atitudes comportamentais importantes, agora no âmbito educacional e de cortesia. Ele menciona que:

Seja educado e atento, pois visitar uma aldeia indígena é o mesmo que visitar qualquer povo no mundo que tem uma cultura diferente da sua. Você é um forasteiro. Não entre em nenhuma casa se não for convidado ou sem pedir licença. Espere ser recebido e acomodado e somente então diga o assunto que o trouxe ali. É de boa educação aceitar comidas e bebidas do anfitrião, mesmo que não se goste delas. Atente para os hábitos cotidianos (comer, beber, tomar banho, cumprimentar as pessoas, etc.) e logo se sentirá à vontade. Se tiver dúvidas, pergunte às pessoas do lugar sobre hábitos e costumes. Geralmente as pessoas gostam de falar sobre a sua própria cultura para os que não a conhecem. É importante não ostentar as suas posses, pois as comunidades indígenas de modo geral não acumulam bens materiais e podem ainda estar passando por dificuldades diversas. Leve para a aldeia somente o indispensável para suas necessidades básicas, isso ajudará também em sua locomoção. Não se negue à amizade. Pessoalmente você poderá se simpatizar com determinadas pessoas ou famílias da comunidade. Nada mais normal que pessoas se simpatizem com outras. Se esse é o caso, não se furte a travar laços de amizade com elas. Se a amizade for construída em bases honestas e igualitárias, todos terão oportunidade de aprender e evoluir com ela. (SCHIAVINI, 2013).

Havendo relacionamento profissional com comunidades indígenas visitadas, Schiavini relata que o visitante:

Não crie falsas expectativas. Evite a tentação de dar “boas notícias” antes da hora. Somente faça afirmações sobre fatos e proposições que aconteceram ou que você tem plena certeza que irão se realizar. Formalize as relações com a comunidade. Procure falar de seus objetivos de trabalho somente em reuniões formais, salvo as informações iniciais que deverão ser dadas ao cacique, na chegada. O cacique é apenas uma das autoridades da aldeia. Outras existem e devem entender os objetivos de sua presença. Todas as comunidades indígenas possuem seus locais de discussão e tomada de decisões coletivas. Geralmente são considerados “locais da verdade”. Procure fazer as reuniões nesses locais. Fale claro, objetivamente e em linguagem simples. Procure repetir várias vezes os pontos principais das proposições. Não esqueça que para as comunidades indígenas o português é apenas uma segunda língua. Sobre imparcialidade, quase invariavelmente, em qualquer comunidade indígena, duas ou mais facções disputam a liderança da aldeia. Elas podem, inclusive, contar com alianças externas, que podem ter interesses espúrios na comunidade. Procure não se envolver e tampouco ser envolvido por elas. Escute a todos com atenção e faça proposições que possam dar saída para os impasses. Os povos indígenas tomam suas decisões por consenso e não por votação. Não force a tomada de decisões imediatas. O consenso sobre determinado assunto poderá demorar bastante ou mesmo não se realizar. Há um ‘tempo indígena’ que deve ser respeitado nas tomadas de decisões importantes. Elas podem depender de composições políticas internas e até de consultas espirituais (SCHIAVINI, 2013).

Não obstante o Brasil ter mais de 230 etnias e quase duzentos idiomas e que o universo indígena é multicultural, pois cada povo tem o seu modo peculiar de vida, o conjunto de orientações do Fernando Schiavini, se colocado em prática, proporcionará ao visitante grandes possibilidades de êxito no seu intento, seja qual for o objetivo da visita à comunidade.

#### 5.4 A BUSCA DO EU NO OUTRO

Os turistas que desejam entrar em Terras Indígenas (TIs), a cada dia que passa tem maior interesse em conhecer o universo de outra etnia. Essa busca pelo ‘outro’, no caso o indígena e sua cultura, faz com que ocorram viagens ao interior

das Terras Indígenas, essa busca os fascina, pois também é a busca de si próprio, quem sabe a busca de um elo perdido, já que, segundo um adágio popular “somos todos um pouco caipiras, porque em meios aos nossos ancestrais sempre tem um que tirou seu sustento da terra”.

Está evidente que o turismo em TIs exerce forte fascínio em considerável parcela de turistas. Por esta razão, a cada dia que passa se percebe o substancial aumento de pessoas dentro de Terras Indígenas ainda que a legislação não contemple tal entrada, que pode ser desde caravanas com crianças das escolas das redondezas até pescadores ilegais. Portanto essa busca do eu em um ambiente que lhe é estranho, foi mencionada por Jost Krippendorf (2000, p. 49), ao escrever que:

É bem conhecido o fato de que é precisamente num ambiente incomum e estranho que retomamos a consciência da nossa própria realidade. Segundo tal tese, a viagem nos proporciona a possibilidade de descobrirmos o caminho que nos conduz a nós mesmo. Temos tempo para nos ocupar com o nosso próprio eu, para explorar a própria alma, para redescobrir a harmonia interior, para nos comparar ao outro e descobrir nossas aptidões.

O defrontar com o novo é uma situação ímpar, pois o inesperado pode conduzir o turista às novas descobertas e, conseqüentemente valorização (ou não) e respeito pela cultura do outro. Como escreveu Jost Krippendorf (2000), visto na última citação, é o momento de comparação de um com o outro. O turista pode ficar impactado, positivamente, ao perceber que em outra cultura, tão diferenciada, existem similaridades com a sua e a partir disso, poderá ocorrer uma interatividade. Isso, ou seja, o defrontar com o novo, irá quebrar preconceitos estabelecidos. Percebe-se daí que a falta de informações podem levar o imaginário por um caminho não condizente com a realidade.

O turismo oferece um mergulho no próprio *eu* daqueles que o praticam, isso por ser um fenômeno sociocultural. Ao se deparar com pessoas de sociedades tradicionais, o turista pode exercitar seu poder de minimizar as assimetrias, sobre tudo de estranhamento moral, que por ventura possam existir.

No livro *Turismo: políticas públicas e cidadania*, Gastal e Moesch (2007, p. 11) enfatiza essa busca que o turista em seus deslocamentos faz do *eu*, ou seja, muitas vezes é a busca de si próprio:

Dito de outra maneira, o turismo envolveria processos de *estranhamento*, ou seja, o turista, em seus deslocamentos, ao se defrontar com o novo e com o inesperado, vivenciaria processos de mobilização subjetiva que o levaria a parar e a re-olhar, a repensar, a reavaliar, a ressignificar não só a situação, o ambiente, as práticas vivenciadas naquele momento e naquele lugar, nas muitas das suas experiências passadas.

O visitante que se encontra em uma comunidade tradicional, ao ver outra pessoa com cultura diferente da sua, com fenótipo também diferente do seu, poderá pensar, ou mesmo tecer comentário sobre esta pessoa ou povo, pois poderá ter em mente estereótipos quanto a questão indígena. Poderá achá-lo feio e deseducado, pois carrega dentro de si uma postura preconceituosa, pois é etnocentrista e tem como base a sua cultura e unicamente por ela faz comparações. Esse é um turista que possivelmente faz parte do turismo de massa, que nada acrescenta, ou melhor, prejudica o turismo em comunidades. O inverso dessa situação é aquela onde o visitante encontraria nas diferenças uma aproximação maior com os visitados, e isso é saudável para a comunidade (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 38).

Como exemplo, o turista poderá ficar surpreso ao tomar conhecimento da existência de um povo indígena que já possuía confecção de roupas muito antes da chegada dos navegantes europeus ao Novo Mundo.

Nesse sentido, observa-se que os indígenas da etnia Ashaninka se distinguem por confeccionar e usar um tipo de roupa, antes mesmo de ocorrer o contato com pessoas não indígenas. Essas roupas são muitas vezes adquiridas por turistas em visita a aldeia Yorenka ou mesmo em lojas de artesanato Ashaninka em Rio Branco ou Cruzeiro do Sul, Acre (AC).

As Figuras 4 e 5, a seguir, apresentam a ex-ministra e senadora Marina Silva, também com trajes da etnia Ashaninka, na capital paulista, em 31 de janeiro de 2011, no desfile da *São Paulo Fashion Week*.



Figuras 4 e 5 – Marina Silva com trajes Ashaninka.

Fonte: Renata Sakai, Do EGO, São Paulo, em 31-01-2011.

## 5.5 A IMPORTÂNCIA DA ORALIDADE NO UNIVERSO INDÍGENA

Quando Mário Juruna, indígena da etnia Xavante, foi eleito deputado federal em 1982 pelo Rio de Janeiro, passou a usar sistematicamente um gravador para registrar o conteúdo das reuniões com os brancos, nas quais participava. Ele alegava que não se cumpriam as promessas feitas nas reuniões, pois ficava o dito pelo não dito. Então ele passou a gravar reuniões para registrar o que se dizia, para que depois pudesse cobrar as promessas não cumpridas feitas por autoridades de então. Essa atitude fez com que algumas autoridades, de caráter duvidoso, não participassem de eventos em que Mario Juruna estivesse presente.

Na realidade, o que o líder Xavante estava colocando em prática, agora na cidade, era o que ele vivenciava costumeiramente em sua aldeia, que é praxe, ou seja, o uso da oralidade. Juruna queria dizer com essa singular atitude, que a oralidade para o índio é algo muito significativo, mais que um contrato utilizado no mundo dos não índios.



A oralidade é muito importante nas sociedades indígenas e é transmitida de geração em geração. Não é incomum ver indígenas contando episódios reais, não mitologia, acontecidos a muitas dezenas de anos. Menção de genealogias até a décima ou um pouco mais de gerações, utilizando somente a oralidade, foram várias vezes relatadas ao autor desta dissertação. Quando a fala passa para o âmbito da mitologia indígena ou mesmo sua história, então se vê o tempo recuar nos séculos. E ao ouvir seus contos, como uma pedra na catapulta as pessoas são arremessadas aos distantes anos na história passada junto aos seus ancestrais. Os Guarani podem ser citados como um povo que valoriza a oralidade, pois dão grande valor a fala, acreditam que ela tem a capacidade de criar uma ambientação de tranquilidade ou não, podendo trazer alegria ou tristeza.

A citação destaca a seguir, a importância da oralidade indígena, no caso Guarani Mbyá, enaltecendo o *nhande rekó*<sup>18</sup>:

Por serem historicamente ágrafos e seguirem a tradição oral, valorizam bastante as palavras. As boas palavras e os cantos são extremamente importantes para viver de acordo com a *nhande rekó*, pois, inspiradas espiritualmente, têm poder de orientar. Para os Mbyá, falar se confunde com o próprio ser: o nome é a pessoa, reconhecida pela entonação da voz e pela cadência da fala. Nesse contexto, somente os que falam o idioma são considerados membros da tribo, sinalizando que o pertencimento é definido pelo domínio da palavra (HELD et al., 2011, p. 925).

A colonização do Novo Mundo imputou conceitos de que a escrita era superior a oralidade e isso fez com que as tradições orais indígenas fossem relegadas a segundo plano. Evoca-se a escrita em detrimento da comunicação oral, que fica estigmatizada, como se fosse o primo pobre da comunicação. Ocorre que grafismos, pinturas corporais, cortes de cabelo podem ser ferramentas, além da oralidade, para transmitir informações sobre um povo ou a condição de uma determinada pessoa dentro do grupo, se é casada ou não, etc. Portanto a oralidade nas sociedades indígenas está associada as imagens criadas por esses povos e seus rituais, que estão impregnados de simbologia. Geralmente os rituais indígenas estão imersos em religiosidade e esta, por sua vez envolta pela natureza.

---

<sup>18</sup> O *Nanhe rekó* é importante para o povo Guarani Mbyá e pode ser traduzido como “o nosso jeito de ser Guarani”.

O povo Nambikwara, noroeste de Mato Grosso, faz a festa da Menina Moça, que é um ritual de passagem, precisamente quando a menina tem a primeira menstruação. Ela fica reclusa em uma casa de palha, construída especificamente para esse ritual, por semanas e quando é retirada de lá, ocorre alguns dias de festas, em que se é cumprido alguns requisitos e proibido outros, e a partir daí poderá se casar, pois durante o período de reclusão recebeu diversos treinamentos das mulheres sobre as atividades normais de uma mulher adulta. Esse ritual, que serviu de exemplo, é parte do simbolismo Nambikwara presente na oralidade daquele povo. Dentro deste ritual é ensinado o que pode ser realizado e aquilo que não pode. E o que disso se pode extrair? A importância da oralidade no universo indígena.

A oralidade indígena ainda é muito usada em nossos dias, pois faz parte da cultura indígena esse procedimento. Augusto<sup>19</sup>, em entrevista ao autor mencionou, em abril de 2013, que quando conta a história de seu povo os visitantes ficam prestando atenção. É a prática da oralidade nos relatos históricos de seu povo. Ele diz que:

A nossa luta para conseguir esta terra não foi fácil. As pessoas nas ruas diziam que nós não éra índio, que não havia índio por aqui, então para que o governo estava inventando demarcação de terras? Cansei de ouvir isso, que agente não era índio. Hoje eu conto isso pras pessoas das escolas que vem aqui. Eles fazem perguntas e eu respondo, eles ficam escutando as histórias que conto (AUGUSTO, 2013).

---

<sup>19</sup> Líder indígena, palestrante, participante na luta pela reconquista da TI Kaingang de Iraí, Rio Grande do Sul (RS).



Figura 6 – Augusto Kaingang, com cocar, ministrando palestra a um grupo de alunos em viagem de campo, do 2º Curso de Planejamento Sustentável, Iraí (RS). O folder referente ao curso citado pode ser visto no item 6.1.2.

Fonte: Do autor (2013).

## 6 TURISMO EM TERRAS INDÍGENAS

Não há transição que não implique um ponto de partida [...].

**Paulo Freire**

Quando Pedro Álvares de Cabral chegou ao Brasil, encontrou os indígenas no litoral, e isso foi relatado por Pero Vaz de Caminha, em carta escrita e endereçada ao Rei de Portugal. Hoje, ao ser lida a carta, nas linhas e entrelinha da mesma se encontram fragmentos de turismo. Vê-se uma interação de um gaiteiro português, com um grupo de indígenas dançando ao som de sua gaita. O autor da carta fica surpreso ao ver pessoas tão diferentes nesta interação, então menciona:

Além do rio, andavam muitos deles dançando e folgando, uns diante dos outros, sem se tomarem pelas mãos. E faziam-no bem. Passou-se então além do rio Diogo Dias, almoxarife que foi de Sacavém, que é homem gracioso e de prazer; e levou consigo um gaiteiro nosso com sua gaita. E meteu-se com eles a dançar, tomando-os pelas mãos; e eles folgavam e riam, e andavam com ele muito bem ao som da gaita. Depois de dançarem, fez-lhes ali, andando no chão, muitas voltas ligeiras, e salto real, de que eles se espantavam e riam e folgavam muito (CAMINHA, 1500, n. p.).

É a busca pelo *outro* que faz com que haja uma fuga do cotidiano e se busque algo que não está próximo seja geográfica ou culturalmente. Nisso se encaixa nas viagens às Terras Indígenas (TIs). Krippendorf (2000, p. 47) fala sobre este desejo de fuga, dizendo que:

[...] o ser humano viaja sobretudo em função de um desejo de fuga. Na verdade, esta seria a principal razão de ser do turismo hoje. O universo industrial é percebido como uma prisão que incita a evasão. E isto porque, na realidade, o mundo do trabalho é feio, o ambiente é desagradável, uniformizado e envenenado, o ser humano é tomado pela necessidade obsessiva de se liberar, o que torna inevitável o desejo de fuga. (KRIPPENDORF, 2000, p. 47).

As próximas páginas são dedicadas mais especificamente ao tema “turismo em TI”, desde sua questão legal, conceituação e abrangência.

## 6.1 A LEGALIDADE PARA SE INGRESSAR EM TERRA INDÍGENA

Um momento impar no indigenismo brasileiro ocorreu no mês de abril de 2006, quando centenas de lideranças indígenas estavam em Brasília, Distrito Federal (DF), para participarem da 1ª Conferência Nacional dos Povos Indígenas. Esta foi o resultado de outras dez Conferências Regionais ocorridas nas principais capitais Estaduais. Dentre vários temas abordados durante as Conferências Regionais e Nacional, ficou aprovada em plenária a proposta para que fosse normatizada a entrada de turistas em TI.

Ordinariamente as pessoas deveriam ter autorização para se ingressar em TI. O trâmite burocrático estabelecido é o cumprimento da Instrução Técnica Normativa nº. 01-PRESI, de 29 de setembro de 1995, bem como a Portaria nº. 177 – PRESI, de 16 de fevereiro de 2006. Necessita o documento emitido pela comunidade dando o aval para a entrada em TI e na sequência a documentação percorre alguns setores da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em Brasília (DF), que delonga em vários dias de tramitação e, enfim, se atendida as solicitações, a autorização é concedida com a assinatura final pelo Presidente da referida Fundação.

Para entrada em TIs, nos documentos citados anteriormente, não reza que as mesmas são destinadas somente para Organizações Não Governamentais (ONGs), pesquisadores acadêmicos, missões, imprensa. A legislação é abrangente para todas as pessoas e segmentos das sociedades, portanto não existe excepcionalidade no tratamento, conseqüentemente não contempla o ingresso de turistas em TI sem autorização. Não deixa de ser uma proteção às comunidades indígenas contra pessoas ou instituições que venham a prejudicá-las.

Porém ao ser analisada essa proteção às comunidades indígenas e seus territórios, o Procurador da República André Lopes Lasmar, do Ministério Público Federal (MPF) – Procuradoria da República no Amazonas (PRAM) emitiu RECOMENDAÇÃO Procedimento 1.13.000.000656-2003-70 e 1.13.000.001115-2004-40 sobre turismo em TI, onde analisa o caso de dois povos indígenas, sendo um povo que não desejava continuar com o turismo em suas terras e outro que desejava continuar com essa atividade. Era uma situação experimental, autorizada pela FUNAI, que não deu certo em uma região, enquanto que em outra os

resultados foram positivos. Na época, a FUNAI resolveu de forma unilateral terminar com as duas experiências, causando dissabores, ao outro povo que desejava continuar com essa atividade, que era executada longe do seio da aldeia, favorecendo inclusive no monitoramento contra invasores. A situação apresentada vem mostrar de forma contundente a situação em que as atuais leis estão, ou seja, com interpretações diversas que terminam prejudicando algumas comunidades. No item 6.3 *Algumas experiências de turismo em Terras Indígenas*, este exemplo citado é apresentado com mais informações.

Justificou-se a ação de interromper a experiência, citada no parágrafo anterior, em razão de que a legislação brasileira entende que as terras localizadas em territórios indígenas, aqui terra no sentido de superfície, são patrimônio da União de usufruto exclusivamente da comunidade indígena, sendo que a FUNAI deve controlar tais ingressos. Textualmente assim está exarado no art. 231, inserto no Capítulo VIII (Dos Índios), da Constituição Federal de 1988, *in verbis*:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

[...].

§2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

[...].

§ 4º - As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

[...].

§ 6º - São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

O Procurador da República André Lopes Lasmar mencionou que a FUNAI, em sua decisão, não observou a Convenção nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), pois o órgão indigenista deveria previamente consultar as populações indígenas atingidas. A referida Convenção é a Legislação mais recente, conseqüentemente aquela a que deveria se ater as demandas indígenas. Ele menciona em sua Recomendação dizendo sobre o turismo na TI Tenharim que:

E no caso em tela, em audiência realizada no ceio da Comunidade, no interior da Terra Indígena, todas as oito comunidades, por meio de suas lideranças e acompanhadas por inúmeros participantes, de órgãos governamentais, inclusive deste membro do Ministério Público Federal signatário, mostraram-se favoráveis a manutenção e retomada da atividade turística interrompida indevidamente por ordem da FUNAI, eis que tal decisão cabe, de fato e de direito, aos próprios povos interessados, sob assistência do poder Público, conforme preceitua a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário e já ratificou, incorporando-a ao ordenamento jurídico interno pelos procedimentos constitucionalmente previstos.

O Procurador Lasmar, do MPF, menciona que a Procuradoria da Especializada da FUNAI sinaliza no mesmo sentido, ora defendido pelo MPF, e conclui dizendo que:

Ante todo exposto, entende o Ministério Público Federal deverá ser respeitada a vontade do Povo Tenharim, com a retomada da atividade turística de pesca esportiva fotográfica [...]. RECOMENDANDO-SE à Presidência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) assegurar, com as cautelas devidas, sua realização com o devido acompanhamento e relatório dos impactos ambientais [...].

Quanto as normas para se entrar em TI, observa-se que muitas vezes na prática ela não funciona, pois cada autorização poderá demorar semanas. Na margem de uma rodovia, um senhor indígena, que pediu para não ser identificado, relatou que:

Não entendo por que precisa de autorização de Brasília para entrar aqui, pois a estrada passa no meio da aldeia e as pessoas que descem do carro para comprar meu arco, meu colarzinho não tem autorização. Fico aqui no Quebra Molas esperando turista para comprar meus artesanatos, eu acho que eles gostam, sempre vendo um pouquinho (ANÔNIMO, 2013).

Jorge Santos em entrevista ao autor, se referindo à demora desta normatização, disse:

A FUNAI tem que resolver isso, tá demorando muito. Agente fica esperando, esperando, esperando e nada. Agente não quer fazer a coisa errada, mas a FUNAI demora muito. Por que tudo é tão demorado? Agente se cansa de tanto esperar (SANTOS, 2012).

O momento atual é singular e seguramente as palavras de Paulo Freire fazem muito sentido:

Não há transição que não implique um ponto de partida, um processo e um ponto de chegada. Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que o nosso futuro baseia-se no passado e se corporifica no presente. Temos de saber o que fomos e o que somos, para sabermos o que seremos (FREIRE, 1985, p. 33).

Sendo que se percebe que o momento é de transição, pois com promulgação da Constituição Federal de 1988 os indígenas passaram a ter condições legais de se organizarem de forma mais concisa, então necessário se faz com que as palavras acima de Paulo Freire ganhem voz na questão indígena, sobretudo que a Convenção 169 da OIT possa ser colocada mais em prática, ou seja, que os indígenas sejam ouvidos nas situações que sejam de seus interesses.

## 6.2 O GRUPO DE TRABALHO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO SOBRE TURISMO EM TERRA INDÍGENA

Constantemente, a FUNAI recebe solicitações de organizações indígenas para que a atividade turística seja regulamentada. As solicitações foram se intensificando a partir da década de 90 e a cada ano os pedidos se acresciam. Em 1995, foi criado um grupo técnico interministerial, sob a direção do Ministério do Meio Ambiente (MMA), sendo composto pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Ministério do Turismo (MTur), Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e governos amazônicos, associações indígenas, dentre outros, para nortear atividades turísticas a ocorrerem dentro de TI (MAURO, 2007, p. 30).

O assunto ganhou mais visibilidade. Assim, o MMA lançou um livro intitulado *Manual Indígena de Ecoturismo*, com ilustrações e linguagem própria, destinado aos índios, como forma de orientá-los no atendimento aos turistas.



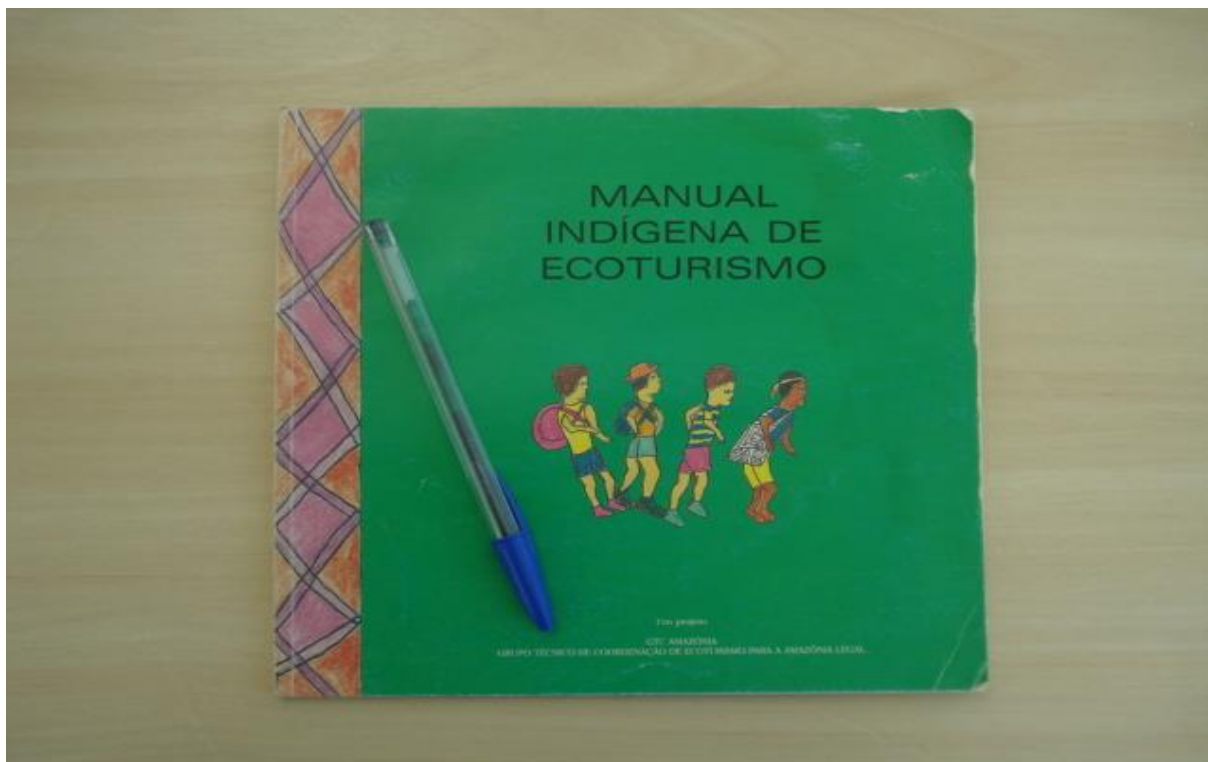


Figura 7 – Livro *Manual Indígena de Ecoturismo*. A caneta é para se ter a dimensão física do livro.  
Fonte: Do autor (2013).

O conteúdo do livro remete a ensinamentos para que ocorra o desenvolvimento turístico sustentável

Em 2006, a FUNAI emite a Portaria Presidencial nº. 179-PRES, de 20 de fevereiro de 2006, instituindo o Grupo de Trabalho (GT) para o estudo do turismo em TI. Atualmente, em junho de 2013, o processo que trata este tema consta de nove volumes, somando um total de 1823 páginas. A Portaria que deu início a este Processo reza que o GT deve implantar estudos com vistas a viabilidade na realização de atividades turísticas nas Terras Indígenas brasileiras. Determina ainda que as várias Coordenações do órgão, bem como as Administrações Regionais e Núcleos prestem apoio logístico necessário ao bom desenvolvimento dos trabalhos objeto da Portaria em causa. Por fim, o documento menciona que o GT ficará subordinado diretamente à Presidência da FUNAI.

Em dezembro de 2012, foi realizada uma reunião na FUNAI e dela se produziu a Informação Técnica nº, 160 – 2012-CGETNO, de 14 de dezembro de 2012, e além do órgão indigenista, estiveram presentes os representantes do MTur, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do MMA. Nesta reunião ficou acordado que a este tema seria dada maior prioridade e que os

papeis dos parceiros deveria ser definido, para que se pudesse trabalhar a regulamentação do turismo em TI com mais celeridade, em razão da 'grande demanda relativa ao tema'. Em razão da implantação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)<sup>20</sup>, a regulamentação das atividades turísticas em TI deve ser feita de forma ampla, segundo conteúdo do documento, com participação de todos os segmentos que estudam o assunto.

Em razão do Decreto nº. 7747, de 05 de junho de 2012, que instituiu a PNGATI, e no Capítulo II, art. 4º, Eixo 5 (que trata do uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas), item “g” menciona que:

[...] se deve apoiar iniciativas indígenas sustentáveis de etnoturismo e de ecoturismo, respeitada a decisão da comunidade e a diversidade dos povos indígenas, promovendo-se, quando couber, estudos prévios, diagnósticos de impactos socioambientais e a capacitação das comunidades indígenas para a gestão dessas atividades [...].

e que a PNGATI

[...] será implementada por meio de programas e ações previstos no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e nos orçamentos anuais, e por meio de outras iniciativas e parcerias [...].

notadamente no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015. Por esta razão, questão de prazo, espera-se que neste período seja regulamentada esta atividade (Decreto nº. 7.747, de 05 de junho de 2012).

---

<sup>20</sup> Política que tem o objetivo de garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente.

### 6.3 ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE TURISMOS EM TERRAS INDÍGENAS

Quando o assunto é turismo em comunidades indígenas, logo vem à mente das pessoas cenas de um cotidiano em aldeia, onde os índios estão fazendo suas atividades diárias, que pode ser desde a confecção de artefatos de uso cotidiano, até danças e rituais de cura, iniciação, etc. Essas atividades culturais atraem pessoas e ao perceberem essa atração, algumas aldeias passaram a receber turistas, porém carecendo de maior conscientização quanto aos malefícios advindo do turismo.

Os habitantes da Reserva Indígena Pataxó da Jaqueira têm atividades turísticas em sua Terra e possui experiência neste assunto, pois a região Sul da Bahia tem um grande fluxo de turistas. O início se deu em 1998, através do turismo pedagógico, quando na época um grupo de estudantes resolveu visitar a aldeia. Victor Ferri Mauro, em sua Monografia *Turismo em Terra Indígena: o caso da Reserva Pataxó da Jaqueira*, relata que no ano seguinte foi criada uma associação para organizar essa atividade, pois perceberam o potencial do turismo como alternativa econômica em razão da reduzida superfície de seu território, bem como a escassez de recursos naturais. Perceberam que o pouco que tinha restado da mata nativa deveria ser valorizado de forma sustentável e decidiram pelo turismo eco-cultural. Os turistas, no máximo cinquenta pessoas, caminham em uma trilha, em meio à natureza, com duração média de três horas, ouvindo explicações botânicas, visitando um viveiro de ervas para fins medicinais e outro de árvores nativas para o reflorestamento local, inclusive sendo convidados a plantarem mudas árvores nativas. Também ouvem e perguntam sobre a história e cultura, tais como mitos, lendas do povo Pataxó, presenciam danças, bem como observam a confecção de artesanatos, participam de uma degustação de peixe cozido em uma folha de vegetal e ingerem uma bebida indígena (MAURO, 2007, p. 76-79).



Figura 8 – Fotografia do Banner da Associação Pataxó de Ecoturismo – ASPECTUR que está fixado no Gabinete da Presidência da FUNAI. Nele consta a programação turística e outros atrativos aos visitantes. No rodapé do banner consta o logotipo da FUNAI e da ASPECTUR.

Fonte: Do autor (2013).

Na conclusão de sua monografia, Mauro (2007, p. 92) menciona que os indígenas ganharam mais visibilidade, ouve uma conservação da mata nativa, em razão de que se precisa dela como atrativo para os turistas, também aumentou o sentimento de pertencimento étnico:

Não há como negar também que a necessidade econômica foi e continua sendo um fator decisivo na motivação dos Pataxó em se engajarem na exploração do turismo. A renda auferida com atividades correlatas ao turismo, principalmente a venda do artesanato, em se tratando da comunidade de Coroa Vermelha, acabou por se tornar o principal meio de sustento de uma população que vive em condições consideravelmente precárias e que não dispõe de muitas alternativas econômicas.

Em sua dissertação de mestrado, Anery Junior Baggio menciona o turismo realizado na TI Mangueirinha, que está localizada no Município do mesmo nome e outros nas proximidades. Expõe o turismo como uma alternativa de sustentabilidade às populações indígenas locais. Menciona que aquela TI tem atividades turísticas ao receber pessoas interessadas em presenciar um novo ambiente cultural. Mostra algumas fotos, do Centro de Cultura Kaingang, de artesanatos produzidos para venda aos turistas e cachoeira local, como atrativo da natureza. Os visitantes geralmente são pessoas que transitam pela rodovia das proximidades, moradores e pessoas de outros países, quando em passagem por aquele local. Porém com maior intensidade se percebe e faz presente o turismo pedagógico, pois menciona caravanas de alunos de escolas de municípios próximos, organizadas pelas Regionais de Educação, em comum acordo com a direção indígena da aldeia. Baggio menciona que o turismo de natureza é um atrativo, em razão da existência de mata de araucárias, cursos de rios com suas cachoeiras. A questão cultural é outro atrativo, pois o cacique local disse que o turista gosta de ver as danças e se interar do trabalho local. Nesse caso se percebendo claramente a busca pelo outro, ou seja, a cultura diferenciada do indígena e os aspectos ecoturísticos da citada TI (BAGGIO, 2007, p. 94).

Uma polêmica decisão da FUNAI afetou o turismo que ocorria junto aos povos indígenas das etnias Tenharim e Mura, sendo que essa atividade estava autorizada por este órgão para que ocorresse de forma experimental junto a esses povos, habitantes de alguns municípios amazonenses. O povo Tenharim, vivendo em Humaitá e Manicoré, ao sul do Amazonas e o povo Mura mais próximo ao Rio Amazonas, nos municípios de Novo Aripuanã e Borba, com centenas de quilômetros de distância um do outro com realidades diferentes.

O turismo para aqueles povos estava autorizado pela presidência da FUNAI, através da Portaria nº. 932 – PRES, de 16 de agosto de 2005, com parecer favorável da Procuradoria Federal Especializada – FUNAI, através do Ofício nº. 381 – PGF – PG 05, onde menciona:

Recebemos acordo de cooperação entre a Liga de Eco Pousadas da Amazônia LTDA, a APITEM e as Aldeias da Terra Indígena Tenharim Marmelos para análise e manifestação. [...] Informamos que não há óbice legal para a celebração do presente instrumento pela Presidência da Fundação nacional do Índio – FUNAI. Contudo, esta Fundação deve acompanhar o desenvolvimento do projeto, principalmente no que toca ao

usufruto exclusivo das riquezas naturais da Terra Indígena, a fim de respeitar-se o mandamento do §2º, art. 231, da Constituição Federal.

O turismo ocorria na modalidade pesque e solte também conhecido como pesque e fotografe. Documentações foram formalizadas entre as partes envolvidas, a saber, pelo povo Tenharim a Associação do Povo Indígena Tenharim Morogita (APITEM), pelo povo Mura, a Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira (OPIAM), pela FUNAI e a empresa de turismo Liga de Eco Pousadas da Amazônia Ltda. O Acordo de Cooperação Técnica, nas suas cinco cláusulas, norteava as atribuições das partes, bem como estipulava valores a serem pagos à comunidade Tenharim. Limitava a entrada de no máximo oito turistas por semana na região previamente delimitada.

Mais ao norte do rio Madeira, na região dos indígenas da etnia Mura, o turismo ia de mal a pior e houve um cisma na comunidade decorrente das atividades turísticas que não estavam a contento. Algumas aldeias entenderam que ficaram prejudicadas, causando dano ao seio da comunidade. Organizações indígenas emitiram documentos denunciando as irregularidades e a Procuradoria da República no Amazonas enviou Ofício nº. 088 / 2006 / GAB / ALL / PR / AM, ao Presidente da FUNAI recomendando a extrusão da empresa de turismo da região Mura em quinze dias. A FUNAI assim o fez e conforme menciona o Procurador, signatário do Ofício, o órgão indigenista agiu “de certa forma louvável pela preocupação com os impactos das atividades dessa mesma empresa”.

Mais ao sul do rio Madeira, na região dos indígenas da etnia Tenharim a situação era outra. O turismo inibiu barcos de pesca comercial, que assaltavam os rios das proximidades e roubavam toneladas de peixes, sem nenhum retorno para a comunidade. Ademais, sabiamente os indígenas colocaram na Quinta Cláusula do Acordo de Cooperação, que a empresa de turismo deveria pagar para dois indígenas um e meio salário mensal, para que os mesmos fizessem fiscalizações. A comunidade Tenharim em nenhum momento solicitou a intervenção de algum órgão do Poder Público junto as suas atividades turísticas. Certamente que além da quantia anual de trinta e nove mil dólares que a comunidade recebia, percebe-se que os barcos e as fiscalizações realizadas nos rios e lagos, faziam com que o ego da comunidade ficasse fortalecido. O mesmo Procurador da PRAM que apoiou a intervenção da FUNAI nas atividades turística na região Mura, no mesmo documento

deixa transparecer sua preocupação pelo órgão indigenista agir sem ouvir a comunidade Tenharim, passando por cima do art. 6º da Convenção da OIT, pois a situação reinante nesta última comunidade era o oposto da primeira e a FUNAI prejudicou esta última ao agir de forma genérica. O Procurador textualmente diz:

Portanto, embora cabível tal determinação ao Povo Mura da TI Cunhã Sapucaia, que já havia em sua maioria (seis aldeias contra três) se manifestado contrariamente à manutenção do acordo de cooperação com a OPIAM, pelos impactos negativos que a comunidade vinha sentindo, superando os benefícios vislumbrados inicialmente, a extensão de tal ordem ao Povo Tenharim, sem sua prévia oitiva, não encontra respaldo na legislação vigente e no espírito das normas atuais de políticas indigenistas, que obrigam a participação ativa das comunidades nas tomadas de decisão que lhes afetem diretamente, conforme se demonstra no caso ora em análise (Recomendação da PRAM, 2007).

A comunidade Tenharim segue com as atividades turísticas, não obstante as dificuldades que enfrentam, sobre tudo na falta de apoio do poder público, através de orientações específicas de sustentabilidade junto ao turismo.

O turismo na TI Sete de Setembro, etnia Paiter Suruí, em Rondônia, imagem 09, está embrionário, porém desponta com determinada organização, pois existe um grupo de estudo sobre esse tema, do qual faz parte a Associação Kanindé<sup>21</sup>, presente em várias atividades junto aos Paiter. Foi produzido um vídeo pela CSF – Conservação Estratégica, e postado em 28 de outubro de 2012 no *site Youtube*, intitulado *Ecoturismo Indígena Paiter Suruí*, que informa todos os passos a serem dados para o funcionamento daquele empreendimento.

Outra informação é que o plano de turismo foi estudado por três anos de pesquisa, significando dizer que não está sendo idealizado um turismo de massa e sim um etnoturismo balizado por conceitos advindos do Turismo de Base Comunitária, que preza os valores sócios culturais da comunidade.

---

<sup>21</sup> Em seu endereço eletrônico, a Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé informa que é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sem fins lucrativos, fundada em 15 de novembro de 1992, em Rondônia (RO), trabalhando com povos indígenas. Seu corpo técnico e seus associados são formados de profissionais de diversas áreas. As principais características de seus associados são: o respeito ao meio ambiente e aos direitos dos povos indígenas, o profissionalismo, a alegria, a justiça, o gosto pela aventura, a pesquisa, o conhecimento da floresta e a luta por uma qualidade de vida melhor.



Figura 9 – Propaganda de ecoturismo Surui, fixada em árvores na TI.

Fonte: Gasodá Surui (2012)

O povo indígena da etnia Ashaninka habita o Estado do Acre (AC), bem como no Peru, também são conhecidos pelo nome de Kampa, habitantes do Estado do Acre e Peru, também conhecidos como Kampa. Caracterizam-se por ter uma vestimenta própria. Sua população soma aproximadamente 50 mil pessoas, em sua grande maioria habitando no lado peruano.

A comunidade Ashaninka está se reunindo, através de seus representantes, junto ao governo do AC, verificando se essa atividade é viável ou não para seu povo. Algumas comunidades de indígena desta etnia, do lado peruano, já fazem a atividade turística. Ademais, do lado brasileiro, existem líderes com projeção política, como secretários de cultura em vários municípios acreanos, bem como Assessores no governo estadual que possuem condições de debaterem esse assunto em igualdade com a população em geral, ou seja, sem aquele estigma imposto pela sociedade não indígena, de que os indígenas são incapazes e precisam ser guiados pela mão. Existe um turismo incipiente Ashaninka na região de Marechal Taumaturgo, Acre, onde o Centro Yorenka ãtame recebe visitantes, geralmente advindos do meio acadêmico.



No município Baía da Traição<sup>22</sup>, Paraíba, habitada por indígenas da etnia Potiguara, existe na aldeia Acajutibiró o Centro de Atividades Múltiplas, também conhecido por Casa de Cultura Acajutibiró onde ocorrem danças e vendas de artesanatos.



Figura 10 – Centro de Atividades Múltiplas Acajutibiró, Baía da Traição, Paraíba (PB).

Fonte: Do autor (2008).

O local é caminho para a sede do município, que fica nas proximidades e visitado por inúmeros turistas que costumeiramente ao passar por ali, compram artesanatos e ocasionalmente assistem a apresentações de danças, em determinadas datas do ano. Em dezembro de 2008, o autor da presente Dissertação era Coordenador de Promoção Cultural da FUNAI e, ao reinaugurar esta Casa de Cultura, apresentada na figura anterior, pode, então, presenciar inúmeros turistas adquirindo artesanatos. Colocando em prática o dinamismo da cultura, alguns indígenas perceberam desde tempos passados o interesse que os turistas

---

<sup>22</sup> Este nome, Baía da Traição, foi dado pelos colonizadores em razão de que os indígenas na época do Brasil colonial se aliavam aos outros europeus nas lutas contra os portugueses, sendo esses últimos derrotados. A situação dos portugueses foi revertida posteriormente. Os indígenas denominam esta baía de Acajutibiró, que é uma espécie de caju silvestre ou em outras versões onde se mencionam que é caju espremido.

demonstravam por luminárias feitas de conchas do mar, iniciaram produção para venda, não obstante tal artefato não ser originalmente indígena. A foto de luminárias (Figura 2) feitas de conchas pode ser vista no item 2.1 *A Comunidade Indígena como Celeiro de Resiliência*. Em muitos casos, a venda de artesanatos deixa de ser uma atividade de renda complementar e passa a ser a principal.

O litoral da TI Potiguara tem uma beleza singular e seu limite quase se confunde com a sede do município, em razão da grande proximidade entre eles. As praias são imensamente visitadas por turistas vindos até de outras Unidades da Federação (UFs) e no verão o fluxo de pessoas se intensifica.



Figura 11 – Vista parcial da Baía da Traição, Paraíba (PB), onde os limites da TI com a sede do município são quase imperceptíveis. Para se chegar a cidade, passa-se dentro da TI.

Fonte: Do autor (2008).

É impossível o órgão indigenista oficial limitar o turismo dentro desta TI, pois o visitante tem acesso direto aos indígenas, pois é necessário cruzar a área indígena para se chegar à sede do município da Baía da Traição, que por sua vez tem em seu perímetro urbano inúmeras residências indígenas.

## 6.4 A MÍDIA E O TURISMO EM TERRA INDÍGENA

A mídia é muito importante para a condução de informações ao público em geral e ao expor suas notícias, pode ser um agente conscientizador da população e partir daí ocorrer diversas transformações, inclusive em questões legais. A mídia pode colocar e tirar governantes, a exemplo o caso Watergate<sup>23</sup>, e ao ser formadora de opiniões, ela pode se tornar uma agente construtora de novas ideias ou mesmo fiscalizador do Poder Público, como pode também se associar aos déspotas em seus de interesses escusos. Portanto, a mídia realmente independente, livre de tendencialismo, oferecerá a população em geral um saber equilibrado, livre de sectarismo, fomentando a cidadania das pessoas.

Os meios de comunicação, embora de forma incipiente, reportam algumas reuniões ocorridas sobre turismo em Terra Indígena. Isso vem corroborar a ideia de que o tema é atual e relevante, portanto não é saudável se fechar os olhos para esta questão. Quantidade razoável de notícias sobre turismo em TIs são veiculadas costumeiramente nos meios de comunicações, sobre tudo na imprensa escrita e eletrônica.

No jornal *A Crítica*, de Manaus, Amazonas (AM), datado em 04 de novembro de 2011, Bonifácio José Baniwa, Secretário da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND) menciona que: “*Além da geração de renda, o turismo possibilita a valorização e a revitalização da cultura, e valorização da mão-de-obra indígena*”. O referido jornal informa sobre o 1º Workshop de Turismo de Base Comunitária no Amazonas, Protagonismo das Populações Tradicionais e Povos Indígenas, ocorrido na Universidade Estadual do Amazonas (UEA).

---

<sup>23</sup> O Presidente Nixon, dos EUA, foi reeleito para o seu segundo mandato de forma surpreendente. Corria o ano de 1972 e dois jornalistas foram responsáveis por colocar notícias no jornal *Washington Post* que confirmavam que o Presidente tinha conhecimento do assalto e colocação clandestina de aparelhos de escuta no prédio Watergate, onde funcionavam os escritórios do partido Democrata, rival do partido do Presidente Nixon. Em razão da forte opinião pública, a Suprema Corte Americana solicitou investigações. O caso se arrastou por meses e, enfim, se concluiu pela culpabilidade do presidente e ele foi obrigado a renunciar.



Figura 12 – Turismo de Base Comunitária. O titular da SEIND, Bonifácio José Baniwa, destacou a importância de políticas de etnodesenvolvimento. A SEIND discute panorama turístico em terras indígenas do Amazonas.

Fonte: A Crítica (2011).

O jornal eletrônico, *band.com.br*, imagem 13, a seguir, informa que a FUNAI estuda a possibilidade de implantar o turismo em Terras Indígenas, a exemplo do que já ocorre na região do Município de Humaita, AM, de forma experimental, em local distante da aldeia, portanto, sem contato entre visitantes e indígenas.



Figura 13 – Índios das comunidades da região do Madeira não terão contato com os turistas.

Fonte: Band.com.br (2013).

## 6.5 O ETNOTURISMO E SUA ABRANGÊNCIA

A palavra “turismo” envolve muito mais do que normalmente se está no imaginário das pessoas, que é algo sempre vinculado ao prazer. São inúmeras as formas de turismo e dentre elas se podem ser citadas as formas pedagógicas e étnico-culturais. Andriolo e Faustino (2000, p. 165) mencionam que “o turismo pedagógico seria aquele que serve às escolas em suas atividades educativas que envolvem viagens.” Essa forma de turismo é lupa, ou uma forte lente aos estudos teóricos que os alunos presenciam em salas de aulas. Ele proporciona condições para que ocorra um amálgama entre o aprendizado nos bancos escolares e as atividades observadas *in loco*. Essa interatividade é fomentada desde há muito tempo, pois quando a Inglaterra estava no auge de sua expansão marítima, fazendo colônias em todos os continentes, já se incentivava o turismo acadêmico como forma de aprimorar os estudos dos alunos destinados aos cargos do executivo,

notadamente aqueles com vínculo nas atividades expansionistas da corte. Neste sentido, Andrade (2004, p. 9) destaca:

O Grand Tour, sob o imponente e respeitável rótulo de “viagens de estudos”, assumia o valor de um diploma que lhes conferia significativo status social, embora – na realidade – a programação se fundamentasse em grandes passeios de excelente qualidade e repletos de atrativos prazerosos, que denominavam de turísticos, nomenclatura adotada para expressar a realização de viagem através de regiões e de países diversos, ou mesmo para significar a realização de volta ao mundo conhecido ou possível à sociedade mais evoluída da época.

Esse interesse acadêmico, exposto na citação anterior, aporta na questão indígena fazendo-se notório o interesse das instituições educacionais, de todos os níveis, em visitarem as aldeias, o que é manifestado com mais intensidade no mês de abril, quando se comemora a semana do Índio e os professores e alunos estão mais envolvidos com esse tema. Essa prática a cada dia que passa se torna mais presente.

No município de Brasnorte, Mato Grosso (MT), está localizada a aldeia Paredão, dos indígenas da etnia Irantxe. Em 2008, quando da inauguração da Casa de Cultura local, ocorreu, como nos demais anos, fluxo de docentes e discentes participando das atividades da Semana do Índio. Na aldeia houveram palestras proferidas pelos indígenas, danças e outras atividades culturais. Ao final de cada dia os indígenas convidavam os visitantes a dançarem juntos em uma grande roda. As pessoas se interagiam. Por ser uma região com predomínio de imigração de pessoas oriundas do sul e sudeste, podia-se observar o contraste das cores dos corpos, notadamente as costas, dos indígenas com os visitantes no momento das danças. Sempre ao final de cada dia, antes de retornar às suas residências, se ouvia dos visitantes frases de tristeza em razão do final das atividades. Certamente que aqueles alunos, sejam dos primeiros anos escolares ou aqueles de Graduação, ampliaram seus horizontes quanto à questão indígena. Esse intercâmbio entre os visitantes e visitados faz com que sejam esvaziados de preconceitos que trazem gratuitamente contra os indígenas. Tais alunos, ao retornarem para seus lares, retransmitem a seus pais os fatos ocorridos, as boas recordações, fotos, artesanatos

comprados e mostram as pinturas no corpo feitas com tinta de genipapo ou urucum.<sup>24</sup>

As visitas ocorrem com o consentimento da comunidade, solicitadas com antecedência, geralmente com a presença do diretor da escola e professores, sendo que numa delas o Secretário de Educação esteve presente na caravana e em sua despedida agradeceu o acolhimento recebido, enalteceu o fato de que os alunos também estavam participando do evento, ou seja, interagindo naqueles momentos culturais, não somente sendo meros espectadores e por fim mencionou o perigo do etnocentrismo, não incomum na sociedade envolvente. Nesse sentido Laraia (2000, p. 87) alerta quanto ao etnocentrismo:

Todo sistema cultural tem sua própria lógica e não passa de um ato primário de etnocentrismo tentar transferir a lógica de um sistema para outro. Infelizmente a tendência mais comum é considerar lógico apenas o próprio sistema e atribuir aos demais um alto grau de irracionalismo.

Com esta busca do saber, referente a outra cultura, ocorrerá a valorização da mesma, pois a multiculturalidade estará ocupando o lugar de um possível etnocentrismo, havendo um maior grau de respeito a cultura do outro, podendo até ser incorporada na cultura do visitante. Isso não é algo impossível de ocorrer, pois ao longo dos tempos foram assimilados alguns comportamentos dos indígenas, tais como o uso do banho diário, muito antes das nações europeias assim o fazerem, foi-se adotado o uso da rede de dormir, entre outros. Neste bojo, está associado o social, pois ambos, o sócio e o cultural, caminham juntos. A valorização da cultura indígena, através do etnoturismo, pode fazer com que as percepções sociais dos visitantes fiquem mais aguçadas, propiciando engajamentos na luta pelo bem estar da sociedade indígena.

Beni (2001, p. 425) destaca que o turismo étnico, histórico e cultural é o deslocamento de pessoas a procura de um legado, mas também é executado por aqueles que quer conhecer *in loco* outros povos diferentes, que constituem o interesse de sua observação. Durante a semana de 04 a 08 de fevereiro de 2013,

---

<sup>24</sup> Ambas são tinturas de origem vegetal. Do genipapo, árvore grande e frondosa, se extrai de seu fruto um líquido de cor escura, que serve para pinturas no corpo, que somente desaparece com o passar de dias, não adiantando lavar o corpo para retirá-la. Do urucum, árvore de pequeno porte, se extrai de seu fruto uma pasta vermelha, também utilizada em pinturas corporais, que ao ser lavado sai da superfície da pele. Do urucum também se processa o colorau, muito utilizado na culinária brasileira.

ocorreu no Centro de Excelência em Turismo (CET) da Universidade de Brasília (UnB), o Seminário *Análise Estrutural do Turismo*, ministrado pelo professor da Universidade de São Paulo (USP), Mário Carlos Beni, e na oportunidade, mencionou sobre a importância do turismo pedagógico, que em seu livro recebe o nome de Turismo Educacional, e onde está exarado que:

Retomada da antiga prática amplamente utilizada na Europa e principalmente nos Estados Unidos por colégios e Universidades particulares, e também adotada no Brasil por algumas escolas de elite, que consistia na organização de viagens culturais mediante o acompanhamento de professores especializados da própria instituição de ensino com programa de aulas e visitas a pontos históricos ou de interesse para o desenvolvimento educacional dos estudantes (BENI, 2001, p. 426).

Presenciei várias atividades de etnoturismo que ocorreram, ou podem ainda estar ocorrendo, nas Terras Indígenas Rio Guaporé e Pacaás Novos (RO), Toldo Chimbangue e Xapecó – cidades situadas em Santa Catarina (SC), Nonoai (RS), Aroeira (MT). Somam-se às estas aquelas presenciadas de formas esporádicas, quando estive de passagem nas TIs Irantxe (MT) e Baía da Traição (PB). Normalmente os visitantes ficam impressionados ao ouvirem relatos dos mestres da aldeia. Na TI Rio Guaporé, em uma roda de conversa, um grupo de estudantes ouvia atentamente quando o indígena Paturi Jaboti mencionava que quando tal estrela nascia em determinado lugar do céu, estaria próximo a queda do fruto da castanheira, pois elas estariam maduras. Quando outra determinada estrela estivesse nascendo acolá (apontando para o céu), o peixe tal estava próximo a desovar. Roda de conversa sempre foi atrativo nas visitas de acadêmicos às aldeias.

Roda de prosa é um dos atrativos na Aldeia Multiétnica<sup>25</sup> realizada na Chapada dos Veadeiros, Goiás (GO). Em entrevista o indigenista Fernando Schiavini, apresentado na Figura 14, a seguir, destaca:

---

<sup>25</sup> Dentro do evento anual Encontro de Culturas, que ocorre no meio do ano na Chapada dos Veadeiros, existe a atividade Aldeia Multiétnica que surgiu como uma forma de colocar o público em contato direto com os costumes, tradições e modos de vida das etnias indígenas, tendo a vivência como meio de ação. Rodas de prosa, oficinas de artesanato e pinturas corporais, exposições fotográficas e exibição de vídeos produzidos pelos próprios índios ganharam seu espaço cativo.



Tenho alguma experiência com as ‘Rodas de Prosa’, que acontecem na Aldeia Multiétnica na Chapada dos Veadeiros. Penso ser uma boa estratégia para a disseminação de informações e debates de ideias. Trata-se de uma coisa leve, sem compromissos com decisões técnicas ou políticas ou manifestações de posicionamentos, apesar de poder acontecer. Enfim, dependendo do contexto, é uma boa técnica para “bater um papo” de forma mais focada e dirigida, que fazem as pessoas pensar sobre o assunto (SCHIAVINI, 2013).



Figura 14 – Indigenista Fernando Schiavini, a direita, diz que Roda de Prosa é uma boa estratégia para a disseminação de informações e debates de ideias.

Fonte: Sônia Maria de Paula (2008).

A fala de Schiavini vem ao encontro do que Ansarah (2002, P. 294) diz sobre turismo pedagógico, que também é o vivenciar atividades extraclasse:

Na atividade de turismo pedagógico, o importante é despertar o interesse do aluno para o novo conhecimento, pelo local, pelos usos e costumes da população. Afinal, é por intermédio do querer saber mais, da percepção, que o ser humano desenvolve seu censo analítico crítico e a vontade de conhecer mais a respeito de determinado assunto, enfim de pesquisar. Trata-se de uma atividade extraclasse, organizada pelas escolas com colaboração de empresas especializadas, e vivenciadas pelos alunos como forma de complemento de um conhecimento abordado em sala de aula, envolvendo deslocamentos e/ou viagens de maneira prazerosa.

Portanto, o etnoturismo está entrelaçado e amalgamado com o turismo pedagógico e cultural, não havendo uma fronteira estanque, e tem por objetivo fazer com que alunos possam vivenciar *in loco* o que muitas vezes lhes são ensinados nas salas de aulas.

## 7 TURISMO NAS TERRAS INDÍGENAS KAINGANG DE IRAÍ (RS) E RIO GUAPORÉ (RO)

Neste mundo tudo cresce, nada é parado.

**Augusto Kaingang.**

Duas Terras Indígenas com realidades diferentes. Uma próxima, quatro quilômetros da área urbana e outra distante da cidade, demorando entre um a dois dias de viagem fluvial. Uma no norte e outra no sul do Brasil, localizadas em biomas bem distintos em estágios diferentes nas atividades turísticas, sendo que uma já realiza de forma um tanto intensa, enquanto outra tem um interesse ainda inicial. Neste capítulo se abordarão informações referentes às Terras Indígenas (TIs) Iraí, Rio Grande do Sul (RS), e Rio Guaporé, Rondônia (RO). Povos com percurso histórico diferente, porém com alvo semelhante, que é a luta para continuar sendo diferente e respeitado. Com sofrimentos iguais, pois ao serem obrigados a vivenciarem a resiliência de forma tão intensa, poderiam não retornar ao ponto de origem do seu ser indígena. Ambos, antes de darem o grito de basta foram semiescravos, sendo uns nos seringais e outros nas margens das rodovias. Ambos reconquistaram suas Terras, no sentido de territorialidade, que é algo mais que superfície terrestre e preservam seus ethos, tão importante para a existência desses povos.

### 7.1 O POVO QUE HABITA A TERRA INDÍGENA KAINGANG DE IRAÍ

Os Kaingang são da família linguística Jê e habitam os Estados do RS, Santa Catarina (SC), Paraná (PR) e São Paulo (SP), sendo que em nenhuma destas Unidades da Federação (UFs) existe TI da referida etnia habitando o litoral. Segundo dados do Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população naquele ano era de 31.814 pessoas, porém com os indígenas que residem fora da TI, o total soma 37.470 pessoas.

A invasão do território Kaingang intensificou-se na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, não significando dizer que nos anos posteriores houvesse o término da pilhagem do território Kaingang. A primeira metade do século XIX ficou caracterizada pela forte imigração de europeus para o sul do Brasil, sendo que alemães vieram antes dos italianos e ocuparam os vales, enquanto os últimos ocuparam as serras. Não muitos anos mais tarde o fluxo desses imigrantes e seus descendentes se destinou mais ao interior dos Estados do sul, ocorrendo conflitos mais intensos. Os índios foram empurrados para mais longe, perdendo suas terras milenares. O governo imperial dizia que havia grandes vazios demográficos no interior do sul do Brasil e desta forma necessitava, segundo o governo, de se fazer povoamento, desta forma justificando sua atitude de incentivar a ocupação dessas terras sem o mínimo critério. Sobre esses vazios, Amparo (2010, p. p. 64) menciona que foi um subterfúgio governamental para usurpar as terras Indígenas, e com o agravante de usar a violência:

É preciso, porém, ter cuidado com tais afirmações, pois a construção desse desenvolvimento significou a destituição e o massacre dos indígenas, sob o argumento do vazio demográfico. Suas terras foram, em seguida, colonizadas por imigrantes europeus que em sua maioria, vinha de situações muito adversas em seus países de origem.

Um episódio marcante do início do século XX foi a construção da Ferrovia São Paulo- Rio Grande, um dos estopins para a Guerra do Contestado<sup>26</sup>. Conflito de grandes proporções, muito semelhante a Canudos, pouco estudado no Brasil, porém sua importância foi grande na questão fundiária local, pois dela ocorreram inúmeros massacres contra populações que não queriam a construção da Ferrovia. Cabe mencionar que esta guerra, cronologicamente comparada com outras revoltas ocorridas no Brasil, é relativamente recente, pois ocorreu de 1912-1916, com grandes quantidades de vítimas fatais e pela primeira vez em território nacional foi utilizado avião com o objetivo de guerra. Embora a historiografia pouco insere a

---

<sup>26</sup> A Guerra do Contestado recebeu esta denominação em razão das terras contestadas pelo PR e SC. Ocorreu em razão de várias situações, dentre muitas, aqui não colocada em ordem, em que a população local sempre foi prejudicada. 1ª) A região era extremamente carente, totalmente esquecida pela República. 2ª) A instalação da madeireira Southern Brazil Lumber & Colonization Company, que desalojou indiscriminadamente moradores da região. 3ª) A construção da ferrovia São Paulo–Rio Grande do Sul, pelo homem que exercia um grande poderio econômico no Brasil, Percival Farquhar. A empresa Brazil Railway Company teve o direito de explorar tudo que havia em quinze quilômetros de cada lado da ferrovia, inclusive expulsando as populações locais. 4ª) Fanatismo religioso dos líderes Contestadores, demonizando a República e endeusando a Monarquia, desta forma atraindo a ira do Poder Central. 5ª) Indefinição nos limites territoriais, contestado entre os Estados do PR e SC.

população indígena no conflito, a mesma está intimamente ligada a ele, pois ela foi empurrada ainda mais para outras terras.

### 7.1.1 A Terra Indígena Kaingang de Iraí (RS)

O município de Iraí está localizado a 435 quilômetros de distância da capital do RS, Porto Alegre, estando a Noroeste da referida UF, região do Alto Uruguai, próximo à fronteira com SC. Segundo o Censo Demográfico de 2010 do IBGE, sua população era de 8.078 habitantes. A TI Iraí está situada neste município e possui uma superfície de 279,9 hectares e sua população totaliza 634 pessoas, dados coletados pela equipe que trabalha na aldeia, em 03 de março de 2013, e informados pela coordenadora da Coordenação Técnica Local. A referida TI está a quatro quilômetros da sede do município sendo intenso fluxo de carros oficiais, particulares e taxis até a aldeia, a estrada é de terra, porém cascalhada, não ocorrendo atoleiros.



Mapa 2 – Terra Indígena Iraí, situada no Estado do Rio Grande do Sul (RS). A TI Kaingang, no mapa é um pequeno ponto ao norte do Estado, junto às margens do rio Uruguai.

Fonte: Diretoria de Proteção Territorial – DPT. Fundação Nacional do Índio – FUNAI. 2013.

A luta pela reconquista da terra pelos indígenas foi árdua e duraram muitos anos. O povo da cidade sistematicamente dizia que não eram índios e com o desenrolar da demarcação os ânimos se acirraram. De 1996 a 2003, época em que o autor trabalhou naquela região, sempre escutou, inclusive em programas de rádio da cidade de Chapecó (SC), a birra dos cidadãos de Iraí contra os índios. Até hoje a pedra na bota dos anti-indígenas de Iraí e região é a questão do aeroporto (vide Figura 15, a seguir), pois o mesmo ficou dentro da TI quando a referida localidade foi demarcada – o que eles não aceitam.



Figura 15 – A pista do aeroporto de Iraí, desativada. Objeto de divergência dos moradores da cidade para com a comunidade indígena.

Fonte: Do autor (2013).

A diretora da escola indígena, Maria Soeli Cosman<sup>27</sup>, diz do preconceito existente em Iraí contra os indígenas. Ela menciona que:

---

<sup>27</sup> Diretora da Escola Indígena situada na TI Iraí. Chegou como professora e, desde, então por opção, não saiu daquela lotação, mesmo com possibilidade de trabalhar em escolas dentro da cidade de Iraí, com melhores condições.

As relações dos habitantes de Iraí com os indígenas não é boa. É necessário mais integrações para esse clima de animosidade acabar. Eles acusam a FUNAI de atrapalhar o progresso da cidade, ao declarar o aeroporto da cidade dentro da Terra Indígena. Infelizmente isso causa grande impedimento nas atitudes deles para com os índios. O preconceito é forte e percebemos que irradia até para nós que trabalhamos com os indígenas. Percebo isso quando vou pedir material escolar... é um sofrimento. Dizem que índio não precisa de escola. Recebo um chá de banco incrível, preciso esperar um tempão para ser atendida e as vezes dizem que não podem me atender, agendando novo encontro para muitos dias depois. É triste. A atual prefeitura é literalmente contra os índios. Essa atitude não é somente comigo, porém com as demais professoras e professores que trabalham aqui ocorre a mesma coisa, lá não somos bem tratada. Claro que existem exceções, como todo lugar tem. Tem algumas pessoas que pensam e agem diferentemente, então é mais um canal aberto. Que bom. Como sou eu que na maioria das vezes organizo a entrada de ônibus com visitantes aqui, então tenho oportunidade de mostrar que o município também leva lucro, então os mais esclarecidos da prefeitura me dão razão. Estamos somente a quatro quilômetros da sede do Município e muita gente não conhece a aldeia. Quando começam a falar de índios, eu pergunto se já conhecem a comunidade que fica a poucos quilômetros de suas casas. Eles percebem onde quero chegar e se calam. Com certeza sabem que derrubo argumentos poucos embasados que por ventura usarão (COSMAN, 2013).

Esse é o clima em que vivem os indígenas naquela TI, porém eles não se abalam com essas situações de discriminação, possuem times de futebol, visitam e são visitados, têm grupo de danças, fazem festas não indígenas, geralmente com alguns colonos fazem amizade e se visitam, e até tem simpatia de algumas pessoas com pensamentos mais progressista residentes em Iraí. Esse viver intenso se vê com facilidade naquela comunidade e faz com que seja mitigado seu sofrimento. Esse *levantar de cabeça* se nota no número de indígenas cursando Instituição de Ensino Superior (IES), o que diminui o distanciamento, pelo menos em partes, entre as duas sociedades. No comércio local um cidadão mencionou para seu filho, apontando para um indígena, dizendo: “[...] *lá vai o índio para a faculdade e você nada!*”.

Em razão da reestruturação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ocorrida no final de 2011, foi criada a Coordenação Técnica Local na cidade de Iraí, sendo dirigida por Maryjara Dazzi, que por muitos anos foi a Chefe do Posto Indígena Iraí. Na TI, se faz presente um escritório da FUNAI, um posto de saúde da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), com presença diária de médico, dentista e técnica de enfermagem, várias igrejas, um Instituto da Igreja Católica, escola

indígena em que o vice-diretor é um indígena com funcionamento noturno, campo e quadra de futebol.

### 7.1.2 O turismo existente

O município é uma estância hidrotermal, portanto suas águas são procuradas por turistas de várias regiões do Brasil. Nesse contexto, os Kaingang se deslocam até aos turistas na cidade, geralmente vão até a porta de hotéis e vendem seus artesanatos. Porém, existem visitas de turistas a TI, o que será visto mais adiante. Dona Olga, artesã indígena (vide Figura 16, a seguir), é um exemplo de venda de produto aos turistas na cidade, durante a pesquisa para esta dissertação ocorria um evento na cidade de Iraí e costumeiramente esta senhora estava em sua banca vendendo seus artesanatos. Em sua entrevista disse que:

Gosto de vender as coisinhas que faço. Sempre rende um pouquinho de dinheiro para eu comprar um pouquinho de coisas para a casa. Um sabão, uma roupinha, agulha, uma coisinha que sempre agente precisa. Ontem eu não tinha nada, mais hoje melhorou um pouco. Durante a semana eu estou aqui na frente do Tênis Clube, onde eles estão estudando. Vendi bem meus artesanatos. No verão eu levo meus arquinhos, flechas, brinquinhos, pulseiras para vender lá na praia. Vendo bastante. Quando acaba as férias do povo, então eu volto prá cá. Então as aulas começam e sempre tem um ônibus de alguma escola passeando por aqui, então vendo também e compro coisinhas que estão faltando em casa. Fico tão contente quando estou fazendo isso (aponta para variadas sementes que estão em diversas bacias) aquela ali, é de outra cor, mais quando eu ferve ela muda de cor, veja só. Hoje tem que ir longe no mato pra buscar material (DONA OLGA, 2013).

O que foi dito pela indígena, vem ao encontro do que é relatado por Beni (2001, p. 264), onde menciona no Subsistema Social que o turismo pode causar transformações sociais nas comunidades tradicionais e seus efeitos não devem ser desconsiderados, devendo haver planejamento para tal atividade. Nesse caso, a entrevistada menciona que se desloca com frequência de sua casa para vender seus artesanatos e nas férias vai para a praia, que está a centenas de quilômetros



de sua residência, o que reforça a necessidade, segundo Beni, de um planejamento integrado.



Figura 16 – Olga Ventura Sal, confeccionando artesanato de bambu e sementes para vender aos turistas.

Fonte: Do autor (2013).

Geralmente as comunidades residentes em TI com reduzida superfície têm no artesanato sua atividade principal, não obstante a constante falta de matéria prima para sua confecção. Mesmo sendo a questão fundiária fator para possível êxodo rural, seja ele permanente ou temporário, é marcante a produção de artesanatos na TI Iraí. Lac (2005, p. 67) menciona que:

O artesanato é a principal fonte de renda dos moradores da T.I. Iraí. Embora controversa, sua produção mercantil é motivadora de praticamente toda a produção artesanal. O ápice da comercialização do artesanato acontece para os moradores da T.I. Iraí durante o veraneio, que coincide com o ápice da visitação turística em Iraí, quando saem pelas praias do litoral sul brasileiro. O material para a confecção do artesanato está a cada dia mais escasso.

Europeus e asiáticos elogiam a hospitalidade do povo brasileiro, talvez pela herança africana e indígena presente no brasileiro. Além do artesanato, como foi visto, que é um atrativo, observa-se também que na cultura Kaingang a hospitalidade é bem acentuada, repartem seus alimentos com visitantes, possivelmente por não possuir o sentimento acumulativo inerente nas sociedades não indígenas. Flávia Lac dedica sua Dissertação em Antropologia Social aos Kaingang, pela sua hospitalidade; na página de agradecimentos, por três vezes, aquela autora menciona a hospitalidade recebida, agradecendo tanto de forma geral como individual (LAC, 2005, p. 4).

A hospitalidade Kaingang é percebida de forma clara na fala de Adelir, pois ele diz que:

Nós gostamos quando vem gente nos visitar. Não só por que vendemos artesanatos, é porque podemos mostrar o que sabemos fazer, a nossa cultura e também porque gostamos de receber gente. O turista educado faz bem, a educação sempre faz bem. Apresentamos danças... nem sempre, é preciso marcar data. Conforme for a época, temos farinha de pinhão, peixe na folha de bananeira, pixé<sup>28</sup>, pão assado na folha de bananeira na cinza quente. Algumas vezes vem escolas aqui nos visitar, tem a nossa Festa da Terra, em setembro, quando comemoramos a retomada da Terra, então é festa grande (ADELIR, 2013).

Embora não estivessem juntos no momento da entrevista, Adelir e Selso estavam sintonizados nos discursos, pois as respostas se aproximaram substancialmente, denotando organização em se tratando do mesmo tema. Selso<sup>29</sup> diz:

Os visitantes vêm até a Terra Indígena Iraí para comprar os artesanatos que fazemos. Geralmente são alunos que são levados pelas professoras até a aldeia e aqui assistem nossas danças, mostramos também nossas ervas medicinais e os visitantes podem comer nossas comidas, peixe na folha de bananeira. Não cobramos pelo que as pessoas comem, pois isso é somente para atrair compradores dos nossos artesanatos. O turismo ajuda um pouco nas entradas de dinheiro, não resolve tudo. (SELSO, 2013).

---

<sup>28</sup> Farinha feita de milho, que é moído no pilão e depois torrado.

<sup>29</sup> Indígena residente na TI Iraí (RS), cursando o penúltimo período de História na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Interrompeu o curso de Filosofia, faltando três semestres para conclusão e menciona que pretende terminá-lo assim que concluir a graduação em história.

É percebido nas duas últimas entrevistas a presença da característica hospitalidade que o povo Kaingang dedica aos visitantes em sua aldeia. Trigo (1996) menciona que estudo do turismo no Brasil ainda padece de profundidade e que muitos deles são fragmentados, técnicos e superficiais e menciona a hotelaria, conseqüentemente a hospitalidade, entre outros. O fenômeno turístico é abrangente estando presente em várias ciências e deixou de ser uma atividade relegada ao segundo plano e passou a ser mais presente na vida cotidiana. No caso da hospitalidade, percebe-se que os cursos de administração e economia encampam o tema, correlacionando-o exclusivamente à hotelaria, que, segundo Trigo, não é o caso, pelo menos de forma tão abrangente (TRIGO, 1996, p. 61-62).

Além da hospitalidade nata deste povo, eles possuem uma musicalidade que atrai a atenção das pessoas. Formaram um grupo de dança indígena, que já gravou várias músicas, se apresenta na aldeia para turistas, e, além disso, faz *tournee* em outras cidades do sul do Brasil, embora não seja reconhecido na devida proporção pela população não indígena de Iraí. Em entrevista, Selso disse que o grupo de dança já gravou fita K7, porém já está na hora de gravar um *Compact Disc* (CD). A diretora da Escola Indígena desabafou dizendo que:

Veja só, temos um grupo de dança indígena, eu estou participando de um evento muito importante que está ocorrendo nesta cidade e o Grupo Kaingang de Dança não foi convidado a se apresentar. Ontem ao final do curso, os alunos e palestrantes brasileiros e estrangeiros estiveram aqui, ouvindo a palestra do senhor Augusto Kaingang, ouvindo música indígena e não tivemos ninguém representando oficialmente a Prefeitura. No entanto eles usam, indevidamente, a imagem indígena em seus folders e cartazes para atrair turistas para visitar a cidade, porém... é um absurdo! Alguns só pensam em eleição. Nasci aqui nas proximidades e meu pai era funcionário do aeroporto, porém penso diferente dos demais. Não sou a favor dos índios somente por que estou trabalhando aqui, pois eu poderia trabalhar dentro da cidade. Estou aqui por opção, eu gosto daqui. Quem sabe o turismo possa amenizar essa situação desfavorável ao índio (COSMAN, 2013).

O cartaz, apresentado na Figura 17, a seguir, referente ao curso que a professora Soeli mencionou na entrevista, mostra uma indígena, dentre outras imagens, o que confirma a informação dada, ou seja, que quando a prefeitura local tem interesse, utiliza a imagem do índio.



Figura 17 – Fotografia de cartaz fixado em vários lojas de Iraí (RS), referente ao 2º Curso Internacional de Planejamento Sustentável. É utilizada a figura indígena como atrativo. (As canetas esferográficas e os cliques servem para comparar tamanhos)

Fonte: Do autor (2013).

O turismo que ocorre dentro da TI Iraí ainda não possui normas que balizem sua existência, diferentemente do turismo no sul da Bahia (BA), onde existe uma programação a ser cumprida pelo turista, como se pode ver no rodapé da fotografia do banner das ASPECTUR, inserida no capítulo *Experiências de Turismo em Terras Indígenas*. Porém, já existe uma forma embrionária de organização do turismo na TI Iraí, pois em várias entrevistas se verificou que a diretora da Escola Indígena organiza a entrada de ônibus escolares na aldeia. Esse turismo pedagógico ocorre com frequência, e a diretora tem controle do fluxo de pessoas nessa atividade turística dentro da TI. Quando da pesquisa de campo ocorria na sede do Município um curso versando sobre o tema de sustentabilidade e o último dia de aula foi uma visita à TI Iraí. A diretora, que também era aluna do curso, coordenou a visita dos discentes à Terra Indígena.

Esse turismo pedagógico e étnico, realizado na aldeia é expoente do atrativo cultural exercido nos visitantes e fortifica, bem como torna visível a comunidade indígena de Iraí. Gastal e Moesch (2007, p. 38) mencionam que o turista em uma nova situação vivida geralmente em outro lugar e encontrando pessoas diferentes de

si, está buscando o diverso e isso implica numa visão mais abrangente culturalmente, tendo de conviver com o próprio estranhamento, amenizando as assimetrias existentes. Elas perguntam se os turistas estão preparados para essa convivência com o culturalmente diferente? Mencionam a necessidade de políticas públicas para que se promova a cidadania, nesse caso no turismo, e enfatizam dizendo que as políticas públicas:

Seriam as intervenções realizadas pelo Poder Público, instituições civis, entidades privadas e grupos comunitários, com o objetivo de atender à população nas suas necessidades materiais e simbólicas, garantindo-lhes acesso às mesmas, para que seja alcançada maior e melhor qualidade de vida não só para grupos hegemônicos, **mas também – e em especial – para os excluídos por razões econômicas, sociais e culturais**, etárias ou de gênero, dentro do respeito do direito à diferença (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 39-40) (grifo nosso).

Portanto o que se observa é que o turismo que ocorre na TI Iraí é basicamente o étnico, pedagógico e cultural, não ocorrendo turismo de massa ou qualquer outro que venha prejudicar substancialmente a comunidade. Existe a necessidade políticas públicas para embasar e balizar, com diretrizes e ações, o turismo existente naquela comunidade.

## 7.2 O POVO QUE HABITA A TERRA INDÍGENA RIO GUAPORÉ

No passado, o território do que é hoje o Estado de RO, pertencia ao Estado do Amazonas (AM), e a região do rio Guaporé estava sob o domínio da Capitania de Mato Grosso, desmembrada de São Paulo. A margem direita do rio era de Portugal, e a esquerda era de Espanha, que o chamava de Rio Itenez, com índios Moré dominando a região no século XVII, e presente até os dias de hoje, no lado boliviano, embora em número reduzido. Muitos foram os atritos entre “índios espanhóis” e “índios portugueses” a tal ponto que Portugal mandou construir no lado direito do rio Guaporé o Forte Príncipe da Beira, que foi palco de inúmeras investidas castelhanas. Este forte é o único em solo brasileiro construído fora do litoral, dada a importância da região. As missões do outro lado do rio, embora pouco

estudadas são de grande importância, quase se comparando às missões guaranícas do Paraguai e sul do Brasil.

Segundo Denise Maldi Meireles, as missões de Mojos e Chiquitos eram avançadíssimas, sofisticadas, se tornaram as maiores e melhores instituições agrícolas do mundo. Os jesuítas espanhóis consideravam que Mojos:

Abrigava uma notável pluralidade étnica e os primeiros índios encontrados foram descritos com imagens que estão longe de sugerir “selvageria”. [...] os consideravam mais civilizados. Em mojos, os jesuítas procuraram também respeitar as divisões internas das sociedades fazendo com que correspondessem a divisões internas das missões. Isto é, procuraram criar uma estrutura administrativa de certo modo em conformidade com a estrutura social das sociedades indígenas (MEIRELES, 1989, p. 79).

Embora ocorressem circunstâncias favoráveis aos indígenas, muitas vezes milhares deles eram cooptados por espanhóis para servirem como soldados numa guerra em que defenderiam um rei longínquo que não os representavam. Rolim de Moura, por quase 14 anos governador da Capitania de Mato Grosso, e depois Vice-Rei do Brasil, sempre esteve à frente nos combates, defendendo a margem leste (brasileira) do rio Guaporé. Neste sentido, Denise Meireles (1989, p. 140) menciona sobre uma batalha, e foram inúmeras, com forte presença indígena:

Por outro lado, saía convicto de que o leste guaporeano era, para sempre, lusitano: todas as tentativas que os jesuítas fizeram para manter aldeias na margem oriental foram rechaçadas por ele, seus aventureiros e seus sertanistas. Os espanhóis haviam enfrentado o exército de Rolim de Moura com tropas fardadas e organizadas. Apesar de contarem com índios, que evidentemente conheciam muito bem a região, suas as manobras eram planejadas e disciplinadas. A guarda de Rolim de Moura andava descalça sequer tinha farda, sem disciplina que os mantivesse unidos, sem armas adequadas, venceram o exército espanhol. O tempo, os mosquitos e os guerrilheiro de Rolim garantiram, enfim, a posse lusitana.

Dezenas de anos mais tarde tem-se o início do primeiro ciclo da borracha, que ocorre juntamente com a necessidade da construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, em razão de um acordo internacional com a Bolívia, pois a mesma tinha perdido seu litoral, após uma guerra contra o Chile. Questões territoriais com a Bolívia faz com que o Brasil construa uma Ferrovia para que os produtos bolivianos pudessem escoar até o porto de Belém, Pará (PA). A construção desta ferrovia envolve a mobilização de trabalhadores de muitas partes do mundo, e, sem nenhum

conhecimento da questão indígena e os conflitos ocorrem com maiores intensidade. Índios atacam a ferrovia e começa a ocorrer “vingança” por parte dos construtores da Estrada de Ferro. Longe do leito da via férrea, nos rios, os seringalistas tomam terras indígenas sem maiores problemas e partes dos indígenas entram no jogo, de forma forçada se tornam seringueiros em suas próprias terras. Esses são os anos que antecedem a segunda guerra mundial. Grupos de índios sem contato ficam mais ao centro do Estado ou em áreas de difícil acesso.

O segundo ciclo da borracha ocorreu em razão da Segunda Guerra Mundial, existindo considerável produção literária sobre e a historiografia brasileira trata esse tema com importância, sobre tudo quando se fala nos valorosos soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB), porém existe pouca produção literária sobre os Soldados da Borracha, tema tão importante para nós brasileiros, bem como para outras nações. Trata-se do esforço de guerra denominado ‘batalha da borracha’, executado pelos seringueiros, homens recrutados para produzir goma elástica nos seringais da Amazônia, com o objetivo de suprir a indústria bélica do exército aliado (BRUNO, 1966, p. 147).

O panorama descortinado na Europa durante os anos de 1939 a 1945, era o cenário de guerra, consequência de instabilidades decorrentes de problemas não resolvidos da Primeira Guerra mundial. Durante o período entre as guerras, os Estados Unidos emergiu-se, bem como se consolidou em grande potência mundial, reivindicando a posição de líder entre as nações, tirando o brio da Europa, que se recuperava a preços altíssimos da devastação ocasionada pelos dois grandes combates, algumas dessas nações utilizavam os diversos produtos advindo de suas colônias ultramarinas, como fonte de divisas, como se esses produtos fossem seus.

Desde a época da Primeira Guerra Mundial, as nações perceberam que uma eventual falta de borracha no mercado mundial poderia significar o colapso de uma nação, no caso de uma guerra mais prolongada. Deu-se início a uma corrida científica para se encontrar um produto alternativo à borracha vegetal. Porém essas experiências estavam restritas à Alemanha e a União Soviética na esfera de laboratórios, sem escala comercial. Nesse sentido, Pinto (1984, p. 54-55) destaca:

Em suma, ao romper a Primeira Guerra Mundial, os laboratórios da indústria química europeia possuíam conhecimentos suficientes para produzir um substituto tolerável para a borracha vegetal. Em termos econômicos, e mesmo técnicos, a substituição da borracha vegetal pela sintética ainda não era justificável. Seu custo de produção considerável mais alto do que do

produto vegetal, ao mesmo tempo em que suas principais características (elasticidade, resiliência, resistência à tração, abrasão [...]) estavam longe de igualar as da borracha vegetal.

Porém, com o decorrer dos anos, as condições para a produção de borracha sintética foram se tornando favoráveis, tanto nos aspectos técnicos, como nos econômicos, em oposição ao longo tempo e dificuldade na exploração comercial da borracha vegetal. O governo americano empreendeu um grandioso plano interno de fabricação de borracha sintética, bem como um plano externo para a produção de borracha vegetal na América do Sul, Índia, Ceilão e Libéria (PINTO, 1984, p. 94). Mesmo com a fabricação de borracha artificial, sintética, na composição da mesma era necessário mesclar com o produto vegetal, para que tivesse maior resistência, conseqüentemente um melhor aproveitamento (DEAN, 1989, p. 138).

O Brasil, ainda extremamente agrícola, com recursos naturais poucos explorados, com um litoral norte de grande potencial estratégico, causava interesse aos olhos dos Estados Unidos da América (EUA). Tal interesse cresceu e se tornou necessidade, em razão da falta de borracha para a indústria bélica, pois os seringais asiáticos foram ocupados pelo exército imperial japonês, na época aliado dos alemães, fazendo parte do Eixo, desta forma escasseando a matéria prima para diversos produtos finais que utilizava a borracha, indispensável para a guerra. A situação só não ficou gravíssima, em razão da produção brasileira, porém aquém das necessidades da indústria bélica de então. Os Acordos de Washington, assinados com o Brasil, dentre outros assuntos, versavam sobre a necessidade do aumento da produção de borracha, para aproximadamente 50 mil toneladas anuais, nos seringais da Amazônia brasileira e logo se iniciou um esforço de guerra para que metas fossem alcançadas, porém sem sucesso. Inclusive em um desses acordos, aceito pelo Brasil, autorizava a construção de bases militares dos EUA no nordeste brasileiro (DEAN, 1989, p. 133).

Para superar esse déficit de goma, o governo brasileiro, atendendo os acordos com os americanos, deu início ao Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), incentivando o deslocamento de milhares de nordestinos, para a Amazônia, sendo a maioria deles cearenses, com o objetivo de extrair o látex da *Hévea brasiliensis*, ou seja, cortar a seringueira e produzir borracha.



A Amazônia nos dias da Batalha de Borracha significava, e ainda significa, nos dias de hoje, uma fronteira a ser alcançada e explorada. André Ramos (2000) menciona que a fronteira é mais que uma localização geográfica distante ou terra de ninguém. É a imagem que se tem do novo ambiente a ser conquistado, a partir de um pensamento etnocentrista que induz aqueles que avançam para a nova fronteira, como se fosse os cruzados levando a civilização aos hereges. Essa atitude está associada a interesses escusos, de apropriação dos recursos existentes e deixa claro, a partir dos autores Roberto Cardoso de Oliveira e Darcy Ribeiro, que as 'Frentes de Expansão' trouxeram em seus ideais, ações de esbulho dos recursos existentes, pois acreditavam que os bens da fronteira são ilimitados e de ninguém, passando por cima de populações locais. Os componentes e idealizadores das *Frentes de Expansão*, acreditam que estão fazendo um bem a nação, pois a integração se faz necessário para que ocorra o desenvolvimento do país. Portanto a fronteira é um eldorado, um celeiro onde tudo se pode tirar, pois sendo um bem ilimitado, pensam que não haverá perda para a região (RAMOS, 2000, p. 42-45).

Os soldados da borracha foram joguetes nas mãos do governo, eles eram peças de um jogo e não tinham como perceber as regras (se é que tinham) que estavam sendo utilizadas. A guerra e os Acordos de Washington formavam um pano de fundo para a transferência em massa de pessoas de um lugar para outro.

Embora existam muitas fontes históricas, documentais, sobre a Batalha da Borracha, isso não é o mais importante para se provar algo. O Brasil tem poucos documentos que provam o transporte negreiro, porém a falta destes documentos não desacredita a realidade da composição negra na população brasileira, estampada na cor, na culinária, em palavras que compõe o idioma português falado no Brasil, nos modos e trejeitos, na música. Nem sempre os derrotados são verdadeiramente perdedores. Não desmerecendo a luta dos Pracinhas brasileiros na Itália, mas os Soldados da Borracha tiveram um valor imenso para a história brasileira, pois sua permanência no Front amazônico até a morte ou para aqueles ainda vivos contribuiu para a formação do povo brasileiro naquelas localidades.

O resultado final desta página da história brasileira não foi positivo, pois daqueles que foram para os seringais amazônicos, cerca de 60 mil homens, morreram mais de 20 mil soldados da borracha logo nos primeiros dois anos após chegarem aos seringais. Já os 20 mil expedicionários que foram lutar na Itália, 454 morreram naquele país. Observa-se uma imensa diferença em número de óbitos.

Nos campos de combate da Itália ao final da guerra os números eram de um homem morto para cada quarenta soldados vivos. Já na Amazônia era um soldado da borracha morto para três vivos, algo inconcebível. Por que a mídia menciona os soldados da Força Expedicionária Brasileira e se esquece dos soldados da borracha? Será que o ditado popular que diz: “[...] *quando o boato é melhor que o fato, se publica o boato*” se aplica a este caso? Será que luta na Itália foi mais heroica que aquela travada nos longínquos seringais? Por que o governo brasileiro não conduziu os soldados da borracha de volta aos lares, ao findar o conflito, como fez com os ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira? Por que os soldados da borracha não são reconhecidos como heróis?

O alistamento para ser soldado da borracha ocorreu da seguinte maneira. De 1943 a 1945 o governo brasileiro, através do Ministério da Guerra, recrutou homens para prestarem o serviço militar na Amazônia, atendendo o chamado para o *esforço de guerra*. Na época da criação do SEMTA, foi escolhida a capital do Ceará (CE), Fortaleza, aproveitando o momento que era “propício”, em decorrência de uma longa seca que assolava o nordeste. Atendendo o esforço de guerra, de lá saiu o maior contingente de pessoas para trabalhar nos seringais amazônicos. Foi escolhido um artista suíço, Chabloz, encarregado de compor os cartazes com propaganda e informações enganosas, fantasiosas, duvidosas, preconceituosas e até mesmo racistas que incentivavam o recrutamento e padronizavam o aspecto físico ideal para o cidadão se tornar um soldado da borracha. Um candidato com aspecto físico diferenciado do ideal era considerado não apto para o trabalho no seringal, logo, seria então recusado. Aquele que tivesse os “joelhos arcados” e com “inferioridade psíquica”, era rotulado de “débil mental,” consequentemente cerceado do direito a alistar-se. No interior ocorriam intimidações para o alistamento, sobre tudo se o homem estivesse em idade para o serviço militar, pois era comum naquela época, não somente no Nordeste, o recrutamento forçado dos jovens.

Havia uma miscelânea de siglas para os setores, departamentos, serviços, superintendências, que atuavam na questão da borracha, porém incidiam em transporte de pessoas para a Amazônia, não havendo uma fronteira definida para a suas atuações. Outro aspecto relevante, é que possivelmente o litoral norte e nordeste estivessem sendo patrulhados por submarinos alemães, logo a viagem por terra e rios transportando os soldados da borracha durava de dois a três meses. Mesmo com o bloqueio marítimo, ocorriam viagens por mar, embora em menor

quantidade. Antes de iniciar a viagem, em Fortaleza, os recrutados iam para alojamentos e muitas vezes havia o contágio de doenças, causando não poucas mortes. Em um alojamento com 1.500 pessoas, em Fortaleza, em 1944, morreram 35 pessoas, e eram comuns as mortes ao longo da viagem. Hospedarias em lugares estratégicos, como exemplo em Belém (PA), mais se assemelhavam a campos de prisioneiros em condições sub-humanas (PINTO, 1984, p. 99).

No alistamento, eles recebiam um kit com dez itens: uma calça azul, uma blusa branco, um chapéu de palha de abas largas, um par de botas, um talher, uma caneca, uma rede de dormir, um saco de estopa para colocar seus objetos, um prato, uma carteira de cigarros. O presidente Getúlio Vargas apelou para o patriotismo, elevando os novos seringueiros a categoria de soldados, conforme Decreto-Lei nº. 5.225, de 1º de fevereiro de 1943, ou seja, seriam militares, de certa forma combatendo os inimigos, embora num *front* distante dos japoneses e alemães, porém seriam soldados defendendo o Brasil do inimigo (COSTA, 2007, p. 24). Esses soldados seringueiros, ao chegarem aos seringais amazônicos, se defrontavam com uma realidade adversa, desconheciam seu campo de batalha. Estavam totalmente inexperientes nesta nova lida, neófitos nesta atividade, em um clima para eles inóspito, nunca tinham visto uma seringueira, não sabiam “sangrar” a árvore, tão pouco construir um defumador e, conseqüentemente defumar o látex para fazer a “péla”, que é a última etapa executada com a borracha, pelo seringueiro, antes de entregá-la ao capataz ou ao gerente do “barracão” do seringalista. Tudo isso era uma grande incógnita para esses soldados. Triste relatar que nos dois primeiros anos como seringueiros, morreram mais de 25 mil deles, em razão de malária e outras doenças tropicais. O governo brasileiro abandonou-os nas mãos dos famigerados seringalistas, com seus temíveis gerentes de barracão<sup>30</sup>. Um ano após o final da guerra foi criada a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Borracha, para apurar a situação desses soldados, pois se tornou público o grande número de óbitos ocorridos, porém não foi responsabilizada qualquer pessoa ou instituição.

---

<sup>30</sup> Geralmente, nos seringais tinham gerentes intolerantes, para não dizer sanguinários. Havia o barracão, tipo de armazém, onde imperava o sistema de aviamento, que consistia em fornecer à família do seringueiro o material mínimo de sobrevivência a preços exorbitantes e comprava a borracha produzida a preços baixos. Ao final do período do corte da borracha, início da estação chuvosa, ao fazerem as contas, o seringueiro sempre ficava devendo ao patrão, nesse caso a dívida era jogada para o próximo período do corte da seringueira e ele proibido de se mudar do seringal sem quitar a dívida. Para que o seringueiro ficasse cativo ao seringal, o seringalista chegava ao cúmulo de proibir que alguém plantasse até pequenas hortas nos arredores da casa onde vivia, para que continuasse comprando no barracão e ficasse mais ainda endividado.

As propagandas feitas pelo governo, como forma de atraí-los para o recrutamento, dava a entender que seriam heróis para a nação, peças-chaves para a vitória dos aliados nos campos de guerra na Europa, e que depois de terminado o conflito mundial, o governo federal os reconduziria novamente aos seus estados de origem e seriam aclamados pela população local e seus familiares como heróis de guerra, igualmente aos pracinhas que estavam lutando nos campos de batalha da Itália. Ledo engano. O governo não procedeu como eles poderiam imaginar diferentemente como o governo fez com os soldados que foram para a Europa. Então, assim que os seringais asiáticos foram reconquistados dos japoneses e retornaram para as mãos dos antigos senhores, nações europeias com possessões na Ásia, de imediato os EUA cancelam os acordos sobre a produção de borracha, celebrados com o governo brasileiro.

A rotina do seringueiro. Dependendo da formação da floresta, pode ser encontrado um grande número de seringueiras, *Hévea brasiliensis*, árvore que produz o latex, matéria-prima para a produção da borracha. Então, o seringalista demarca a terra, intitulando como “seu seringal”, dando um nome para aquela região, que agora diz ele ser sua, desta forma apropriando-se das terras da União. O seringal é composto por várias “colocações”, em cada uma delas fica um seringueiro, com ou sem sua família, que faz a sangria de várias seringueiras. Já que o seringal possui várias “colocações”, o seringalista manda construir um “barracão”, que passa a ser a sede do seringal, que é o entreposto para a entrega da borracha e o fornecimento de mercadorias para o seringueiro, através do sistema de aviamento, para isso o seringalista coloca um capataz ou gerente para administrar seu seringal. Na maioria das vezes este gerente atua com virulenta rigidez, portando arma na cintura, oprimindo, intimidando de várias formas o seringueiro e sua família.

Cada “colocação” possui várias estradas (na realidade picadas) que ligam as árvores, caminhos irregulares que unem as seringueiras que são “riscadas” pelos seringueiros para a sangria do látex. Já que na Amazônia as seringueiras são nativas, ou seja, não estão em linha reta, estas “estradas” são caminhos sinuosos na floresta, que somente o seringueiro já familiarizado com a “estrada” pode percorrê-la com segurança. Pela madrugada, ainda escuro, ele sai e inicia o “corte” das seringueiras, que é o ato de riscar o tronco das mesmas para escorrer o leite (durante a madrugada), que é aparado por uma tigelinha, fixada no troco da árvore.

O trabalho não pode ser realizado durante o dia, pois o calor coagula o leite, ainda no tronco, antes dele chegar à tigelinha. Dentre vários objetos que ele leva, está uma lamparina, adaptada em uma armação, fixada em sua cabeça, que lhe ilumina o caminho e o tronco a ser riscado. Essa lamparina é conhecida por “poronga” que é um dos símbolos dos seringueiros. São algumas horas de trabalho e caminhada noturna de vários quilômetros nas estradas (picadas) da densa floresta. Enfim, ele retorna para a colocação, que é sua casa, para fazer outras atividades. Agora durante o dia, mais uma vez ele retorna às seringueiras, portando um balde próprio, para recolher o leite que ficou escorrendo e depositado na tigelinha por ele deixada para aparar o leite. Então, leva o leite para a colocação e através da defumação ele faz a coagulação do látex em pélas arredondadas, cada uma delas do tamanho aproximado de um botijão de gás. Esta última etapa, que é a defumação é bastante prejudicial aos olhos do seringueiro, pois no processo envolve muita fumaça próxima de seu rosto. Ele geralmente tem problemas óticos e pulmonares.

No intervalo entre o corte e o recolhimento do leite, ele pode realizar alguma tarefa, porém dificilmente o gerente do barracão deixa o seringueiro fazer uma roça, pois seu intento é fazer com que o seringueiro e sua família faça o máximo possível de compras no barracão, para que este, através do opressivo sistema de aviamento, fique endividado com o patrão, logo, preso ao seringalista. No máximo, o que pode acontecer é o gerente deixar o seringueiro abater uma caça, pois certamente vai ganhar um pedaço do animal (com munição comprada a peso de ouro no barracão), ou sua esposa fazer um pequeno plantio próximo à colocação, algo bem reduzido para o padrão familiar. Portanto os seringueiros e suas famílias ficam isolados na floresta, sem escola, atendimento mínimo de saúde, privado de um maior contato social.

O sistema de aviamento instituído pelo seringalista, através do “barracão”, sede do seringal, que faz todo o possível para prender o seringueiro ao seu sistema, assim é descrito por Berta Ribeiro (1990, p. 147-149):

No seringal não circula moeda. As transações fazem-se por permuta. Débitos, créditos e saldos (quando há) são anotados pelo guarda-livros ou o gerente, preposto do seringalista. O barracão, posto de compra e venda e residência do dono ou gerente do seringal, é o local para onde convergem os seringueiros, seja para depositar as bolas de borracha colhidas, seja para abastecer-se de gêneros alimentícios, medicamentos, fósforos, tabaco, munição, aguardente e outras mercadorias. [...] A rotina de até 14 horas de trabalho do seringueiro se prolonga durante toda a safra de coleta do látex.

Coincide com a estação seca, quando ele poderia preparar uma roça para sua subsistência. Impossibilitado de fazê-lo, o apanhador de seringa fica preso ao gerente do patrão, que lhe fornece o necessário à sobrevivência, a preços altamente majorados (RIBEIRO, 1990: 147-149).

A questão social torna-se agravada quando a liberdade do seringueiro é tolhida, sob o pretexto de que ele tem dívidas com o “barracão”. A mesma autora da citação anterior relata que:

Nos meses de entressafra, quando as chuvas torrenciais impedem qualquer atividade na mata, o seringueiro tem de fazer novo débito para saldar na safra seguinte. Agrava essa situação um acordo tácito que vigora desde sempre entre os donos dos seringais de não aceitarem trabalhadores com dívidas não sanadas. [...] Quem quer que tenha viajado pelos seringais da Amazônia conhece estes trabalhadores que aguardam anos a fio o *papelucho libertador*, em que o patrão se dá por saldado de todos os seus fornecimentos (RIBEIRO, 1990, p. 149).

Atualmente em Porto Velho, capital de RO, existe um bairro denominado Arigolândia, nome dado em razão do contingente de recrutados nordestinos que chegavam até aquela cidade e ficavam naquele local, alojados em barracões, aguardando o definitivo transporte para os seringais. As pessoas os denominavam de *arigós*, nome que significa algo em torno de matuto, trabalhador comum sem qualificação, cearense, peão, simplório, e mais pejorativamente a conotação de lerdo de pensamento, bobo e desconhecedor da realidade. Portanto, não era isso que aqueles recrutados aguardavam, e possivelmente eles já começavam a descortinar um futuro inglório, que se tornou realidade logo no decorrer dos primeiros anos. Tornar-se-iam de soldados à *arigós*.

Com o advento da Constituição Federal (CF) de 1988, os seringueiros a duras penas conseguiram uma pequena pensão da União (Lei nº. 7.986, de 28 de dezembro de 1989). Se compararmos os soldos percebidos pelos pracinhas que combateram na Itália com a pensão dos soldados da borracha, a diferença entre os valores é gritante. A injustiça cometida aos seringueiros é notória, levando-se em conta o lapso de tempo decorrido, pois desde o final da guerra até a CF de 1988, eles ficaram sem receber. Milhares deles, suas esposas e filhos, viveram e morreram sem desfrutar pensão do Estado Brasileiro. Muitos acabaram totalmente escravizados, outros morreram de malária, febre amarela, hepatite, assassinados. Somente seis mil deles retornaram aos seus estados de origem.

A equiparação dos vencimentos entre os ex-combatentes da FEB e os soldados da borracha, no momento seria o mínimo que o governo brasileiro poderia fazer pelos 8 mil soldados da borracha que ainda estão vivos.

### 7.2.1 A Terra Indígena Rio Guaporé

Causou forte impacto ao autor desta dissertação quando chegou ao Posto Indígena (PIN) Rio Guaporé, no início de 1980 e lá permanecendo por vários anos, ao tomar conhecimento da história da região, contada pelos habitantes locais, indígenas e não indígenas. Naquela região, já nos tempos coloniais, ocorriam embates entre portugueses e espanhóis. A questão indígena está em evidência desde os tempos anteriores ao ciclo da borracha, com seu temível sistema de barracão, passando pelo período da ascensão e queda da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, também conhecida como a Ferrovia do Diabo.

O PIN Rio Guaporé é multiétnico, pois nele se é encontrado quase uma dezena de etnias, tais como: Macurap, Jaboti (Djeoromiti), Kanoe, Ajurú (Wayoró), Tuparí, Aruá, Aricapú, Massacá e Cujubim. Havia um homem da etnia Meken, senhor Otaviano, exímio carpinteiro, falecido na década de 1990; seu irmão Agostinho Buangá reside em Guajará Mirim. Algumas dessas etnias são pouco numerosas, sendo que as primeiras mencionadas são aquelas com maiores números de pessoas. Habitam além da aldeia sede, as aldeias Baia das Onças, Baia da Coca e Baia Rica. Em razão desta população multiétnica, o português é a língua mais falada, porém ainda são utilizados, sobretudo pelos mais idosos, alguns idiomas indígenas. Muitos jovens falam o idioma de sua etnia, porém, com restrições e geralmente em casa.



Figura 18 – Entardecer no Posto Indígena Rio Guaporé. O sol se põe do outro lado do rio, em território boliviano.

Fonte: Do autor (1980).

A razão de tantas etnias em uma só TI deve-se ao fato de que viviam anteriormente em outras regiões de RO, em regime de semiescravidão em seringais, ao longo de alguns rios, que é hoje a TI Rio Branco. Na década de 1970, uma parte deles foram resgatados e levados para o PIN Rio Guaporé. Lá se encontravam os Kanoe desde longa data. Aquele PIN, na época do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), servia como fonte de abastecimento de carne para as embarcações que por ali navegava, pois havia um considerável rebanho de gado. Também fornecia madeira para fabricação de dormentes para a Estrada de Ferro Madeira Mamoré, pois possuía e ainda possui uma quantidade considerável de itaúba preta e amarela, madeira que tem por característica sua durabilidade. Nesse contexto os indígenas de várias etnias foram levados para a TI Rio Guaporé e por lá permanecem até a presente data. Nem todos os indígenas Macurap, Jabotí, Ajurú, dentre outros foram levados para o PIN Rio Guaporé, sendo que muitos deles continuaram habitando na TI Rio Branco, razão pela qual se escuta muitas frases dos mais velhos dizendo que



tais primos, tais cunhados ou outros familiares se encontram no Rio Branco<sup>31</sup>. Este autor presenciou uma cena marcante em 1980, quando um barco vindo do Rio Branco, com inúmeros indígenas a bordo, atracou no porto do PIN Rio Guaporé e os indígenas correram para reencontrar muitos de seus parentes próximos que não se viam há anos. Alfredo e Marripe, indígenas já idosos naquela época, presente no citado reencontro, fizeram sólida amizade com o autor, embora havendo considerável diferença de idades. Uma ou duas vezes por ano, quando a embarcação do Posto Indígena Rio Branco passava no Posto Rio Guaporé, permanecia atracada por alguns dias para que os amigos tivessem alguns dias de convivência. Atualmente o formato seringal, caracterizado pelo sistema de aviamento foi extinto em ambas as Terras Indígenas (TIs), que estão demarcadas e registradas e todos ocupantes não indígenas foram retiradas.

O regime de semiescravidão imposto no passado pelos seringalistas e seus gerentes aos seringueiros indígenas, que hoje compõe parte da população do PIN Rio Guaporé, vem a confirmar o que Lino João de Oliveira Neves (1999, p. 102-103) menciona em seu artigo, ao dizer que:

O universo extrativista instituído na Amazônia é um universo eminentemente dicotômico, configurando dois mundos a parte. Seringalista e seringueiros – apesar da proximidade física – ocupam extremos opostos infinitamente distanciados por direitos e obrigações, sendo um a imagem espetacular do outro, refletida no espelho da desigualdade humana. O seringalista-patrão, plenipotenciário, soberano de suas terras e de seus homens; o seringalista-freguês, submisso e dependente; o seringalista-patrão, o que tudo pode e tudo decide, o seringueiro – freguês, o que tudo deve e que deve obedecer.

Na Amazônia, com referência ao transporte fluvial, as distâncias não se medem em quilômetros e sim em dias e horas de viagem. Isso não é diferente para a TI Rio Guaporé, vide próximo mapa, que localizada à margem direita desse rio, com aproximadamente 600 habitantes, possui uma superfície de 115.788,0842 ha (cento e quinze mil, setecentos e oitenta e oito hectares, oito ares e quarenta e dois centiares) e perímetro de 222.976,174 metros (duzentos e vinte e dois mil, novecentos e setenta e seis metros e cento e setenta e quatro milímetros), está situada na fronteira com a Bolívia, no município de Guajará-Mirim (RO). Na

---

<sup>31</sup> Este rio é homônimo ao que existe na capital do Acre, porém seu curso fica no sul de Rondônia e deságua no Rio Guaporé, não tendo qualquer relação com o Estado acreano.

Amazônia, com referência ao transporte fluvial, as distâncias não se medem em quilômetros e sim em dias e horas de viagem.



Mapa 3 – Terra Indígena Rio Guaporé, está situada no Estado de Rondônia (RO), na fronteira com a Bolívia.

Fonte: Diretoria de Proteção Territorial – DPT. Fundação Nacional do Índio – FUNAI. 2013.

Para se chegar a TI Rio Guaporé iniciando a viagem a partir de Guajará Mirim (RO), viajando em embarcação tipo chata ou motor de centro, a viagem pode levar até dois dias. Se o percurso for realizado em lancha, tipo voadeira, saindo Da referida localidade pela manhã, a viagem é bem mais rápida e chega-se ao destino ainda no mesmo dia, ao final da tarde.

### 7.2.2 O turismo incipiente

Por ser uma rota fluvial internacional, a TI Rio Guaporé está sempre recebendo barcos, tanto de brasileiros como de bolivianos que lá aportam para os mais diversos fins. Em época de festas, algumas vezes por ano, no dia do índio, em 19 de abril, no dia 7 de setembro e também em feriado prolongado. No dia do índio se mata um boi, tem partida de futebol com times visitantes, bolivianos ou brasileiros, e na festa se toma muita chicha. Nos dias 6 de agosto, comemoração da independência da Bolívia, os índios se deslocam até o povoado boliviano próximo e participam das festividades, incluindo uma partida de futebol. Também existe uma interação festiva com o povoado brasileiro mais próximo, denominado Surpresa, a cinco horas de viagem em barco Motor de Centro, bem como com a aldeia indígena Sagarana, vizinha a Surpresa.

As visitas à TI também se dão para compras, pois barcos param e os indígenas vendem galinhas, bananas, ovos, milho mole para fazer chicha e outros produtos menores para alimentar os passageiros que vão continuara a viagem. Paralelamente se vê pessoas adquirindo artesanatos indígenas e a procura recai em uma bolsa denominada marico.

Observa-se a hospitalidade presente no turismo e Santo Canoê menciona que no Ricardo Franco<sup>32</sup>, quando aparecem os visitantes são bem tratados. Na entrevista disse que:

As pessoas que nos visita, gostam de saber da nossa cultura, compram nossos artesanatos e saem contentes dizendo que vão voltar. Compram marico<sup>33</sup> e até bebem chicha,<sup>34</sup> Será que comeriam carne muquiada?

---

<sup>32</sup> Ricardo Franco é o antigo nome da TI Rio Guaporé, ainda utilizado pelos indígenas e moradores de Guajará Mirim (RO). O nome foi dado pelo SPI, em homenagem a um homem que lutou contra os espanhóis, mantendo para o Brasil colônia a fronteira direita do rio Guaporé. Essa denominação dada no tempo do SPI foi modificada, após a criação da FUNAI.

<sup>33</sup> Marico é um artesanato feito pelas mulheres, tipo bolsa a tiracolo, tecido em fibras de tucum, muito desejado pelos visitantes, pois é utilizado para carregar objetos, substituindo a bolsa feminina de uso diário.

<sup>34</sup> Bebida tradicional dos indígenas da região fronteira de RO com a Bolívia. Bebida fermentada, geralmente feita de milho ou mandioca. Em outras regiões do Brasil, existem bebidas indígenas, também fermentadas, feitas de outras maneiras, com nomes diferentes.

Comeriam gongos<sup>35</sup>? Será que eles poderiam gostar de peixe na folha de bananeira? Temos danças para eles verem. Muitas coisas estão morrendo. Certas músicas, algumas peças de artesanatos que agente fazia, hoje só pouquinhos pessoas fazem. Se agente cantasse mais para os turistas, a criançada iria aprender, além de ganhar dinheiro, serviria até para comprar pasta de dente. Agente não pode ficar somente na dependência do governo. Por que os produtos da cidade são mais caro que os nossos? (SANTOS, 2012).

Observa-se na fala de Santos que além da parte econômica, existe uma variedade de informações socioculturais. Vê-se ao final que ele está preocupado com ideias preconcebidas vindas de pessoas da outra sociedade, que desejam que os índios na atualidade estejam como *nos tempos da maloca*. Ele parte para uma pergunta, que na realidade é uma afirmação, ao dizer que o branco também não pode evoluir e deve se manter como no tempo de Cabral. Esta afirmativa vem, de forma cristalina, confirmar o que Neves (1999, p. 108) escreve:

Os índios de hoje são diferentes do que eram quando “descobertos”, e de como eram há 300 ou 200 anos. Mais certo ainda é são hoje diferentes do que serão em outros momentos do tempo futuro. Pretender que as sociedades indígenas sejam iguais ao que foram em algum momento pretérito, e que venham a ser eternamente iguais ao que sempre teriam sido, faz parte do delírio etnocêntrico ocidental, que batizando os povos não europeus de “primitivos” subtrai-lhes sua historicidade [...].

Quanto a harmonia entre visitantes e visitados, presente na fala do entrevistado Santo Canoe, deve-se haver respeito mútuo e tratamento igualitário o que é enfatizado por. Neste sentido, Krippendorf (2000, p. 156-157) destaca:

Ora, um desenvolvimento harmonioso do turismo supõe uma ótica nova, diferente: é preciso revalorizar as profissões de vocação turística e reforçar a participação da população local em todos os níveis. [...] Assim, eles poderiam levar a sério a ideia da associação igualitária.

A vontade de entrar na atividade turística, por parte da comunidade da TI Rio Guaporé, fez com que oferecessem passeios no barco da comunidade, de nome Primavera. O tour consistia de visitação a lugares de beleza natural, pois aquela região de Rondônia tem algumas similaridades, embora bem menor, se comparada

---

<sup>35</sup> Larvas, geralmente tiradas de palmeiras (babaçu e outras), as maiores retiradas do tronco e as menores de dentro do coquinho. São também conhecidas como larvas brancas ou larvas gordas. Consumidas *in natura* ou fritas. Não precisa de gordura ou óleo, pois as mesmas são gordurosas e elas produzem o líquido para untar a frigideira.

com o Pantanal Mato grossense. Em outro momento se realizou a pesca esportiva. Ambas as experiências foram efêmeras, o que, diga-se de passagem, foi bom, pois insinuava um turismo agressivo, sem nenhuma preocupação com a cultura indígena. Mas, por outro lado, tal aspecto mostra-se como um expoente da necessidade que a comunidade tem de orientação técnica e quiçá jurídica do poder público. O fechar os olhos para esses anseios será exposto nas considerações da presente Dissertação.

## 8 O BINÔMIO TURISMO E SUSTENTABILIDADE

Uma comunidade sustentável é capaz de satisfazer as próprias necessidades sem reduzir as oportunidades das gerações futuras.

**Lester Brown**

São várias as definições de sustentabilidade. A Comissão Mundial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – UNCED, em 1987, menciona que:

[...] desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem a suas necessidades e aspirações (Relatório Brundland).

Leonardo Boff (2004, p. 38) tem a visão de que “o universo é constituído de uma imensa teia de relações”, vem ao encontro com a teoria de sistema complexo de Morin (2010, p. 89), quando este último deixa em evidência que a ciência não deve ser segmentada e que deveria em sua existência ser vista como uma teia, se interligando em todos os sentidos. Essa interligação tipo teias ou pontes, muito usada na bioética, vem colocar em evidência o valor do coletivo sobre o individual, embora não se deva confundir o interesse da coletividade, com o que prega a corrente filosófica utilitarista.

Portanto na visão de Boff, a sustentabilidade deve ter um sigma de união entre todas as ciências, para atender um conjunto e não a um interesse individual e muitas vezes egoísta. Nisso se observa que as frentes de pecuária extensiva e atividades agrícolas, em sua modalidade monocultura, hoje presente no sul da região amazônica, estão impregnadas de interesses individuais, onde os pseudos desenvolvimentistas da nação só pensam no próprio bem estar. Esse avanço desenvolvimentista é caracterizado pelo modo violento junto ao ambiente local e, conseqüentemente, junto às comunidades residentes, que, muitas vezes não estão conscientizadas do perigo que correm. Na maioria das vezes essas comunidades veem as frentes pioneiras como se fosse algo saudável para seu povo, quiçá a solução de seus problemas.

Porém com o passar do tempo o que aparentemente era bom, agora mostra sua face, que é a rejeição dos costumes da comunidade local e de degradação do ambiente. É nesse momento que pessoas locais começam a questionar os impactos que receberam e iniciam a busca de possíveis soluções. Se a comunidade percebe que possui atributos que podem ser atrativos turísticos, então se inicia a corrida em busca dos turistas, fazendo com que as comunidades tradicionais tenham interesse nessa atividade, pois imaginam que podem sair de uma situação adversa para uma realidade melhor. Ao perceber tal possibilidade a comunidade passa a depositar esperança, muitas vezes de forma desmedida, na solução dos seus problemas não percebendo as possíveis adversidades advindas a partir das atividades turísticas excludentes, mesmo que realizadas em suas terras. Caso essas atividades não sejam bem estruturadas, embasadas e planejadas através de um diálogo envolvendo todos os componentes, então ocorrerá assimetria no tratamento das partes envolvidas, fazendo com que a comunidade, mais uma vez, não exerça seu papel de destaque, desta forma, restando-a somente o papel de ator coadjuvante.

Esta assimetria só tende a agravar e perpetuar o estranhamento, bem como o choque cultural, pois não existe o consentimento, que é uma ferramenta para o diálogo (HELD *et al.*, 2011, p. 930). Esta ainda se consegue captar nas palavras do senhor Augusto Kaingang, líder indígena da Terra Indígena (TI) Iraí, Rio Grande do Sul (RS), possuidor de vastíssimo conhecimento, que em sua simplicidade costumeira ministra palestras para visitantes tanto no interior de sua Terra Indígena, como em várias regiões do Brasil. Em entrevista ao autor, Augusto mencionou:

Sabe, agente queria viver melhor com o pessoal da cidade, mas muitos deles não querem. (silêncio) Por que? Sempre digo em minhas palestras que podemos viver em paz, cada um na sua realidade, nós na nossa cultura como índios e eles na cultura deles como brancos. Isso não é separação, é um ajudando o outro, pois os dois lados tem muito que aprender um com outro, embora nesses mais de quinhentos anos, nós indígenas levamos a pior. (Silêncio). Neste mundo tudo cresce, nada é parado (AUGUSTO, 2013).



Figura 19 – Senhor Augusto Kaingang, líder indígena contador de história de seu povo.

Fonte: Do autor (2013).

## 8.1 O TURISMO SUSTENTÁVEL JUNTO AOS POVOS INDÍGENAS

Moesch (2002, p. 11), se referindo ao conceito de turismo dado pela Organização Mundial de Turismo, menciona:

É uma conceituação simplificada, enfatizando o volume aparente de um fenômeno de dimensões qualitativas e complexas. Embora alguns círculos, principalmente leigos, vejam o turismo apenas como “a indústria de viagens e prazer”, trata-se de um fenômeno que avança para além das questões comerciais e econômicas.

Moesch (2002, p. 9) conceitua o turismo de forma abrangente, amalgamando-o aos diversos saberes, com ênfase nas ciências humanas:

O turismo é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais.



Essa base sociocultural, vista na citação, faz com que o turismo vá ao encontro da sustentabilidade. Com propriedade a definição de turismo sustentável, dada por Pires (2002, p. 137), se enquadra no universo indígena, pois ele menciona que:

Propõe um modelo de turismo planejado no sentido de assegurar sua longevidade, integrando, pra tanto as comunidades locais e buscando a gestão sustentada dos recursos naturais e culturais, para que estes estejam disponíveis a futuras gerações.

A citação, ao colocar as comunidades locais em evidência no contexto do turismo sustentável, está confirmando, ainda que indiretamente que cada sociedade indígena tem o seu modo de vida peculiar. Formas distintas de relacionamento entre si e com a sociedade envolvente. Portanto, em se tratando de turismo em TI, é necessário que se tenha um comportamento apropriado e condizente com os anseios da comunidade, como visto em todo capítulo 4 “Percepções Indigenistas.” É necessário que qualquer atividade dentro das TIs deva ser pautada pelas orientações repassadas, para que haja sintonia entre as partes e não ocorra o estranhamento moral.

Infelizmente, o contrário acontece e não é preciso conhecimento específico para se perceber que a questão dos projetos de sustentabilidades em TIs ao longo dos anos foram implantados sem a participação das comunidades locais, de forma vertical, em que elas eram simples espectadoras, conseqüentemente sem apropriação comunitária. Atitudes unilaterais, geralmente partindo do campo governamental, impregnadas de etnocentrismo são responsáveis por insucessos de muitos projetos de sustentabilidade em comunidades tradicionais. Se os atores, voluntários ou não que trabalham com a causa indígena romperem com suas visões restritas e unilaterais, existirão grandes possibilidades de êxito dos projetos de sustentabilidade em TIs.

Dada a existência dos diferentes graus de contato das sociedades indígenas com a sociedade envolvente, portanto necessário se faz admitir que as atividades existentes ou planejadas, nem sempre traduzem necessariamente a realidade ou anseio de muitas comunidades. São variados os extratos e dimensões culturais de uma sociedade indígena, que é complexa, então é necessário um planejamento estratégico, claro, em razão da existência de grupos étnicos mais vulneráveis. Esse

planejamento deve observar o grau de vulnerabilidade, ou até mesmo de fragilidade do povo indígena, para então de forma compartilhada com a comunidade se executar (ou não) os projetos de sustentabilidade em suas terras. Basicamente isso pouco ocorre, pois o tripé: comunidade indígena, comunidade não indígena e o poder público não trabalham devidamente conectados.

Sobre as dimensões culturais de uma comunidade indígena, seu grau de contato e vulnerabilidade, frente a um possível turismo, Amaury Vieira<sup>36</sup> menciona que:

Entendo que o turismo pode ser benéfico para a comunidade indígena, não somente pelo aspecto econômico que pode possibilitar a melhoria da qualidade de vida da comunidade, como também de caráter social e cultural. Ao conhecer verdadeiramente a cultura indígena, a outra sociedade pode respeitar entender e, com isso, diminuir, e muito, o enorme preconceito e desrespeito que nutre em relação a sociedade indígena, e que tanto a prejudica e massacra. Nas comunidades que ainda se mantêm isoladas ou aquelas de recente contato com a sociedade envolvente, o turismo a meu ver deve ser evitado por óbvias razões. Nestas condições, estão em situação de extrema vulnerabilidade que certamente as levará a uma enorme desvantagem com este contato que pode por em risco sua própria sobrevivência física. Por outro lado, as comunidades em um estágio de contato com a nossa sociedade mais avançado, mas mantendo suas características culturais, com suas terras definidas e de forma suficiente, com boa qualidade de vida, entre outras coisas, o turismo pode ser algo positivo e agregador. Tendo, portanto, vários outros aspectos claramente definidos, entendo ser possível assegurar que esta convivência não seja danosa (VIEIRA, 2013).

Sobre a falta de respeito para com uma comunidade local, Pires (2002, p. 169) deixa claro que grandes empreendimentos, muitas vezes administrados à distância podem até se preocupar com a questão ambiental e arquitetônica, porém, as pessoas locais dificilmente serão beneficiadas, se tornando subservientes e dependentes do empreendimento, conforme se segue:

Embora possa, porém, tocar algum negócio agregado ao empreendimento, já não é a comunidade que toma parte ativa no planejamento e gestão do negócio, que, devido a sua conexão externa, garante a captação regular de visitantes. Tem-se, então, a sustentabilidade ecológica, a cultural e a econômica, mas não a local, se for levada em consideração a autodeterminação da comunidade local.

---

<sup>36</sup> Indigenista junto aos índios Guarani.

Ocorre um significativo crescimento do turismo indígena, pois o turista tem interesse em conhecer ou mesmo interagir com outras culturas, para saber dos costumes, ver e adquirir peças artesanais, aprender sobre os mitos e histórias milenares, bem como dialogar com pessoas da comunidade visitada, ou seja, a oportunidade de se viver momentaneamente em outra cultura é um fator de sedução ao turista que vivencia o turismo responsável.<sup>37</sup> Experiências de encontros com outras etnias fazem com que as pessoas fiquem mais susceptíveis para perceber a importância da cultura indígena, que tem um vínculo muitíssimo forte com a natureza. A partir daí a sustentabilidade no turismo pode ser um fator importante junto as comunidades indígenas, pois poderá desencadear atividade econômica associada a cultura, que por sua vez será um amálgama junto aos componentes da comunidade, amenizando, ou mesmo evitando a desagregação da mesma.

Em entrevista, Marijara Dazzi<sup>38</sup> menciona essa associação turismo cultural e atividade econômica, mesmo que diminuta, ela diz que:

Se for (*o turismo*) com orientação, os indígenas capacitados para tal, o positivo além da divulgação e manutenção da cultura é a subsistência, o complemento que falta em TIs pequenas e ou que enfrentam dificuldade financeira como Iraí. Acredito que um Projeto pensado com seriedade na proteção ambiental e dos povos indígenas seria válido, com orientação e capacitação para os indígenas. O meu medo é uma abertura sem regulamentação, aí vira uma bagunça. Não é possível pensar só em dinheiro, este deve ser a consequência de um todo. A divulgação e a interrelação dos indígenas com a sociedade envolvente é benéfica, traz conquistas positivas para os indígenas, se bem pensada, organizada e regulamentada (DAZZI, 2013).

A essência do Turismo de Base Local é abrangente na questão socioeconômica, pois é o somatório do Turismo Sustentável com o Turismo Responsável. É importante ressaltar que o envolvimento da comunidade com este tipo de turismo é fator agregador, fortalecendo os valores culturais locais, tanto os materiais como os imateriais, que na ótica indígena são indissociáveis.

---

<sup>37</sup> Turismo responsável, segundo o WWF, deve respeitar as culturas locais e prover benefícios e oportunidades para as comunidades locais, que tem o direito de manter e controlar a sua herança cultural e assegurar que o turismo não tenha efeito negativo sobre ela. O turismo deve, então, respeitar os direitos e desejos dos povos locais e prover a oportunidade para que amplos setores da comunidade contribuam nas decisões e nas consultas sobre o planejamento e a administração do turismo (Turismo Responsável – Manual para Políticas Públicas – Brasília, DF, 2004. 220p.)

<sup>38</sup> Servidora do quadro da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Iniciou suas atividades na TI como professora em 1990, posteriormente passou a Chefe de Posto Indígena e depois Chefe de Coordenação Técnica Local. A noite ela retorna à aldeia e leciona para alunos adultos.

A sustentabilidade, através de atividades turísticas, pode ser um bastião contra a pecuária extensiva, a sojicultura e rizicultura que avançam de forma desmedida no sul amazônico. No Decreto nº. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, no art. 3º, conceitua “Desenvolvimento Sustentável” como sendo o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras. Situação de equilíbrio que não ocorre atualmente em algumas partes da região Amazônica, onde se observa o aumento do *plantation*, bem como o avanço da pecuária. Benício de Mélo Filho (2008, p. 34), em seu livro *Turismo Sustentável: diretrizes e fundamentos*, sobre o exaurir da natureza existente, menciona que o turismo não extrai como a mineração, nem produz, como a agricultura, portanto o turismo não explora, no sentido de exaurir, os atrativos naturais só os utiliza, mediante visitas para desfrutar as benesses da natureza.

Como exemplo, se observa o artesão, que tem interesse em manter a natureza, pois dela irá utilizar material para confecção de artesanatos que, por sua vez vai ser vendido ao visitante, e ao confeccionar o artesanato, o artesão vai dar continuidade aos demais integrantes da comunidade o *fazer saber*. Isso vem ao encontro ao que menciona Sachs (1993, p. 24-26), ao dizer que o desenvolvimento sustentável tem dimensões a serem atingidas, sendo elas: a econômica, a ecológica, a espacial – territorial, a social e a político-cultural. No exemplo do artesão, todas as cinco dimensões foram contempladas, ou melhor, alcançadas. Portanto tudo é interligado, no sentido de teia, como mencionado por Boff (2004, p. 38), bem como Morin (2010, p. 81-85), se referindo ao que deveria ser a transdisciplinaridade nas universidades, aplicável perfeitamente à questão de sustentabilidade.

## 8.2 TURISMO DE BASE LOCAL E COMUNITÁRIA COMO AGENTE SOCIAL

É importante observar que o consumo se tornou amplo em quase todas as sociedades. Este processo teve grande impulso em dois momentos da história, com a Revolução Industrial, no século XVII, e com o advento do Fordismo, no início da

década de 1910. Com base no sistema capitalista, o consumismo se fortaleceu, modificando a forma de pensar e agir da sociedade.

Esse fortalecimento do sistema gera agravante junto a populações mais vulneráveis. Milton Santos (2002, p. 193) relata essa preocupação ao dizer da discrepância imposta pelo advento da tecnologia:

A razão disso é que a modernização tecnológica engendra disparidades sociais e econômicas crescentes. A alocação de uma importante parte dos recursos nacionais é feita em nome do progresso em benefícios daqueles que já são ricos e ao preço de uma injustiça crescente.

A produção e o consumo de massa foram algumas das mudanças mais sentidas, pois tiveram como consequência a maior demanda de recursos naturais para serem extraídos e comercializados de forma a garantir lucro. O espaço é tanto produto quanto produtor, pois este é alterado pela ação e, conseqüentemente, pelas funções que o homem lhe atribui.

Diante desses acontecimentos, percebem-se alterações na distribuição de fenômenos sócio-espaciais no planeta, no qual passamos a identificar áreas distintas, com a formação de regiões específicas, tais como: Regiões fornecedoras de matérias-primas, regiões com abundância de mão de obra, regiões produtoras, regiões consumidoras, regiões agroexportadoras, regiões industrializadas, regiões urbanizadas, regiões preservadas, intocadas, entre tantas outras. Assim, surge na sociedade diferentes grupos e com eles a compreensão de que o espaço é social porque muda conjuntamente com o processo histórico.

Embora as atividades turísticas tenham conotações financeiras e vínculo com a área econômica, o turismo deve ser entendido como fenômeno social atual, portanto ele não pode ser encarado apenas como vocação econômica (MÉLO FILHO, 2008, p. 22).

Não se deve, no entanto, e apesar das individualidades das chamadas comunidades tradicionais, crer que estas não alterem o território em que se instalaram, pois o que transforma território em espaço geográfico são as atribuições que lhe são conferidas, isto é, o território usado, já que este não se configura apenas por formas, mas também por objetos e ações, sendo por essa razão que Milton Santos (2002, p. 317), em seu livro *A Natureza do Espaço*, menciona:

Espaço se dá ao conjunto dos homens que nele exercem como um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada qual (SANTOS 2002, p 317).

Portanto, Raffestin (1993, p. 143)<sup>39</sup> menciona que as pessoas que vivem em um espaço fazem dele um território:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator 'territorializa' o espaço.

Neste sentido, é possível afirmar que os indígenas são atores em seus espaços, tornando esses espaços em seus territórios, desta forma tanto um quanto outro estão interligados e indissociável. Portanto, não se deve pensar que tais povos, devido ao seu isolamento e modo peculiar de vida, são considerados primitivos, uma volta ao passado. Pelo contrário, tal população é portadora de conhecimentos específicos e individuais valiosos, que em muitos casos é a partir dessa sabedoria ancestral que a ciência consegue avanços em várias áreas, tais como saúde, nanotecnologia etc. Infelizmente, esses povos tradicionais convivem com a desvalorização da sociedade em geral e, em consequência de seus hábitos e costumes, quando são vistas por alguma razão, acabam por enfrentar preconceitos e discriminação.

Portanto, o turismo deve ser entendido como uma via por onde se fluem ações que fortalece não somente o campo econômico, porém também o social e o ambiental, desta forma o turismo é elemento chave na questão de sustentabilidade. Turismo é a ponte com múltiplas saídas, que atinge várias ciências, ele é um todo. O turismo não pode ser pensado de forma segmentada, pois comparado com uma ponte, a mesma não teria utilidade se fosse seccionada no meio, assim também o turismo segmentado não tem utilidade. Toda a ciência, e o turismo é uma delas, tem pontos em comum umas com as outras, porém nenhuma delas perde suas peculiaridades, fazendo-as únicas.

---

<sup>39</sup> Claude Raffestin, geógrafo francês escreveu o livro *Por uma Geografia do Poder*, onde a questão de territorialidade está presente, com uma forma bem contundente.

Ao posicionar o turismo como agente no campo social/humano, Moesch (2004, p. 466) menciona que turismo deve ser voltado para um desenvolvimento sustentável, a partir de sua aplicação ao social:

As razões que nos convenceram da importância de ousarmos num projeto epistemológico advém do entendimento do turismo não, apenas como um fenômeno de dimensões econômicas, mas como um complexo fenômeno social pouco estudado pela academia em sua complexidade, portanto reduzido ao seu fazer-saber como modelo de ensino. Assim, ao defender a constituição de uma ciência do turismo, de uma epistemologia do turismo, e de uma agenda interdisciplinar nos seus estudos e análises buscamos construir uma unidade ética, entre ciência e filosofia, para comprometer o ensino e a pesquisa com o desenvolvimento de um Turismo sustentável e humano.

Turismo Social é caracterizado por possuir ações mitigadoras de embates sociais. Esta forma de atividade turística, segundo o Ministério do Turismo, é aquela onde as pessoas podem exercer o turismo, não obstante a sua renda, desta forma exercendo a cidadania. Esta inclusão favorece a equidade entre as pessoas, proporcionando o bem estar de uma população alijada do turismo. O Ministério do Turismo (MTur) assim o define:

Turismo Social é a forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão (BRASIL, s. d., p. 6).

O termo “Turismo Social” tem origem no continente europeu e data da metade do século passado. Era o início dos movimentos organizados para o lazer, sendo que os sindicatos se mobilizavam para oferecer o lazer aos seus filiados, geralmente pessoas de menor poder aquisitivo, conseqüentemente alijadas do turismo convencional e caro de então. Estava nascendo a cidadania no turismo, um avanço social considerado para a época, em razão desta inicial acessibilidade para pessoas de classes econômicas menos privilegiadas. No Brasil, o MTur é o Poder Público que interage com demais instâncias privadas e também públicas para expandir o turismo. Parte da missão do referido Ministério é desenvolver o turismo como uma atividade econômica e sustentável, com papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social, neste caso, os grupos sociais, mais especificamente as comunidades tradicionais, não necessariamente indígenas, podendo ser quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu,

dentre outros grupos que na sua maioria vivem numa situação de exclusão social. Observa-se, então, que o turismo social pode e deve ser um agente, que atua tanto para os visitantes, oferecendo a oportunidade de exercer a sociabilidade, como para os visitados, através de políticas públicas com incentivos específicos às suas realidades, pois geralmente são grupos alijados da sociedade majoritária. Esta promoção de cidadania é mencionada pelo MTur:

O sentido humanístico, a razão de ser do Turismo Social e sua função estão focados na efetivação de condições que favoreçam o exercício da cidadania - igualdade de direitos e deveres-, entendendo e trabalhando o turismo com uma perspectiva de complementariedade à vida, além da questão econômica e da carência material. Refere-se à facilitação do acesso aos potenciais benefícios advindos da atividade como incentivadora dos sentimentos de responsabilidade e de respeito pelo outro, independentemente da precariedade econômica ou da situação de discriminação pela sociedade. [...] A palavra perspectiva traduz o anseio, a esperança de se proporcionar a inserção de pessoas, grupos e regiões que por motivos variados podem ser considerados excluídos da fruição do turismo - da possibilidade de acesso aos benefícios da atividade pelo potencial consumidor, pelo ofertante e pela comunidade receptora - ou dos que usufruem da experiência turística de forma inadequada, ao consumir produtos turísticos sem a devida qualidade. Trata-se do envolvimento e participação do ser humano como pertencente ao exercício dos direitos e deveres individuais e coletivos (BRASIL, s. d., p. 7).

Essa visão social ofertada pelo turismo pode ser notada nas palavras de José Vitorino:

No verão agente vai para a praia para vender nossos objetos, agente vende bem, dá uns trocadinhos. Mais aqui agente oferece dança, comida, pois estamos em casa, então fica mais fácil fazer coisas além de somente vender artesanatos. Os piás<sup>40</sup> sempre ajudam muito com artesanatos. Eles não podem ficar por aí sem fazer nada, então o turismo ajuda eles também, pois tenho muito medo de drogas. Veja só, eu sou funcionário antigo, estou quase me aposentando, sou motorista, tenho meu salário. Mas e os outros? O senhor sabe de nossa história! Sabe da luta que tivemos para ter essa terra que é muito pequena. Aqui a terra foi revirada por trator para construir a pista de pouso. O pouco que sobrou além do asfalto da pista foi muito revirado por máquina para pegar terra para colocar em outros lugares. A terra não dá nada e é muito pequena. Até taquara para fazer artesanato pegamos em outros lugares. Aqui não tem agricultura, mais daqui agente não sai, foi muita luta, na rádio havia muita mentira contra agente, pois a pista do aeroporto ficou dentro da demarcação. No rádio eles falavam que o município ia morrer sem aeroporto. Era difícil agente passar dentro de Iraí, até hoje muitos viram a

---

<sup>40</sup> Nome como são conhecidos os meninos, na região Sul do Brasil que equivale a guris. É uma forma carinhosa de se dirigirem a eles.



cara. Mais veja só, os turistas querem palestras em que agente conta isso. Eles gostam de saber de nossa luta. Pagam pra gente contar (VITORINO, 2013)

Portanto o Turismo de Base Local proporciona condições para a propagação da cidadania, visibilidade e respeito pela comunidade visitada, e, conseqüentemente minimizam as assimetrias sociais.

### 8.3 O ÔNUS E O BÔNUS DO TURISMO EM TERRA INDÍGENA

O turismo pode ser uma alavanca para o desenvolvimento socioeconômico de comunidades, como também pode trazer malefícios para elas. O turismo não deixa de ser uma atividade econômica, porém também é social, logo, podendo estimular aspectos diversos daqueles almejados. A comunidade receptora poderá sofrer impactos culturais predatórios, como também pode ocorrer fortificação cultural em decorrência da demanda presente nos visitantes, ávidos por presenciar uma manifestação cultural, que poderia estar em desuso. Visitantes e visitados podem contribuir para que ocorra uma simbiose, onde as duas partes são beneficiadas, ao invés de uma parasitose. A busca do eu no outro, como visto anteriormente pode proporcionar uma mitigação dos efeitos nocivos encontrados no turismo somente financista.

As comunidades tradicionais podem se retrair ao perceber sua dependência do visitante ao notar que o dinheiro dos turistas é o pão dos visitados, e essa condição de subserviência faz com que haja uma casta, desta forma os anfitriões passam a tolerar os visitantes e não fazem a simbiose com eles, sendo que o inverso também é verdadeiro, distanciando um grupo do outro (KRIPPENDORF, 2000, p. 84).

Por outro lado, havendo um planejamento do etnoturismo a ser desenvolvido, bem como existindo interesse e respeito dos visitantes pelo aspecto étnico-cultural da comunidade, certamente não ocorrerá uns tipos de turistas que Krippendorf (2000, p. 65) chama de “[...] turista detestável, comportando-se como se o mundo inteiro lhe pertencesse e faz tudo o que não faz em casa”. Essa outra face

do turismo é o bônus, ao alcance daqueles que estão engajados no Turismo de Base Local.

### 8.3.1 O ônus

Quanto ao ônus advindo do turismo a ser realizado em TIs, muitos são os questionamentos. O entrevistado Frederico Flávio Magalhães<sup>41</sup> menciona que os fatores negativos prejudicam a comunidade e ele elenca vários deles:

Havendo turismo em TI, o pagamento será de quem? Quem será o dono do dinheiro? Outra coisa, é difícil obedecer as normas e atualmente não existem normas, regras para o turismo em TI. E quem garante a obediência das normas que por ventura sejam criadas? Suponhamos que uma pessoa compre um pacote em uma pousada dentro da TI, essa pessoa vai se sentir com direitos, que podem ser prejudiciais à comunidade. Possivelmente o intermediário, entre o turista e a comunidade indígena, vai pegar mais dinheiro que os índios, ou seja, vai ficar com a fatia maior. O turismo poderá fomentar a cobiça, fazendo com que ocorra a expropriação da terra para atender poderosos do ramo imobiliário, fazendo com que a comunidade seja prejudicada com a redução de suas terras. O turismo em TI é danoso, pois os índios poderão ficar refém do dinheiro do visitante. Poderão aparecer botecos dentro das aldeias. A produção de lixo se tornará mais acentuada, pois hoje em muitas aldeias isso já é algo presente. É um problema de difícil solução, pois as Prefeituras se negam a enviar caminhão para recolher o lixo, alegando que não tem verba para essa atividade, sobre tudo na área rural. Queiram ou não o turismo é um invasor de espaço, mesmo que os turistas saiam no dia seguinte, o espaço foi invadido. O turismo poderá ser o responsável de iniciar uma favela, pois poderá ocorrer uma perda de mando de território e os indígenas serem empurrados para regiões próximas, tirando-os de seus lugares originais. É um campo forte para grileiros. Vai ser produzido mais bosta e xixi. O que os índios vão fazer? Ocorrerão mais doenças. É certo que haverá conflito, pois parte da comunidade poderá não aceitar tais coisas. Haverá o embate, direito cartorial x direito consuetudinário. O GT da FUNAI sobre este assunto deverá informar os temas polêmicos, tais como facções, conflitos gerados pela atividade turística. Como fica a Convenção 169? O sistema capitalista pressiona para ocorrer o turismo em TI, pois nesse sistema tudo é mercadoria. Não poderá ocorrer a visita como se acontece em um

---

<sup>41</sup> Servidor do quadro na FUNAI, agrônomo, Coordenador de Infraestrutura Comunitária. Especialista em Indigenismo e Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB).

zoológico, aonde os turistas vão somente ver os índios. As estradas ficam terríveis por causa dos turistas, se tornam um caos absoluto (MAGALHÃES, 2013).

Isso é corroborado com o que é apresentado por Yazigi (1999), ao dizer que o turismo em TIs ou realizadas com outras comunidades tradicionais pode ser prejudicial e, nesse sentido, as palavras do referido autor são pertinentes, quando a isso se refere, ou seja, que a visão estereotipada de uma comunidade pode prejudicar a relação com a mesma. Exemplificando, ele diz que infelizmente existe muito exagero quanto à imagem que se faz da Amazônia, pois muitos turistas têm uma visão deturpada, não realista da região Amazônica.

Os desavisados esperam ver onças e cabanas de índios caçadores de cabeça humana não longe da saída do aeroporto. De repente, arranha-céu e outros símbolos próprios do “mundo civilizado” desencantam, reduzindo a estadia em Manaus ao cumprimento de um par de passeios obrigatórios e só (YÁZIGI, 1999, p. 140).

Nesse olhar, admoestações pertinentes podem evitar transtornos do turismo junto às comunidades indígenas. Exemplificando, Krippendorf (2000, p. 98) menciona sobre revolta de populações tradicionais, se o turismo for unilateral, não tendo a presença da direção da comunidade local. Ele menciona um episódio na Suécia em que foram feitas reuniões e a partir delas se criaram restrições ao turismo de massa, com fluxo incontrolável. Houve até um *slogan* em que dizia *A Suécia para os Suecos*.

O autor acima mencionado orienta dizendo que:

Muitos são os lugares de veraneio famosos onde a população autóctone sente mal-estar crescente face ao *boom* turístico e seus perigos. O senso crítico dos autóctones já está particularmente desenvolvido nas regiões de tradição turística, e começa também a tomar pé no países emergentes. O que poderíamos chamar de “revolta dos autóctones” começa em geral com movimentos de protestos e reações de rejeição não planejadas. A resistência se organiza [...] uma forte vontade política militante em favor de um desenvolvimento moderado e autodeterminante do turismo (KRIPPENDORF, 2000, p. 97).

Contatos entre comunidades tradicionais e visitantes podem ocasionar mais desentendimentos que acertos, mostrando a tênue linha divisória entre o sucesso e o insucesso. Mediante a linha de pensamento de Krippendorf (2000), vista na citação, de que o turismo pode trazer malefícios, surge uma preocupação de peso, que é a questão do turismo sexual. Embora se tenha o cuidado de que os visitantes façam parte de uma clientela diferenciada e culta, que não se alinhem ao turismo massivo, deve-se atentar para essa questão.

A preocupação sobre o turismo sexual faz sentido. Na segunda metade do século XX, ou seja, a poucos anos, com aval e fomento dos órgãos oficiais do Poder Público se via propaganda governamental, através de cartazes, incentivando abertamente o turismo sexual aos visitantes estrangeiros. Enaltecia as curvas do corpo da mulher brasileira para atrativo turístico, em detrimento de sua capacidade intelectual. Infelizmente na distante época do descobrimento do Brasil, já se observa, nas entrelinhas da carta de Pero Vaz de Caminha, esta linha de pensamento. Acha-se na carta comparações e informações de cunho sexual.

Aí andavam outros, quartejados de côres, seja metade da sua própria côr, e metade de tintura negra, maneira de azulada; e outros quartejados de escaques. Ali andavam entre êles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito prêtos e compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as nós muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha... Outros traziam carapuças de penas amarela; outros de vermelhas; e outros de verdes. E uma daquelas môças era tôda tingida, de baixo a cima, daquela tintura; e certo era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhes tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela (CAMINHA, 1500).

Não seria aí o início do ônus do turismo no Brasil? O incentivo ao turismo sexual? Inclusive partindo do poder público? Quem sabe o autor da carta endereçada ao Rei de Portugal, em razão da época, século XVI, não tivesse tal intenção, porém assim está registrado.

### 8.3.2 O bônus

Conforme o grau de vulnerabilidade ou fragilidade de uma comunidade, se pode cogitar, a partir de estudos e sempre ouvindo a comunidade, a possibilidade ou não de se ter atividades turísticas em TI, podendo-se afirmar que havendo a atividade turística, a mesma terá por princípio a sua sustentabilidade sócio cultural e claro, da econômica e ambiental. As atividades turísticas em TI devem interagir diretamente com ambas as populações, tanto as indígenas como aquelas não indígenas, ficando ressaltada que esta integração deve se tornar mais intensa, com a participação ativa dos envolvidos. Isso leva às experiências únicas, saudável para ambas as partes (VITORINO *et al.*, 2003, p. 39).

Ruschmann (2000, p. 56-57) faz uma lista de pontos positivos advindo da atividade turística:

- \* Criação de planos e programas de conservação e preservação [...];
- \* Os empreendedores turísticos passam a investir nas medidas preservacionistas, a fim de manter a qualidade e a consequente atratividade dos recursos naturais e socioculturais;
- \* Promove-se a descoberta e a acessibilidade de certos aspectos naturais em regiões antes não valorizadas, a fim de desenvolver o seu conhecimento por meio de programas especiais;
- \* A renda da atividade turística, tanto indireta como direta, proporciona as condições financeiras necessárias para a implantação de equipamentos e outras medidas preservacionistas;
- \* Interação cultural e aumento da compreensão entre os povos, originados pelo conhecimento maior do turista dos usos e costumes das comunidades;
- \* A recuperação psicofísica dos indivíduos, resultante do descanso, do entretenimento e do distanciamento temporário do cotidiano profissional;
- \* Favorece o aumento da renda e sua distribuição nas localidades receptoras;
- \* Ecologicamente, percebe-se uma utilização mais racional dos espaços e a valorização do convívio com a natureza.

Um gerenciamento equilibrado das atividades de turismo de uma determinada região deverá ser um fator de ligação entre as partes envolvidas, ou seja, entre os turistas e a comunidade próxima do empreendimento. As partes deverão, sempre em comum acordo desenvolver os pontos positivos e minimizar, ou mesmo quem sabe, eliminar os pontos negativos. Nesse sentido Lindberg e Harwkins (2002, p. 34) mencionam que:

Há muitos pontos de intersecção entre o ecoturismo e os objetivos conservacionistas. São eles: a administração de áreas protegidas, o desenvolvimento sustentável, educação ambiental e as decisões políticas.

Em suma pode-se dizer que é *sine qua non*<sup>42</sup> uma profunda e ampla análise dos prós e dos contras para se implantar ou não uma atividade turística em uma comunidade tradicional. Maria Soeli Cosman, diretora da Escola Indígena Iraí menciona valores culturais advindos do turismo na citada TI ao dizer que:

Desde muito tempo essa questão cultural me atrai. Percebo que a comunidade indígena é rica neste aspecto e isso atrai visitantes mais esclarecidos, ávidos em saber da cultura indígena. O turismo organizado não é somente para se ganhar dinheiro, ele serve também para dar visibilidade à cultura dos indígenas de Iraí. Também tem mais coisas envolvidas além de visitação, veja são, oficina de artesanato faz com que os menores não se esqueçam de daquilo que seus pais e av os sabem fazer. Então existe uma continuidade cultural (COSMAN, 2013).

Ao contrário de descaracterizar a cultura de alguma sociedade tradicional, o etnoturismo tende a promovê-la, por razões óbvias, já que sem ela, a atividade não existiria. O que pode ocorrer   a encena o irreal de alguma atividade cultural, com o objetivo que atrair turistas, porém ainda sim haverá mais ganho que perda, favorecendo a gera o de renda, bem com o cuidado com o ambiente natural. Esse cuidado   relatado por Mauro (2007, p. 77) ao descrever as atividades de turismo em TI, o cuidado com a mata sem ela não haveria trilha, conseqentemente também não haveria turistas. Sobre este bônus, ele diz:

Antes mesmo de iniciar o passeio, os guias Pataxó conversam com os turistas sobre a rela o de sua comunidade com o meio ambiente, sobre a importância de preservar a natureza e explicam as normas de conduta dentro do recinto. Dentre as regras de visita o, está colocado que   proibido descartar lixo no chão e ao longo das trilhas, fumar e portar bebidas alcoólicas.

---

<sup>42</sup> Frase em latim que tem por sentido que algo   obrigatório, que não se pode deixar de fazer tal item para iniciar outra etapa.

Sobre a preocupação em preservação do ambiente, o entrevistado Santos menciona:

Fico preocupado com derrubada e queima do mato, só para fazer um saco a mais de arroz ou milho para vender para o marreteiro<sup>43</sup> para comprar umas coisinhas. Apresentando nossa cultura e vendendo artesanato, poderia derrubar menos mato para fazer a roça (SANTOS, 2012).

O bônus que vem do turismo, ligado ao campo social, geralmente está presente naquelas atividades onde não ocorre o turismo de massa. Dentro da TI o etnoturismo, turismo pedagógico e o cultural, são as atividades que mais ocorrem e, lembrando, que essas três formas de turismo se entrelaçam nos seus conteúdos favorecendo o que Trigo (1999, p12) diz sobre a interação humana, que é intencional e que serve como elo entre as pessoas de regiões diferentes, não tendo como objetivo máximo a atividade remunerada.

#### 8.4 EXPECTATIVAS E ANSEIOS

Está inerente no ser humano, seja ele de qual povo for a necessidade de certas realizações, sejam elas mais elaboradas ou não. Sem dúvida nenhuma que, dependendo de cada região do planeta, as necessidades variam de uma forma ou outra, sendo que em algumas delas as variações são enormes. Porém, basicamente existe uma escala de necessidades humanas, desde tempos imemoriáveis que estão presentes em cada ser, percebendo-se na literatura, quando Pero Vaz de Caminha descreve o interesse, tanto dos portugueses como dos indígenas por aquilo que seria novo. Neste momento não cabe aqui mencionar o interesse econômico e imperialista da parte dos portugueses da esquadra de Cabral. Lusitanos e indígenas deparavam-se com o novo, ou seja, o relacionamento entre eles estava ocorrendo, portanto havia surpresa em ambos os lados. Isso, pelo

---

<sup>43</sup> Também conhecido por regatão, comerciante geralmente desonesto que sobe o rio de barco, levando mercadorias da cidade para explorar índios e não índios, comprando muito barato os produtos deles e vendendo as mercadorias da cidade por preço astronômico. Muitas vezes utilizam da cachaça e da inocência do homem ribeirinho para ludibriar na conta e ao pesar os produtos agrícolas dos humildes produtores.

menos naquele momento, causou surpresas no relacionamento e, de acordo com a Pirâmide de Maslow <sup>44</sup> este relacionamento está incluso na altura mediana da citada pirâmide, que são as *Necessidades Sociais*, no caso dos tripulantes da Esquadra de Cabral, foi o intercâmbio entre pessoas.

A Pirâmide de Maslow, apresentada na Figura 20, a seguir, muito difundida nos cursos das Ciências Sociais Aplicadas, atualmente é utilizada também em outras ciências, dada sua abrangência holística. A mesma pode ser observada na próxima figura.

Chiavenato (1998, p. 82) comentando sobre a funcionabilidade da Pirâmide de Maslow, menciona:

Algumas culturas, como a japonesa, colocariam as necessidades sociais na base da hierarquia. [...] Por outro lado, é plausível que, por exemplo, algumas pessoas tenham fortes sentimentos de insegurança, a despeito de usufruírem situação financeira que a outros deixaria muito confortáveis. Também é possível que um artista passe horas a fio sem se alimentar, desafiando a completar sua obra.

Portanto, as atividades turísticas para o visitante, certamente estariam situadas na terceira faixa da Pirâmide de Maslow; porém, para aquela pessoa ou família que depende do turismo para sua sobrevivência, tais como vendedores de chapéus nas praias, estaria situada na base da Pirâmide, que se trata das Necessidades Fisiológicas, no caso a fome. Neste sentido, mesmo em culturas com populações tradicionais, as necessidades humanas descritas na Pirâmide tendem a se confirmar, embora com variações, mesmo em se tratando de grupos tradicionais, portanto aplicável a visitantes e visitados.

---

<sup>44</sup> Em 1954, Abraham Maslow, criou a Pirâmide que levou seu nome, mencionando necessidades humanas, primárias e secundárias, totalizando cinco grupos. Necessidades primárias são as duas primeiras faixas da pirâmide, as fisiológicas e as de segurança. Necessidades secundárias são as demais faixas, até o topo da pirâmide, são as sociais, de estima e de autorrealização. As necessidades podem variar nas diversas culturas existentes no mundo.





Figura 20 – Pirâmide da hierarquia das necessidades humanas de Maslow.

Fonte: Chiavenato (1998, p. 79).

A busca por conhecer outras culturas está presente em grande parte dos seres humanos. Poucas pessoas não desejam saber o que ocorre em outras culturas. Exemplo clássico acontece no período da Semana do Índio, em abril de cada ano. Em todo Brasil, centenas de ônibus entram e saem das aldeias com inúmeros alunos, desde o Ensino Fundamental ao Ensino Superior, acompanhados de professoras, diretoras de colégios e até secretários municipais de educação, dentre outras autoridades, todos com intuito de ver e participar das comemorações do Dia do Índio. Além de comprarem artesanatos, muitos se integram junto aos indígenas em danças e deixando-se pintar. Com alunos do Ensino Superior muitas vezes ocorre Roda de Conversa, onde acadêmicos escutam mestres indígenas, detentores de vasta sabedoria tradicional.

Ao romper com a visão unilateral restrita meramente ao campo governamental, as pessoas detentoras de conhecimentos da área vão ao encontro de novos horizontes, buscando novas dimensões, que muitas vezes são dificultadas, ou mesmo proibitivas pela atual legislação, que coloca obstáculos e não promove o diálogo para serem construídas novas normas para a entrada de pessoas em Terras Indígenas, pois se observa que muitas vezes na prática ela não funciona, pois

existem estradas federais que cortam aldeias e caso a Lei existente fosse levada ao pé da letra, todas as pessoas dentro de automóveis, transitando em rodovias dentro de TIs, deveriam ter o documento de autorização em mãos, o que obviamente não ocorre. Esse anseio foi mencionado por um índio, enquanto oferecia seus artesanatos, dentro de sua TI, aos ocupantes nos carros que transitavam em rodovias dentro de sua aldeia.

## 9 CONCLUSÃO

Em razão de que existem vários graus de contato dos povos indígenas com a sociedade envolvente, é necessário que o turismo em Terras Indígenas (TIs) seja pautado, em primeiro lugar, pelas decisões da comunidade indígena, atentando-se para a Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas, aprovada em 13 de setembro de 2007, onde destaca em seu art. 5º:

Art. 5º. Os povos indígenas tem o direito a conservar e fortalecer suas próprias instituições políticas, jurídicas, econômicas, sociais e culturais, mantendo ao mesmo tempo seu direito de participar plenamente, se assim o desejarem, na vida política, econômica, social e cultural do Estado.

Neste sentido, a Conferência Internacional do Trabalho, por meio da Convenção nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais, também se posiciona sobre a autonomia da comunidade, ao preconizar em seu art. 7º:

Art. 7º. Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas, próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente.

Com base as citações, fica claro que as comunidades indígenas tem o direito de se manifestar sobre temas que lhes dizem respeito, exercendo seu direito inalienável de autonomia.

E ainda, no que tange ao turismo sustentável em TI, conforme observado na Parte II, faz-se necessário que todo o processo esteja balizado em conceitos indigenistas, analisando-se a situação de cada comunidade interessada no turismo, qual seu grau de contato com as demais sociedades, suas expectativas e anseios, a fim de que não ocorram soluções verticais, que sempre desfavorecem os indígenas.

### **PARTE III – CONSIDERAÇÕES E PROPOSIÇÕES**

## 10 CONSIDERAÇÕES

A visão macro e holística faz com que se tenha um conhecimento amplo de algo. É o que foi apresentado na primeira parte da dissertação, que remeteu a uma reflexão do quanto o homem está presente no planeta que vive, muito mais do que ele mesmo imagina. A conscientização ambiental, sobre tudo na segunda metade do século passado tomou corpo através das grandes conferências mundiais sobre o ambiente, conseqüentemente permeando todos os segmentos da ciência, e fazendo com que a mesma se tornasse ainda mais ampla e difusa, como uma teia, onde os saberes se encontram e entrelaçam. Portanto, é importante trazer a tona um conjunto de informações, no caso saberes, que servirão como base para a elaboração de conceitos que possam nortear ações no que tange essa prática. A construção de uma nova legislação que venha balizar esse tema, somente trará benefícios à comunidade indígena. Ambos os lados necessitam de normas para que se produzam maiores intercâmbios, sobre tudo na troca de saberes.

Ao buscar normas, rompendo com a visão unilateral restrita meramente ao poder público, as comunidades terão novos horizontes em outras dimensões, que muitas vezes são dificultadas, ou mesmo proibitivas, pela atual legislação, que coloca obstáculo e não promove o diálogo entre as partes. Percebe-se com facilidade que a questão do turismo em Terra Indígena (TI) a cada dia que passa está ganhando grandes proporções, inclusive no mundo acadêmico com cada vez mais artigos publicados e não se pode fechar os olhos para essa situação, pois o malefício do turismo de massa pode grassar no seio da comunidade indígena, trazendo prejuízos de difícil solução.

Sobre o Grupo de Trabalho (GT) de turismo em TI, as informações contidas no GT instituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) estão bem fundamentadas, equilibradas e tendem a se materializar, ainda que estejam em construção, que se tornem públicas para desde já balizarem outros estudos sobre o tema apresentado. O GT está ponderando, sob todos os ângulos, os aspectos da temática indígena os pontos convergentes e aqueles divergentes, desta forma poderá se visualizar procedimentos a serem tomados, de acordo com a realidade de cada comunidade que deseja ter projetos turísticos em suas terras, sempre ouvindo a comunidade, para que ela tenha papel preponderante nas decisões e atividades a

serem tomadas, evitando dessa forma que a mesma fique marginalizada no processo. Com a criação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)<sup>45</sup>, através do Decreto nº. 7.747, de 05 de junho de 2012, o GT ganhou celeridade, pois tendo prazo a cumprir certamente se mobilizará para realizar o que está exarado na Portaria Presidencial nº. 179-PRES, de 20 de fevereiro de 2006, que determina que o “GT deve implantar estudos com vistas a viabilidade na realização de atividades turísticas nas Terras Indígenas brasileiras”.

Ao ser analisados todos os aspectos favoráveis e contrários partes deles expostos nos itens ‘ônus’ e ‘bônus’ do turismo, poder-se-á ter um vislumbre sobre como e de que forma as comunidades podem ter em suas Terras as atividades turísticas, caso elas queiram. Sempre levando em consideração as diferenças básicas existentes, bem como o *ethos* da cultura indígena, para que se possa verificar uma possível implantação de projetos turísticos em aldeias, onde já existe turismo ou aquelas com turismo incipiente, desta forma se estudará sua viabilidade ou não para tais atividades, a saber, onde o grau de contato dos indígenas com a sociedade envolvente ocorre com mais frequência, já havendo algum tipo de visitação. Para tanto, necessário se faz a confecção de diretrizes pontuais para cada comunidade que por ventura venha a participar das atividades turísticas. Como dito, que é necessária uma análise, que a mesma seja antropocêntrica indígena horizontal, concatenando as diferentes linhas do indigenismo, pois somente dessa forma, sem propostas de cima para baixo é que se produzirão diretrizes e ações que atenderá os anseios das comunidades indígenas.

---

<sup>45</sup> É uma Política Nacional, instituída por Decreto e estabelecendo objetivos, sendo um deles o ecoturismo e etnoturismo Indígena, sob o prisma da sustentabilidade.

## 11 PROPOSIÇÕES

É importante a constituição de um espaço de diálogo, incitado pelo turismo, desta forma estabelecendo relações mais simétricas entre a sociedade não indígena e os índios.

Mediante o conteúdo visto no item *Considerações*, bem como do que foi visto na segunda parte da presente Dissertação e nas entrevistas relatadas, recomenda-se junto as Instituições de Ensino Superior (IES):

- a) Que os cursos de Turismo e de Desenvolvimento Sustentável, entre outros afins, bem como disciplinas correlatas possam promover um debate amplo junto às comunidades interessadas em realizar turismo em suas terras. Esse fórum de diálogos, realizado próximo, ou se possível no interior das Terras Indígenas (TIs), proporcionará relações mais simétricas entre as partes, portanto com maiores possibilidades de êxito.
- b) Que o Turismo de Base Comunitária (TBC) e/ou Turismo de Base Local (TBL) seja(m) a(s) ferramenta(s), dentro do turismo, que poderão ser usadas para mitigar situações resultantes de embates contra as frentes colonizadoras, muitas atualmente no limite das Terras Indígenas (TIs);
- c) Que seja providenciado, com a participação comunitária, de um sistema de sistema para avaliar as atividades turísticas desenvolvidas nas TIs.

Ao Ministério Público Federal (MPF):

- a) Que seja estudado o sentido dado ao art. 231 da Constituição Federal (CF), pelo Procurador da República do Ministério Público Federal situado no Estado do Amazonas (AM), que no seu entender a atual legislação não proíbe o turismo em TI, mas ao contrário lhes garante, pois não existe transferência de domínio, e a atividade não exaure a natureza, pelo contrário, conserva-a;
- b) Que sejam intensificadas as orientações, partindo do MPF, para que todas as partes envolvidas na questão indígena coloquem em prática a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no que se refere ao tema “Turismo em Terras Indígenas”, pois a citada Convenção, da qual o

Brasil é signatário, no seu art. 6º, menciona que a comunidade indígena deve ser ouvida toda vez que assuntos de importância entrar em pauta, *in verbis*:

Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão: a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente.

Portanto é importante que este procedimento ocorra no caso com as intenções de algumas comunidades indígenas em terem atividades turísticas.

À Fundação Nacional do Índio (FUNAI):

- a) Que o Grupo de Trabalho (GT) Turismo em Terras Indígenas, que atualmente só é composto por membros da lotados em Brasília, Distrito Federal (DF), possa ser desdobrado em seccionais nas 37 Coordenações Regionais da FUNAI presente nas demais Unidades da Federação (UFs), sendo céleres e sem burocracia extenuante;
- b) Que o art. 231 da CF de 1988, seja reinterpretado, pois, o entendimento atual é de que o referido artigo faz com que seja proibido o turismo em TI, porém, o mesmo não diz isso; pelo contrário, favorece ações de monitoramento de terras, rios e lagos.

O turismo sustentável em oposição ao turismo massivo é a forma que atualmente poderá ocorrer nas comunidades indígenas. Sendo a atividade turística em TIs normatizada, ficará mais fácil para as comunidades fazerem parcerias com o Poder Público, Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), inclusive, recebendo apoio jurídico, o que hoje não acontece.

Os quadros a seguir são autoexplicativos e fazem parte de uma pequena contribuição deste autor para que este tema possa ser pautado de forma organizada, evitando que o etnoturismo seja tratado de forma aventureira. Os quadros são propostas organizacionais, ou seja, eles são embrionários e deverão sofrer transformações substanciais advindas das partes que compõe ou virá a compor essa equipe de estudos.



O colegiado mostrado na próxima figura, além de suas atividades normais, a serem especificadas em Estatuto, ofereceria recursos humanos para compor os núcleos das atividades etnoturísticas nas TIs. Esse colegiado, além de reuniões normais e extraordinárias para orientar as atividades turísticas, seria o agente impulsionador dos núcleos que balizarão as tais atividades.



Figura 21 – Colegiado de turismo da comunidade.

Fonte: Do autor (2013).

As atividades etnoturísticas dentro das TIs, depois de exaustivamente planejadas por uma equipe colegiada multisetorial, devem estar amparadas por um cinturão de Núcleos que a blindam de possíveis malefícios, que são os ônus do turismo. Neste sentido, os malefícios não encontrarão guarida na comunidade, pois ela estará protegida pelo conjunto de núcleos, especialmente dois deles, o Núcleo de Avaliação e Monitoramento das Atividades Turísticas e o Núcleo de Fomento ao Etnoturismo Balizado pelos conceitos do TBL, conforme observado na Figura 22, a seguir.

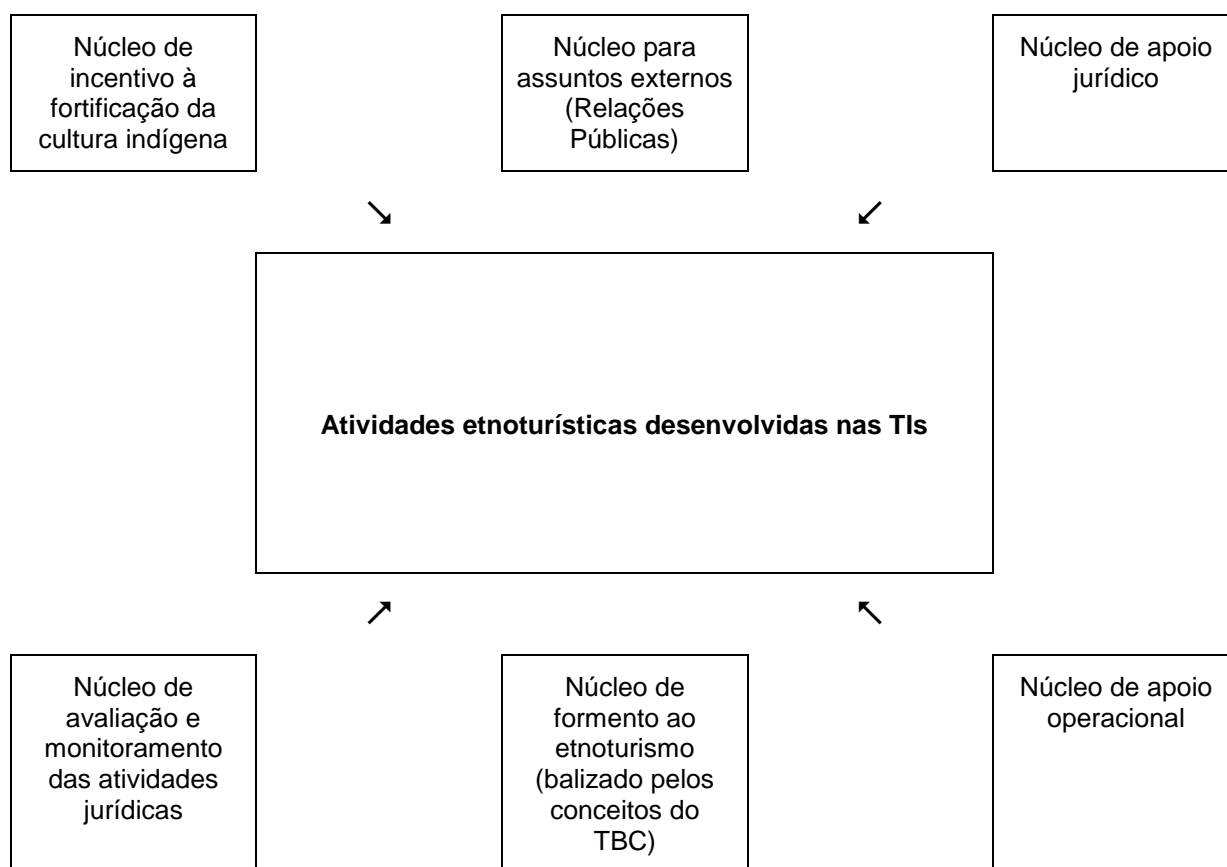


Figura 22 – Atividades etnoturísticas na Terra Indígena.

Fonte: Do autor (2013).

O turismo em TIs deve estar pautado por diretrizes e ações dentro da área social. Consequentemente, as demais práticas que o envolve, deste a cultural até a econômica, estará propensa a reduzir as assimetrias entre visitantes e comunidades receptoras.

Diante do exposto, a presente Dissertação se encerra com as palavras de Moesch (2002, p. 135), localizadas na obra *A Produção do Saber Turístico*:

Construir uma teoria que dê conta das práticas turísticas deve ser uma conquista interdisciplinar, em que cada momento é, simultaneamente, produzido e produtor, numa recursão organizacional, na qual a parte está no todo e o todo está na parte.

## REFERÊNCIAS

AMPARO, Sandoval dos Santos. **Sobre a organização espacial dos Kaingáng, uma sociedade indígena Jê meridional**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília. Brasília, 2010. 117 p.

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo, fundamentos e dimensões**. 8. ed. São Paulo: Afiliada, 2004.

ANDRIOLO, Arley; FAUSTINO, Evandro. Educação, turismo e cultura. A experiência de estudantes paulistas em Uruçanga. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 2000.

ANSARAH, Marília G. dos Reis. **Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria: reflexões e cadastro das instituições educacionais do Brasil**. São Paulo: Aleph, 2002. (Série Turismo).

BAGGIO, Anery Junior. **Ecoturismo: alternativa sustentável de valorização do patrimônio natural e cultural da Terra Indígena Mangueirinha, PR**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, PR, 2007. 178 p.

BAND.com.br. Disponível em: <<http://www.band.com.br>>. Acesso em: 01 jun. 2013.

BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

\_\_\_\_\_. **Sustentabilidade: o que é e o que não é**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012. 200 p.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/D6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/D6040.htm)>. Acesso em: 01 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, 1994.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Ecoturismo: Orientações Básicas**. Brasília: 2008.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Segmentação do Turismo: marcos conceituais. In: **Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil**. Brasília, 2007.

BRUNDLAND. **Relatório**. Organizações das Nações Unidas. S. d.

BRUNO, Ernani Silva. **História do Brasil Geral e Regional: Amazônia**. São Paulo: Editora Cultrix, 1966. 226 p.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta ao Rei de Portugal, Dom Manuel**. 1500.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHIAVENATO, Adalberto. **Recursos humanos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998, 623 p.

COSTA, Mariete Pinheiro da. **O parlamento e os soldados da borracha no limiar da 2ª guerra mundial**. Monografia (Especialização). Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento. Brasília, 2007.

DEAN, Warrem. **A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica**. São Paulo: Editora Nobel, 1989.

FERREIRA, Aurélio B. H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. rev. e aum. (16ª impressão). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986. 1838 p.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

GÃMEB... PAITER. 20 de julho de 2012. In: Gasodá Surui. **Blog**. Disponível em: <<http://gasodasurui.blogspot.com.br/2012/07/povo-indigena-paiter-surui-lanca-plano.html>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka Martini. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Editora Aleph, 2007. 83 p. (Coleção ABC do Turismo).

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1990. 148 p.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. São Paulo: Alínea, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=2194&id\\_pagina=1&titulo=Censo-2010:-populacao-indigena](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2194&id_pagina=1&titulo=Censo-2010:-populacao-indigena)>. Acesso em: 10 jan. 2013.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo – Para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph Publicações e Assessoria Pedagógica Ltda., 2000. 186 p.

LAC, Flávia. **O turismo e os Kaingang na Terra Indígena de Iraí/RS**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005. 149 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 21. ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2007. 117p.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. 335 p.

LINDBERG, Kreg.; HAWKINS, Donald. (Orgs.) **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 4. ed. São Paulo: SENAC, 2002. 290 p.

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico 2002-2003**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

MAGALHÃES, Julia. Terra Nhanderu Marangatu: nosso lugar sagrado. **Revista Brasil Indígena**, a. III, n. 1, p. 34-35, mar./abr. 2006.

MAPLECROFT. Disponível em: <<http://maplecroft.com/>>. Acesso em: 01 jul. 2013.

MAURO, Victor Ferri. **Turismo em Terra Indígena: o caso da Reserva Pataxó da Jaqueira**. Monografia (Especialização). Centro de Excelência em Turismo. Universidade de Brasília. Brasília, 2007. 112 p.

MEIRELES, Denise Mald. **Guardiães da fronteira rio Guaporé, século XVIII**. Petrópolis, RJ, Brasil: Editora Vozes, 1989. 213 p.

MÉLO FILHO, Benício de. **Turismo Sustentável: diretrizes e fundamentos**. Livro Texto Minutado. Brasília, 2008. 116 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Col. de Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto e Romeo Gomes. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002. 140 p.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia social do turismo**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004. 504 p.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 18. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

NEVES, Lino João de Oliveira. Contato: o jogo sutil da diferença. **Terra das Águas – Revista de Estudos Amazônicos**, Núcleo de Estudos Amazônicos – Universidade de Brasília, 1999, v. I, n. 2, 1999.

PÁDUA, Elisabete M. M. de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico prática**. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 2000. 120 p.

PINTO, Nelson Prado Alves. **Política da Borracha no Brasil: a falência da borracha vegetal**. São Paulo: Editora Hucitec/Conselho Regional de Economia, 1984. 168 p.

PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Editora SENAC, 2002. 272 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Trad. de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 242 p.

RAMOS, André Raimundo Ferreira. **Entre a cruz e a riscadeira: catequese e empresa extrativista entre os Munduruku**. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2000.

RIBEIRO, Darcy. **Diários Índios – Os Urubus Kaapor**. São Paulo: Cia das Letras, 1996. 627 p.

RIBEIRO, Berta G. **Amazônia urgente. Cinco séculos de história e ecologia**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1990. 272 p.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 6. ed. Campinas, SP: Papyrus Editora, 2000. 199 p.

SACHS, Ignacy. As cinco dimensões do ecodesenvolvimento. In: **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993. 103 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002. 384 p.

SOUZA, Liliana Vignoli de Salvo. **A arte da viagem a Terras Indígenas**. Monografia (Especialização). Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília, 2009. 63 p.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo básico**. 3. ed. São Paulo: SENAC, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2011. 175 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF. Disponível em: <<http://www.uff.br/geoden/figuras/amazonialegal.jpg>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

VITORINO, Maria Rachel; FONTES, Marco Aurélio Leite; FILETTO, Ferdinando. **Introdução ao turismo responsável**. Lavras, MG: FAEPE, 2003. 72 p.

VON HELD, Almir de Amorim *et al.* Percepção de saúde na etnia guarani Mbyá e a atenção à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva** (Impresso), v. 16, supl. 1, p. 923-933, 2011.

WEBER, Max. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In: FERNANDES, Florestan (Org). **Comunidade e sociedade**. São Paulo: Ed. Biblioteca Universitária, 1973.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo**: uma esperança condicional. São Paulo: Global, 1999. 190 p.



## APÊNDICE

## APÊNDICE A – AS ENTREVISTAS

### 1) Jorge Santos Canoe.

Eu penso que Pesque e Solte seja bom, pois é uma coisa que sabemos fazer. Tem projetos que vem prá gente que agente não sabe fazer, tem que ter técnicos sempre com agente para fazer. Os guias devem ser indígenas, agente sabe fazer isso. Temos os lagos, a Baía Rica, muitos lugares de pescaria que os barcos entram e levam tudo roubado, assim agente pode fiscalizar e ser guia. Tem que ter cuidado para não ser uma atividade irregular, pois se não vão dar mais dinheiro para um menos para outro, aquele que ganhar mais vai deixar fazer besteira.

Os turistas gostam também de ver Vitória Régia no Mamoré. Visitante de faculdade também é bom, mas aqueles que escrevem não mandam prá gente o que escreveu de nós.

Eu pergunto: o que eu posso oferecer? O que ele vai gostar? Tem visitantes que não trazem vantagem prá gente.

Acho que o Rio Sotério é um bom lugar para visitantes da faculdade, por que lá tudo ainda está como no passado, porém falta a FUNAI fazer as leis para funcionar legal as coisas. Ano passado agente levava as pessoas no nosso barco Primavera, agente ganhava uns dinheirinho, era bom. Aí falaram prá agente deixar disso por que funcionário da FUNAI de Brasília não gosta... um montão de coisa, aí paramos.

Penso que um curso prá aprender tratar o turista seria bom. Técnicos da FUNAI poderia nos ensinar. Ensinar toda comunidade.

Com o turismo, agente pode mostrar que temos cultura. Eles não teriam só imagem negativa da gente. Também fico preocupado em expor minha família para turistas, porém eles comprariam meus artesanatos e com isso eu poderia mostrar que sei fazer coisas e com a venda, poderia comprar até livros para ler.

A FUNAI tem que resolver isso, tá demorando muito. Agente fica esperando, esperando, esperando e nada. Agente não quer fazer a coisa errada, mas a FUNAI demora muito. Por que tudo é tão demorado? Agente se cansa de tanto esperar.

Outra coisa. Agente teria que escolher o tipo de turista para mostrar o que agente quer mostrar.

As pessoas que nos visita, gostam de saber da nossa cultura, compram nossos artesanatos e saem contentes dizendo que vão voltar. Compram marico e até bebem chicha. Será que comeriam carne muquiada? Comeriam gongos? Será que eles poderiam gostar de peixe na folha de bananeira? Temos danças para eles verem. Muitas coisas estão morrendo. Certas músicas, algumas peças de artesanatos que agente fazia, hoje só pouquinhos pessoas fazem. Se agente cantasse mais para os turistas, a criançada iria aprender, além de ganhar dinheiro, serviria até para comprar pasta de dente. Agente não pode ficar somente

na dependência do governo. Por que os produtos da cidade são mais caro que os nossos?

As vezes eu fico pensando se o turismo pode ajudar em alguma coisa. Quem sabe o turismo pode fazer eles pensarem diferente sobre nós. Os brancos acham que agente tem que andar o tempo todo pintado, que agente não pode ter rádio, máquina fotográfica. Dizem que não somos mais índios. Eles querem ver agente como no tempo da maloca. Então por que eles não se vestem como no tempo de Cabral? Então, não se pode mudar.

Fico preocupado com derrubada e queima do mato, só para fazer um saco a mais de arroz ou milho para vender para o marreteiro<sup>46</sup> para comprar umas coisinhas. Apresentando nossa cultura e vendendo artesanato, poderia derrubar menos mato para fazer a roça.

## 2) Frederico Flávio Magalhães.

- Havendo turismo em TI, o pagamento será de quem? Quem será o dono do dinheiro? Outra coisa, é difícil obedecer normas e atualmente não existem normas, regras para o turismo em TI. E quem garante a obediência das normas que por ventura sejam criadas?

- Suponhamos que uma pessoa compre um pacote em uma pousada dentro da TI, essa pessoa vai se sentir com direitos, que podem ser prejudiciais à comunidade.

- Possivelmente o intermediário, entre o turista e a comunidade indígena, vai pegar mais dinheiro que os índios, ou seja, vai ficar com a fatia maior.

- O turismo poderá fomentar a cobiça, fazendo com que ocorra a expropriação da terra para atender poderosos do ramo imobiliário, fazendo com que a comunidade seja prejudicada com a redução de suas terras.

- O turismo em TI é danoso, pois os índios poderão ficar refém do dinheiro do visitante.

- Poderão aparecer botecos dentro das aldeias.

- A produção de lixo se tornará mais acentuada, pois hoje em muitas aldeias isso já é algo presente. É um problema de difícil solução, pois as Prefeituras se negam a enviar caminhão para recolher o lixo, alegando que não tem verba para essa atividade, sobre tudo na área rural.

- Queiram ou não o turismo é um invasor de espaço, mesmo que os turistas saiam no dia seguinte, o espaço foi invadido.

- O turismo poderá ser o responsável de iniciar uma favela, pois poderá ocorrer uma perda de mando de território e os indígenas serem empurrados para regiões próximas, tirando-os de seus lugares originais. É um campo forte para grilheiros.

---

<sup>46</sup> Também conhecido por regatão, comerciante geralmente desonesto que sobe o rio de barco, levando mercadorias da cidade para explorar índios e não índios, comprando muito barato os produtos deles e vendendo as mercadorias da cidade por preço astronômico. Muitas vezes utilizam da cachaça e da inocência do homem ribeirinho para ludibriar na conta e ao pesar os produtos agrícolas dos humildes produtores.

- Vai ser produzido mais bosta e xixi. O que os índios vão fazer? Ocorrerão mais doenças.
- É certo que haverá conflito, pois parte da comunidade poderá não aceitar tais coisas.
- Haverá o embate, direito cartorial x direito consuetudinário.
- O GT da FUNAI sobre este assunto deverá informar os temas polêmicos, tais como facções, conflitos gerados pela atividade turística. Como fica a Convenção 169 ?
- O sistema capitalista pressiona para ocorrer o turismo em TI, pois nesse sistema tudo é mercadoria.
- Não poderá ocorrer a visita como se acontece em um zoológico, onde os turistas vão somente ver os índios.
- As estradas ficam terríveis por causa dos turistas, se torna um caos absoluto.
- Se a terra Indígena é uso-fruto do índio, como o branco vai usufruir ela na forma de turismo?
- Caso ocorra o turismo em TI, deverá ser pré-cedido por um amplo debate sobre o tema, com profunda análise dos coletados.
- Os índios deverão ser favorecidos o máximo possível, havendo o turismo em Terra Indígena. Deverá haver um tratamento de igual para igual, sendo que a troca de saberes deverá imperar.
- A CNPI deverá ser ouvida, pois ocorreram dez oficinas regionais e existe uma proposta.
- Deverá haver uma consulta ampla sobre este tema, inclusive com a presença da academia.
- O turismo junto as festas culturais poderá ser benéfico.
- Todo esse tema deverá ter um olhar crítico. Todos os aspectos culturais devem ser respeitados.
- Ver junto ao Instituto Chico Mendes as experiências ocorridas como turismo nas Unidades de Conservação.
- Rogério Senna tem conhecimento sobre este assunto e ele deverá ser ouvido.
- Na realidade já existe o turismo entre os indígenas, pois isso ocorre nos Jogos Indígenas, ou seja, a visita entre eles não deixa de ser uma forma de turismo.

### 3) Selso Jacinto Kaingang.<sup>47</sup>

Os visitantes vêm até a Terra Indígena Iraí para comprar os artesanatos que fazemos. Geralmente são alunos que são levados pelas professoras até a aldeia e aqui assistem nossas danças, mostramos também nossas ervas medicinais e os visitantes podem comer nossas comidas, peixe na folha de bananeira. Não cobramos pelo que as pessoas comem, pois isso é somente para atrair compradores dos nossos

---

<sup>47</sup> Indígena residente na Terra Indígena Iraí, Rio Grande do Sul (RS), cursando o penúltimo período de História na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Interrompeu o curso de Filosofia, faltando três semestres para conclusão, e menciona que pretende terminá-lo assim que concluir a Graduação em História.

artesanatos. O turismo ajuda um pouco nas entradas de dinheiro, não resolve tudo.

Precisamos que o pessoal da cidade saiba de nossa existência. Para melhorar o turismo em nossa comunidade precisamos de um site, assim poderemos ser visto e mostrar que podemos oferecer o turismo cultural.

Nossa festa maior é a Festa da Terra, data de quando nossa terra foi reconhecida, em agosto, nesta data fazemos festa e as pessoas nos visitam. Mais penso que poderia ser melhor. Um turismo com projeto de uma universidade, tudo certinho, com alunos, pois eles sabem mais de cultura, tem mais respeito para conosco. Já gravamos uma fita K7 de nossas músicas, vendíamos bem, porém já está na hora de gravar um CD. Poderia haver uma organização central e comissões. Por exemplo, Comissão de Mitos, Comissão de Artesanato, Comissão de Ervas Medicinais, Comissão de Músicas Indígenas e Danças, Comissão de Gastronomia. Agente aqui precisa de um site, pois assim teríamos mais divulgação. Um site não é caro, dá prá gente ter. Precisamos de visibilidade. Com tudo organizado, com projeto de uma Universidade, então daria certo. Já temos CNPJ. Não seria um turismo prá qualquer um! Seria um turismo sustentável, como está sendo mencionado neste curso de uma semana que estou fazendo. São palestrantes até do exterior que dizem sobre sustentabilidade em vários segmentos da sociedade e o turismo comunitário está inserido. É só olhar no folder. Domingo eles irão até lá na nossa aldeia.

Também vejo perigo no turismo. Drogas, prostituição, opressão vinda do dinheiro. Por isso sempre digo que isso não pode ser feito sem uma boa elaboração. Porém também não se pode fechar os olhos para esse tema, conforme a FUNAI faz. Tem que se discutir. Na Universidade escuto pessoas pró e contra o turismo indígena. Muitos acreditam que ele só nos fará mal. Quase não temos terra. Veja só, estamos somente a quatro quilômetros da cidade de Iraí. Com ou sem turismo nossos jovens podem cheirar drogas ou se prostituírem. Esse assunto tem que ser discutido de forma ampla, pois mesmo sem discussão ele está ocorrendo em várias comunidades indígenas. Os olhos não podem ser fechados. Tem perigo, tem. Tem risco, tem.

#### **4) Olga Ventura Sal (58 anos).**

Gosto de vender as coisinhas que faço. Sempre rende um pouquinho de dinheiro para eu comprar um pouquinho de coisas para a casa. Um sabão, uma roupinha, agulha, uma coisinha que sempre agente precisa. Ontem eu não tinha nada, mais hoje melhorou um pouco. Durante a semana eu estou aqui na frente do Tênis Clube, onde eles estão estudando. Vendi bem meus artesanatos. No verão eu levo meus arquinhos, flechas, brinquinhos, pulseiras para vender lá na praia. Vendo bastante. Quando acaba as férias do povo, então eu volto prá cá. Então as aulas começam e sempre tem um ônibus de alguma escola passeando por aqui, então vendo também e compro coisinhas que estão faltando em casa. Fico tão contente quando estou fazendo isso (aponta para variadas

sementes que estão em diversas bacias) aquela ali, é de outra cor, mais quando eu ferver ela muda de cor, veja só. Hoje tem que ir longe no mato pra buscar material.

Hoje foi o último dia de aula e eles vieram aqui na aldeia no ônibus da Prefeitura assistir palestra e comprar artesanato. Os professores também compraram.

(Perguntada sobre que curso ocorria na cidade) O senhor não sabe! Tem gente de outros países dando aula. Uma semana de curso. A Prefeitura organizou.

Os visitantes são de fora, agente vende mais. Minha mãe e o pessoal do tempo dela sempre dizia o artesanato, a música, a comida, fogo de chão, isso é nosso, não pode morrer. Fazendo isso para vender, agente ensina os mais novos e eles não esquece. Tem coisas que esquecemos por que não usamos, então agora não sabemos mais fazer.

## 5) José Vitorino.

Nós temos muito a oferecer, porém nos falta apoio. É preciso que nos digam o que estamos fazendo agora de errado para agente não continuar fazendo erro, assim agente então vai corrigir. Não adianta criticar, se não ensinam como devemos fazer.

Os políticos gostam da gente somente na época da eleição, depois que passa o dia da votação, eles viram as costas e ficamos esquecidos. Eles somem!

A prefeitura poderia nos usar mais, poderia nos dar curso para fazer, assim ela teria mais gente nos visitando, mais gente aqui nos hotéis. Aqui em Iraí não é uma estância hidromineral? Num tá cheia de hotéis? Pois é, temos muito que ajudar o município.

Os turistas querem saber sobre nós, porém os políticos, a maioria deles é contra nós índios. Muitos deles só querem o salário no bolso. Já estou velho e sempre é a mesma coisa.

No verão agente vai para a praia para vender nossos objetos, agente vende bem, dá uns trocadinhos. Mais aqui agente oferece dança, comida, pois estamos em casa, então fica mais fácil fazer coisas além de somente vender artesanatos. Os piás sempre ajudam muito com artesanatos. Eles não podem ficar por aí sem fazer nada, então o turismo ajuda eles também, pois tenho muito medo de drogas. Veja só, eu sou funcionário antigo, estou quase me aposentando, sou motorista, tenho meu salário. Mas e os outros? O senhor sabe de nossa história! Sabe da luta que tivemos para ter essa terra que é muito pequena. Aqui a terra foi revirada por trator para construir a pista de pouso. O pouco que sobrou além do asfalto da pista foi muito revirado por máquina para pegar terra para colocar em outros lugares. A terra não dá nada e é muito pequena. Até taquara para fazer artesanato pegamos em outros lugares. Aqui não tem agricultura, mais daqui agente não sai, foi muita luta, na rádio havia muita mentira contra agente, pois a pista do aeroporto ficou dentro da demarcação. No rádio eles falavam que o município ia morrer sem aeroporto. Era difícil agente passar dentro de Iraí, até hoje muitos viram a

cara. Mais veja só, os turistas querem palestras em que agente conta isso. Eles gostam de saber de nossa luta. Pagam pra gente contar.

Então veja só, aqui agente poderia colocar nossas banquinhas, como já fazemos, outras pessoas da família fariam comidas, outras dançariam, toda a família teria alguma coisa para oferecer. Eles gostam de ouvir nossas histórias. Nossas palestras fazem sucesso. É muito bom! A luta por esta terra foi muito difícil! Turistas gostam de ouvir como foi nossa reconquista da terra. Eles pedem palestras feitas por nós. Fico vendo esses ônibus com alunos quando vêm aqui, eles são diferentes dos outros visitantes.

## 6) Adelir Jacinto.<sup>48</sup>

Nós gostamos quando vem gente nos visitar. Não só por que vendemos artesanatos, é porque podemos mostrar o que sabemos fazer, a nossa cultura e também porque gostamos de receber gente. O turista educado faz bem, a educação sempre faz bem. Apresentamos danças... nem sempre, é preciso marcar data. Conforme for a época, temos farinha de pinhão, peixe na folha de bananeira, pixé<sup>49</sup>, pão assado na folha de bananeira na cinza quente. Algumas vezes vem escolas aqui nos visitar, tem a nossa Festa da Terra, em setembro, quando comemoramos a retomada da Terra, então é festa grande.

O pessoal da cidade tem muito preconceito contra agente, não são todos, temos amigos por lá. Eles acham que tomamos a Terra deles, mais a terra era nossa e não deles. Eles não aceitam ter perdido o aeroporto.

Sabe, o turismo pode ser ruim e pode ser bom, pode trazer drogas, roubo, prostituição. Mas se ele for bem feito, ele vai ajudar agente, pois as pessoas da cidade vai respeitar mais agente. Se for bem organizado, pode até aparecer mais um dinheirinho. Nosso artesanato é bom, as mulheres sabem fazer bem feitinho

## 7) Augusto.

Sabe, agente queria viver melhor com o pessoal da cidade, mas muitos deles não querem. (silêncio) Por que? Sempre digo em minhas palestras que podemos viver em paz, cada um na sua realidade, nós na nossa cultura como índios e eles na cultura deles como brancos. Isso não é separação, é um ajudando o outro, pois os dois lados tem muito que aprender um com outro, embora nesses mais de quinhentos anos, nós indígenas levamos a pior. (Silêncio). Neste mundo tudo cresce, nada é parado.

---

<sup>48</sup> A entrevista foi curta em razão de que o senhor Augusto estava com gripe muito forte e febril. Em realidade, não haveria entrevista, somente uma visita de cortesia. Porém, o mesmo quis falar um pouco.

<sup>49</sup> Farinha feita de milho, que é pisado no pilão e depois torrado.

## 8) Maria Soeli Cosman.<sup>50</sup>

Estou aqui há 24 anos nesta Terra Indígena, antes mesmo dela ser declarada TI, pois essa declaração ocorreu em 11 de agosto de 1992 e cheguei aqui no ano de 1989. Os indígenas daqui têm na data de regularização da Terra Indígena como sua data máxima, embora no Dia do Índio sempre exista alguma comemoração. A data da regularização para eles é mais importante e tem muita festa. Eles irão transferir a data das comemorações do Dia da Terra para setembro, pois arrazoam que em agosto ainda é inverno, faz bastante frio e chove bastante. Nesse caso setembro é mais favorável, portanto uma melhor data para comemorações.

Poucos são os habitantes de Iraí que percebem que a vinda de ônibus com turistas para visitar a aldeia provê renda para a sede do município, seja pela utilização dos hotéis, compra de combustível para os ônibus, gastos em bares, restaurantes, etc. Se percebessem tal relação, eles veriam os indígenas como aliados e não como adversários.

As relações dos habitantes de Iraí com os indígenas não é boa. É necessário mais integrações para esse clima de animosidade acabar. Eles acusam a FUNAI de atrapalhar o progresso da cidade, ao declarar o aeroporto da cidade dentro da Terra Indígena. Infelizmente isso causa grande impedimento nas atitudes deles para com os índios. O preconceito é forte e percebemos que irradia até para nós que trabalhamos com os indígenas. Percebo isso quando vou pedir material escolar... é um sofrimento. Dizem que índio não precisa de escola. Recebo um chá de banco incrível, preciso esperar um tempão para ser atendida e as vezes dizem que não podem me atender, agendando novo encontro para muitos dias depois. É triste. A atual prefeitura é literalmente contra os índios. Essa atitude não é somente comigo, porém com as demais professoras que trabalham aqui ocorre a mesma coisa, lá não somos bem tratada. Claro que existem exceções, como todo lugar tem. Tem algumas pessoas que pensam e agem diferentemente, então é mais um canal aberto. Que bom. Como sou eu que na maioria das vezes organizo a entrada de ônibus com visitantes aqui, então tenho oportunidade de mostrar que o município também leva lucro, então os mais esclarecidos da prefeitura me dão razão. Estamos somente a quatro quilômetros da sede do Município e muita gente não conhece a aldeia. Quando começam a falar de índios, eu pergunto se já conhecem a comunidade que fica a poucos quilômetros de suas casas. Eles percebem onde quero chegar e se calam. Com certeza sabem que derrubo argumentos poucos embasados que por ventura usarão.

Tem escolas de longe, até de outros Estados que vem nos visitar e isso vai crescendo e acredito que assim um dia esse preconceito contra os indígenas poderá diminuir. Esse turismo tem tudo para ser a ponte entre esses dois grupos de habitantes de Iraí. Na realidade ambos se

---

<sup>50</sup> Diretora da Escola Indígena situada na Terra Indígena Iraí. Chegou como professora e, desde então, por opção, não saiu daquela lotação, mesmo com possibilidade de trabalhar em escolas dentro da cidade de Iraí, com melhores condições.



complementam ou poderiam se complementar e não sabem dessa potencialidade.

(Perguntada sobre divulgação)

Agente faz reunião com todos professores da escola, indígenas e não indígenas. Enviamos a divulgação para escolas dos Estados vizinhos e agendamos as visitas à TI Iraí. É cobrado três reais por aluno visitante mais um quilo de alimento não perecível. O índio Augusto é o palestrante e fala sobre cultura, terra, etc. As bancas vendem artesanatos, as vezes tem comida indígena. Grupos dançam músicas indígenas.

Veja só, temos um grupo de dança indígena, eu estou participando de um evento muito importante que está ocorrendo nesta cidade e o Grupo Kaingang de Dança não foi convidado a se apresentar. Ontem ao final do curso, os alunos e palestrantes brasileiros e estrangeiros estiveram aqui, ouvindo a palestra do senhor Augusto Kaingang, ouvindo música indígena e não tivemos ninguém representando oficialmente a Prefeitura. No entanto eles usam, indevidamente, a imagem indígena em seus folders e cartazes para atrair turistas para visitar a cidade, porém... é um absurdo! Alguns só pensam em eleição. Nasci aqui nas proximidades e meu pai era funcionário do aeroporto, porém penso diferente dos demais. Não sou a favor dos índios somente por que estou trabalhando aqui, pois eu poderia trabalhar dentro da cidade. Estou aqui por opção, eu gosto daqui. Quem sabe o turismo possa amenizar essa situação desfavorável ao índio. Desde muito tempo essa questão cultural me atrai. Percebo que a comunidade indígena é rica neste aspecto e isso atrai visitantes mais esclarecidos, ávidos em saber da cultura indígena. O turismo organizado não é somente para se ganhar dinheiro, ele serve também para dar visibilidade à cultura dos indígenas de Iraí. Também tem mais coisas envolvidas além de visitação, veja são, oficina de artesanato faz com que os menores não se esqueçam de daquilo que seus pais e avós sabem fazer. Então existe uma continuidade cultural.

## 9) Marijara Dazzi.<sup>51</sup>

(Sua ligação com a TI Iraí, RS. População e superfície da TI)

Trabalho na TI Iraí desde Junho/1990 e a última contagem foi em 03/03/2013, havia 634 indígenas habitando em 279,9 hectares.

---

<sup>51</sup> Servidora local do quadro da Funda o Nacional do  ndio (FUNAI).   noite, retorna   aldeia e leciona para alunos adultos.

(Sobre projeto em TI)

Existem alguns em andamento, projeto habitacional, construindo 68 casas, 30 já construídas, 54 há ser construídas. Ampliação da rede hidráulica e elétrica. Na educação construção da nova escola e o 3º Encontro de Saberes. Na agricultura de subsistência, tem projeto em funcionamento de hortas familiares e mudas de frutíferas.

(Pontos positivo do turismo em TI)

Se for com orientação, os indígenas capacitados para tal, o positivo além da divulgação e manutenção da cultura é a subsistência, o complemento que falta em TIs pequenas e ou que enfrentam dificuldade financeira como Iraí.

(Pontos negativos do turismo em TI)

Uma invasão desordenada nas TIs, lixo deixado pelos turistas, desentendimento entre os indígenas, alteração dos hábitos, costumes e da rotina dos indígenas.

(Relação da Prefeitura com projetos para os índios)

Nem ao turismo nem coisa alguma, nenhum projeto via Prefeitura. "Diz" que há algo pensado pelo gestor em relação aos Kaingang de Iraí. Vamos aguardar para ver.

(Relacionamento dos hotéis com os indígenas)

Há um clima de tolerância. Alguns hoteleiros permitem que os indígenas montem suas bancas para comercializar artesanato em frente ao hotel, pois atrai turistas, outros por vezes reclamam que os indígenas abordam os turistas com insistência para comprar seu artesanato, em fim esta relação esta aí desde sempre.

(O que poderia ser feito para melhorar o entrosamento entre a comunidade envolvente e a comunidade indígena?)

Intercâmbio cultural entre escolas, divulgação das atividades e realizações dos indígenas na mídia local, para reforçar o que há de bom, uma vez que a mídia (global) só divulga o que ocorre de ruim reforçando

o preconceito contra os indígenas, investir nas crianças não indígenas, pois é uma geração que está em formação e tem todas as possibilidades de crescer desprovida de preconceitos.

Não pode haver imposição de projetos, implantação de turismo nas TIs sem planejamento, nem exploração financeira.

(Como se dão as visitas de turistas em TI?)

Em Iraí, é sempre pré agendada por um grupo, geralmente de alunos, que é recepcionado e esperado pelos indígenas, que apresentam sua dança, seus cantos, degustação da culinária indígena, palestra sobre a cultura e comercialização de artesanato. Ocorrem aproximadamente umas 05 visitas ano, aproximadamente.

(Cultura, regulamentação, projetos)

Acredito que um Projeto pensado com seriedade na proteção ambiental e dos povos indígenas seria válido, com orientação e capacitação para os indígenas. O meu medo é uma abertura sem regulamentação, aí vira uma bagunça. Não é possível pensar só em dinheiro, este deve ser a consequência de um todo. A divulgação e a interrelação dos indígenas com a sociedade envolvente é benéfica, traz conquistas positivas para os indígenas, se bem pensada, organizada e regulamentada.

## 10) Fernando Schiavini.

1 - O turismo pode oferecer algo de bom à Comunidade Indígena?

Penso que o turismo bem planejado e conduzido, pode sim, trazer benefícios sociais, financeiros e até culturais comunidades indígenas.

2 - Em que tipo de comunidade o turismo pode ser danoso e em qual tipo de comunidade ele poderá contribuir positivamente?

Obviamente temos que descartar de imediato as comunidades indígenas sem contato ou com recente contato. É necessário tb. que as comunidades estejam razoavelmente estáveis, política e socialmente falando, caso contrário não conseguirão conduzir bem o processo e ele poderá se danoso.

3 - Pode o turismo em TI ser um agente de conscientização contra o *plantation* de soja ou outra agricultura?

O turismo bem conduzido traz o contato direto das comunidades indígenas com pessoas informadas e conscientizadas sobre os malefícios da agricultura intensiva, assim, poderão eventualmente repassar informações aos membros dessas comunidades, auxiliando em sua conscientização.

4 - O turismo cultural ou etnoturismo pode ser agente para a desculturação da comunidade indígena?

Se o processo for bem planejado e conduzido, não acredito que isto ocorra.

5 - A legislação atual proíbe o turismo em Terras Indígenas? (Se a resposta for sim, diga como, qual artigo da CF).

Não tenho conhecimento de alguma lei que proíba isso.

6 - A ser ver, qual deveria ser a postura do órgão indigenista perante as constantes solicitações feitas por indígenas para que ocorra o turismo em TI?

A Funai está superatrasada em discutir, regulamentar e apoiar ações de etnoturismo em Terras Indígenas.

7 - Especificamente a Feira de Semente Kraho é um agente de turismo cultural? Ela enaltece o saber indígena, contribuindo para a visibilidade da questão indígena?

Sim, apesar de não ser realizada com esse objetivo, atrai pessoas de várias partes do país, entre indígenas e não-indígenas. Essas pessoas tem a oportunidade de conhecer vários aspectos da cultura Kraho e trocar conhecimentos e informações entre si. Também adquirem artesanatos e outros materiais dos indígenas, gerando renda. Assim, as Feiras realizadas pelos Krahos divulgaram o nome e a cultura da etnia para o Brasil e o exterior, enalteceram sua iniciativa, firmaram alianças e parcerias com pessoas interessadas na questão, entre outros benefícios.

8 - Fale a vontade do que você pensa sobre o assunto de turismo em Terra Indígena.

Penso que a melhor modalidade para o turismo em Terras Indígenas, deve ser o de "aventura", ou seja, os próprios visitantes levam seus materiais de acampamento e alimentação, evitando a construção de estruturas de hospedagem, que são difíceis de manter. O processo deve seguir todas as orientações, já sistematizadas, de sensibilização, levantamentos de pontos turísticos, graus de envolvimento dos visitantes com as comunidades, treinamentos, discussões sobre a aplicação da renda, etc., de forma que as comunidades assumam o máximo possível o processo. Agindo assim, dificilmente a atividade trará malefícios.

(Sobre Roda de Conversa)

Tenho alguma experiência com as "Rodas de Prosa", que acontecem na Aldeia Multiétnica na Chapada dos Veadeiros. Penso ser uma boa estratégia para a disseminação de informações e debates de ideias. Trata-se de uma coisa leve, sem compromissos com decisões técnicas ou políticas ou manifestações de posicionamentos, apesar de poder acontecer. Enfim, dependendo do contexto, é uma boa técnica para "bater um papo" de forma mais focada e dirigida, que fazem as pessoas pensar sobre o assunto.

(Sobre como se comportar em TI)

**PESQUISE** tudo o que for possível sobre o povo e a região que você vai visitar. A Funai mantém uma boa biblioteca sobre a questão indígena em Brasília, assim como outras instituições. Regionalmente, procure as bibliotecas, museus e universidades. É também possível obter muitas informações pela internet. Acesse [www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br), [www.socioambiental.org.br](http://www.socioambiental.org.br), [www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br), [www.todaserrazul.com](http://www.todaserrazul.com) entre outros. Neles se poderá obter não somente informações históricas, mas também notícias e artigos sobre a questão indígena.

**RESPEITE AS AUTORIDADES DA ALDEIA.** Procure inicialmente o "cacique" ou alguém que o esteja substituindo. O cacique é a pessoa escolhida pela comunidade para se fazer representar externamente. Nessa condição ele deve intermediar toda a relação que você deverá ter com a aldeia.

**SEJA EDUCADO E ATENTO.** Visitar uma aldeia indígena é o mesmo que visitar qualquer povo no mundo que tem uma cultura diferente da sua. Você é um forasteiro. Não entre em nenhuma casa se não for convidado ou sem pedir licença. Espere ser recebido e acomodado e somente então diga o assunto que o trouxe ali. É de boa educação aceitar comidas e bebidas do anfitrião, mesmo que não se goste delas. Atente para os hábitos cotidianos (comer, beber, tomar banho, cumprimentar as pessoas, etc.) e logo se sentirá à vontade. Se tiver dúvidas, pergunte às pessoas do lugar sobre hábitos e costumes. Geralmente as pessoas gostam de falar sobre a sua própria cultura para os que não a conhecem.

**NÃO OSTENTE AS SUAS POSSES.** As comunidades indígenas de modo geral não acumulam bens materiais e podem ainda estar passando por dificuldades diversas. Leve para a aldeia somente o indispensável para suas necessidades básicas, isso ajudará também em sua locomoção.

**RESPEITE OS MOMENTOS FESTIVOS.** Todas as comunidades indígenas possuem seus rituais, festas e brincadeiras. Eles devem ser respeitados. De modo geral, em qualquer cultura, procura-se não se misturar assunto sério com festividades, a não ser em casos muito graves. Aguarde, portanto, o momento certo.

**FORMALIZE AS RELAÇÕES COM A COMUNIDADE.** Procure falar de seus objetivos de trabalho somente em reuniões formais, salvo as informações iniciais que deverão ser dadas ao cacique, na chegada. O cacique é apenas uma das autoridades da aldeia. Outras existem e devem entender os objetivos de sua presença. Todas as comunidades indígenas possuem seus locais de discussão e tomada de decisões coletivas. Geralmente são considerados “locais da verdade”. Procure fazer as reuniões nesses locais. Fale claro, objetivamente e em linguagem simples. Procure repetir várias vezes os pontos principais das proposições. Não se esqueça que para as comunidades indígenas o português é apenas uma segunda língua.

**NÃO CRIE FALSAS EXPECTATIVAS.** Evite a tentação de dar “boas notícias” antes da hora. Somente faça afirmações sobre fatos e proposições que aconteceram ou que você tem plena certeza que irão se realizar.

**SEJA IMPARCIAL.** Quase invariavelmente, em qualquer comunidade indígena, duas ou mais facções disputam a liderança da aldeia. Elas podem, inclusive, contar com alianças externas, que podem ter interesses espúrios na comunidade. Procure não se envolver e tampouco ser envolvido por elas. Escute a todos com atenção e faça proposições que possam dar saída para os impasses.

**AGUARDE O CONSENSO** - Os povos indígenas tomam suas decisões por consenso e não por votação. Não force a tomada de decisões imediatas. O consenso sobre determinado assunto poderá demorar bastante ou mesmo não se realizar. Há um “tempo indígena” que deve ser respeitado na tomada de decisões importantes. Elas podem depender de composições políticas internas e até de consultas espirituais.

**RESPEITE OS ACORDOS** – Os povos indígenas possuem tradição oral. Muitas comunidades, entretanto, exigem atualmente documentos escritos das decisões tomadas com representantes externos., o que é de pleno direito. De qualquer forma, os acordos orais ou escritos devem ser respeitados. Se você os cumprir integralmente, poderá cobrar particular ou coletivamente de quem eventualmente os tenham rompido.

**NÃO SE NEGUE À AMIZADE.** Pessoalmente você poderá se simpatizar com determinadas pessoas ou famílias da comunidade. Nada mais normal que pessoas se simpatizem com outras. Se esse é o caso, não se furte a travar laços de amizade com elas. Se a amizade for construída em bases honestas e igualitárias, todos terão oportunidade de aprender e evoluir com ela.

## 11) Amaury Vieira.

(Pontos positivos do turismo)

Entendo que o turismo pode ser benéfico para a comunidade indígena, não somente pelo aspecto econômico que pode possibilitar a melhoria da qualidade de vida da comunidade, como também de caráter social e cultural. Ao conhecer verdadeiramente a cultura indígena, a outra sociedade pode respeitar entender e, com isso, diminuir, e muito, o enorme preconceito e desrespeito que nutre em relação a sociedade indígena, e que tanto a prejudica e massacra.

(Pontos negativos do turismo)

Nas comunidades que ainda se mantêm isoladas ou daquelas de recente contato com a sociedade envolvente, o turismo a meu ver deve ser evitado por óbvias razões. Nestas condições, estão em situação de extrema vulnerabilidade que certamente as levará a uma enorme desvantagem com este contato que pode por em risco sua própria sobrevivência física. Por outro lado, as comunidades em um estágio de contato com a nossa sociedade mais avançado, mas mantendo suas características culturais, com suas terras definidas e de forma suficiente, com boa qualidade de vida, entre outras coisas, o turismo pode ser algo positivo e agregador. Tendo, portanto, vários outros aspectos claramente definidos, entendo ser possível assegurar que esta convivência não seja danosa.

(Pode o turismo ser um agente de conscientização ambiental?)

Pode. E nesse aspecto os indígenas têm, desde sempre, nos mostrado como isso é possível. Qualquer pessoa ao visitar uma aldeia comprova isso nas atividades mais elementares do cotidiano indígena.

(O turismo cultural ou o etnoturismo pode ser agente para a desculturalização da comunidade?)

Não, desde que a comunidade esteja alicerçada culturalmente, evidentemente, dificultará qualquer abalo social e cultural.

(A legislação atual proíbe o turismo em TI?)

A legislação atual está definida no Estatuto do Índio, Lei 6001-73, que se mostra, em alguns aspectos, bastante defasada em relação principalmente ao modo de vida de uma grande parcela das comunidades.

(Sobre as constantes solicitações que os indígenas fazem à FUNAI, para que a mesma normatiza o turismo em TI)

A postura da FUNAI, no meu entendimento, deveria visitar e ouvir as comunidades a respeito do assunto, colhendo dados e, enfim, ter um diagnóstico desta realidade. É imprescindível que os maiores interessados sejam ouvidos e que se debata o tema exaustivamente. Na verdade, para que não se tenha mais prejuízos, é preciso que se regularmente aquilo que, na prática já existe há tempos em várias comunidades. É preciso, no entanto, que esta regulamentação defina de forma cristalina todos os aspectos que a mesma exige, acrescido dos cuidados adicionais por se tratar de uma comunidade de cultura diferenciada.

(Turismo em aldeias indígenas pode fortalecer a cultura indígena?)

A fortificação cultural deve ocorrer, entre várias outras coisas, quando se enaltece toda a sua riqueza e suas particularidades diferenciadas. Entendo que seja possível a introdução da atividade turística, desde que seja levada em conta todos os aspectos que primem, principalmente, pela garantia física e cultural das comunidades, preservados por uma qualidade de vida dos seus integrantes e que gere conhecimento, segurança, direitos e deveres de ambos os lados das sociedades.